



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

KAREN LAÍSE MOROSKI

**DIAGNÓSTICO DOS INDICADORES DE ACESSIBILIDADE NOS CURSOS
PRESENCIAIS DE GRADUAÇÃO DA UFSC: propostas de ações/estratégias e Guia
Prático de Atendimento à Pessoa com Deficiência**

FLORIANÓPOLIS

2022

KAREN LAÍSE MOROSKI

**DIAGNÓSTICO DOS INDICADORES DE ACESSIBILIDADE NOS CURSOS
PRESENCIAIS DE GRADUAÇÃO DA UFSC: propostas de ações/estratégias e Guia
Prático de Atendimento à Pessoa com Deficiência**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestra em Administração Universitária.

Orientadora: Prof.^a Lourdes Alves, Dr.^a.

FLORIANÓPOLIS

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

MOROSKI, KAREN LAISE
DIAGNÓSTICO DOS INDICADORES DE ACESSIBILIDADE NOS CURSOS
PRESENCIAIS DE GRADUAÇÃO DA UFSC : propostas de
ações/estratégias e Guia Prático de Atendimento à Pessoa com
Deficiência / KAREN LAISE MOROSKI ; orientadora, LOURDES
ALVES, 2022.

112 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade
Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa
de Pós-Graduação em Administração Universitária,
Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Administração Universitária. 2. Acessibilidade. 3.
Pessoa com Deficiência. 4. Educação Superior. 5. Cursos de
Graduação. I. ALVES, LOURDES. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Administração
Universitária. III. Título.

Karen Laíse Moroski

**DIAGNÓSTICO DOS INDICADORES DE ACESSIBILIDADE NOS CURSOS
PRESENCIAIS DE GRADUAÇÃO DA UFSC: propostas de ações/estratégias e Guia
Prático de Atendimento à Pessoa com Deficiência**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Professor Diego Eller Gomes, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Professora Carolina Stolf Silveira, Dr^a.
Universidade do Estado de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Administração Universitária.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Professora Lourdes Alves, Dr^a.
Orientadora

Florianópolis, 2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por iluminar meu caminho, para que eu pudesse chegar onde estou. Os êxitos que tenho em meus projetos, certamente, são frutos da minha fé inabalável.

Aos meus pais, Marize e Miguel, que são a minha base. Ao meu irmão Bruno, meu padrasto Clóvis, minha madrastra Gisele e minha sogra Neuza. Vocês são meu refúgio nos momentos de insegurança e meus parceiros na comemoração de cada etapa vencida. Esta conquista também é de vocês.

Ao meu companheiro Guilherme, homem de muita força e sabedoria e meu maior incentivador, minha gratidão por doar tanto de si e permitir que esse momento fosse possível. Ter você ao meu lado, durante esta trajetória, foi fundamental.

À Universidade Federal de Santa Catarina, meu local de estudo da graduação, da pós-graduação e também do meu trabalho. Agradeço por ser uma instituição que me proporciona conhecimento e capacitação contínua. Que seja sempre reconhecida como uma universidade de qualidade e inclusiva.

À Professora e minha querida orientadora Dr^a. Lourdes Alves. Obrigada por tanto aprendizado, pela colaboração, pelo acolhimento e por ser parceira neste projeto. Sua delicadeza, seus conselhos e sugestões, bem como a permanente valorização do trabalho desenvolvido foram determinantes para o resultado final alcançado.

Aos membros da minha Banca de Qualificação e de Defesa de Mestrado, Professora Carolina Stolf Silveira e Professor Diego Eller Gomes. Agradeço imensamente por cada contribuição e melhorias que trouxeram à minha pesquisa.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária, tão qualificados e transmissores de tanto conhecimento. Minha gratidão especialmente ao Professor Dr. Maurício Rissi, que não mede esforços para nos auxiliar e nos tranquilizar. Obrigada pela excelência (e paciência!) em todos os atendimentos.

Aos meus colegas da turma 2020 do PPGAU, em especial à minha amiga Dijeanne Ribeiro Honório Moura, meu presente de mestrado, que me incentiva sempre a buscar meu melhor, vibrando pelo meu sucesso. Obrigada pelas conversas enriquecedoras e por tantas ideias que surgiram durante esse processo.

Meus agradecimentos às minhas colegas e amigas da Secretaria do Departamento de Física, Professora Marta Elisa Rosso Dotto, Maria das Dores Assunção e Fabiana Cruz de

Araújo, por todo apoio durante esta jornada. Também a todos os demais colegas do setor. Trabalhar com vocês é um privilégio.

Estendo os agradecimentos aos meus demais familiares e aos meus amigos, e expresso aqui minha gratidão por todo apoio e incentivo.

Agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram com o meu trabalho e fizeram parte deste estudo.

A todas as pessoas com deficiência que não desistem da luta por um mundo mais acessível. Que tenham forças para continuar na busca pela inclusão no seu sentido pleno.

“Nothing about us without us”.
(Movimento das Pessoas com Deficiência)

RESUMO

À luz da legislação existente e da consolidação dos direitos estabelecidos pela Constituição da República Federativa do Brasil (1988), as universidades se tornam difusoras de conhecimentos e promotoras das práticas de responsabilidades sociais. Sendo assim, a acessibilidade é um requisito que deve ser cumprido nas Instituições de Educação Superior (IESs) e, é através da avaliação realizada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, que se verifica o atendimento aos indicadores nessas instituições. Assim, o objetivo geral desta pesquisa consiste em diagnosticar a aplicabilidade dos indicadores de acessibilidade nos cursos presenciais de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, propondo ações/estratégias que contribuam com a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. Para o desenvolvimento deste trabalho realizou-se os seguintes procedimentos metodológicos: Pesquisa bibliográfica e documental – efetuando um estudo acerca da legislação existente a respeito da inclusão de pessoas com deficiência, bem como a pesquisa bibliográfica sobre o assunto. De forma descritiva, a pesquisa tem abordagem qualitativa, de natureza aplicada, sendo realizado um estudo de caso. O instrumento de pesquisa é um questionário com perguntas estruturadas e não estruturadas, aplicado a 58 (cinquenta e oito) Coordenadores de Cursos presenciais de Graduação da UFSC – Campus Florianópolis, tendo sido obtidas 27 (vinte e sete) respostas. Por fim, a partir da análise das respostas da pesquisa, foram propostas quatro ações/estratégias que contribuem para o cumprimento dos indicadores de acessibilidade na UFSC, sendo: 1) maior divulgação dos serviços prestados pela Coordenadoria de Acessibilidade Educacional - CAE; 2) disponibilizar cursos de capacitação voltados para a inclusão no plano de valorização da carreira dos profissionais envolvidos na educação superior; 3) incentivos às mobilizações em favor da educação inclusiva; 4) Guia Prático de Atendimento à Pessoa com Deficiência. Esta última ação/estratégia é o produto final deste trabalho.

Palavras-Chave: acessibilidade; pessoa com deficiência; educação superior; cursos de graduação.

ABSTRACT

In accordance with the existing legislation and the consolidation of civil rights established by the Constitution of the Federative Republic of Brazil (1988), universities become disseminators of knowledge and promoters of social responsibility practices. Therefore, accessibility is a requirement that must be fulfilled in Higher Education Institutions (HEIs) and it is through the evaluation carried out by the National Higher Education Evaluation System - SINAES, that compliance with the indicators in these institutions is verified. Thus, the general objective of this research is to "diagnose the applicability of accessibility indicators in on-site undergraduate courses at the Federal University of Santa Catarina – UFSC – Campus Florianópolis", in order to propose strategies/actions that contribute to the inclusion of people with disabilities in higher education. For the development of this work, the following methodological procedures were carried out: Bibliographic and documentary research - carrying out a study on the existing legislation regarding the inclusion of people with disabilities, as well as the bibliographic research on the subject. Descriptively, the research has a qualitative approach, with an applied approach, using a case study. The research instrument is a questionnaire with structured and unstructured questions, applied to 58 (fifty-eight) on-site Undergraduate Course Coordinators at UFSC – Campus Florianópolis, obtaining 27 (twenty-seven) responses. Finally, based on the analysis of the responses obtained from the survey, four actions/strategies were proposed that contribute to the fulfillment of accessibility indicators at the UFSC, being: 1) greater dissemination of the services provided by the Educational Accessibility Coordination - CAE; 2) provide training courses towards the inclusion in the career enhancement plan of the professionals involved in higher education; 3) incentives for initiatives in favor of inclusive education; 4) Practical Guide for Assistance to Persons with Disabilities. This last action/strategy is the product of this work.

Keywords: accessibility; person with disabilities; college education; undergraduate courses.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Símbolos dos tipos de deficiências	25
Figura 2 – Definições operacionais sobre acessibilidade	33
Figura 3 – Número de alunos matriculados na UFSC em 2019 – Campus Florianópolis.....	43
Figura 4 – Número de cursos presenciais de graduação na UFSC em 2019 – Campus Florianópolis.....	43
Figura 5 – Número de Cursos e Número de Coordenadores por Unidade Acadêmica.....	46
Figura 6 – Tempo de atuação na UFSC.....	59
Figura 7 – Tempo de atuação na função de Coordenador de Curso de Graduação.....	60
Figura 8 – Atendimento às solicitações dos acadêmicos com deficiência no curso.....	61
Figura 9 – Atendimento a ajustes na metodologia de estudos, solicitação de equipamentos de tecnologia assistiva ou verificação de condições de acessibilidade às pessoas com deficiência.....	62
Figura 10 – Experiência após participação em curso de capacitação ou treinamento para atendimento às pessoas com deficiência	63
Figura 11 – Qualidade do atendimento a PNEs no curso	69
Figura 12 – Situação da inclusão na Instituição de Ensino	72
Figura 13 – Instrumentos de acessibilidade que inexistem ou carecem de melhorias na UFSC	78
Figura 14 – Ações/Estratégias para o processo de inclusão	81
Figura 15 – Tipos de Deficiências	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Aspectos e definições da acessibilidade espacial	27
Quadro 2 – Indicadores Institucionais de acessibilidade avaliados pelo SINAES.....	34
Quadro 3 – Indicadores de acessibilidade dos Cursos avaliados pelo SINAES.....	35
Quadro 4 – Cursos sob a gestão de um mesmo coordenador	44
Quadro 5 – Estrutura dos tipos e especificação das questões.....	48
Quadro 6 – Ações ao Instrumento de Pesquisa	49
Quadro 7 – Estrutura da entrevista de análise do questionário preliminar.....	51
Quadro 8 – Sugestões de inclusões e melhorias ao questionário preliminar.....	51
Quadro 9 – Resultados em relação aos objetivos específicos	55
Quadro 10 – Quantitativo de respostas por Centro de Ensino.....	58
Quadro 11 – Respostas à Questão 7	64
Quadro 12 – Respostas relevantes sobre conhecimento de facilitadores para pessoas com deficiência.....	67
Quadro 13 – Instrumentos de acessibilidade inexistentes ou carentes de atenção/melhorias...	71
Quadro 14 – Acréscimo de informação relevante à pesquisa.....	73

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Ausência de calçadas.....	79
Imagem 2 – Degrau na calçada.....	79
Imagem 3 – Rampa inacabada.....	79
Imagem 4 – Acesso a prédio com término de calçadas.....	79
Imagem 5 – Ausência de condições adequadas para caminhabilidade	79
Imagem 6 – Falta de acessibilidade para pessoas com deficiência	79
Imagem 7 – Elevador interditado	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem
- CAE – Coordenadoria de Acessibilidade Educacional
- CCA – Centro de Ciências Agrárias
- CCB – Centro de Ciências Biológicas
- CCE – Centro de Comunicação e Expressão
- CCJ – Centro de Ciências Jurídicas
- CCS – Centro de Ciências da Saúde
- CDS – Centro de Desportos
- CED – Centro de Ciências da Educação
- CFH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas
- CFM – Centro de Ciências Físicas e Matemáticas
- CSE – Centro Socioeconômico
- CTC – Centro Tecnológico
- Ctilsp - Coordenadoria de Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais – Libras – e Língua Portuguesa
- COVID-19 – Coronavírus Disease 19
- DAE – Departamento de Administração Escolar
- DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais
- DPGI/SEPLAN – Departamento de Gestão da Informação/ Secretaria de Planejamento e Orçamento
- EaD – Ensino a Distância
- FE – Formulário Eletrônico
- IES – Instituições de Educação Superior
- IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina
- LabTATE - Laboratório de Cartografia Tátil e Escolar
- LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais
- MEC – Ministério da Educação
- NBR – Norma Brasileira
- PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
- PNE – Plano Nacional de Educação
- PPC – Projeto Pedagógico de Curso

PPGAU – Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária

PREG – Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

SAAD – Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades

SETIC - Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

Sisu - Sistema de Seleção Unificada

SP – São Paulo

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TDAH – Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

UC – Unidade Curricular

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	17
1.2 OBJETIVOS	19
1.2.1 Objetivo Geral	19
1.2.2 Objetivos Específicos.....	19
1.3 JUSTIFICATIVA	19
1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	21
1.5 ADERÊNCIA DO TRABALHO AO PPGAU.....	21
1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO	22
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	24
2.1 CONCEITOS E FUNDAMENTOS SOBRE ACESSIBILIDADE.....	24
2.2 ASPECTOS LEGAIS E NORMATIVOS SOBRE ACESSIBILIDADE	28
2.3 O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR SEGUNDO O SINAES	33
2.4 CONTEXTUALIZAÇÃO DA UFSC.....	36
2.4.1 As atribuições do Coordenador de Curso de Graduação.....	37
2.4.2 A Coordenadoria de Acessibilidade Educacional - CAE.....	39
3 METODOLOGIA.....	41
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	41
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	42
3.3 POPULAÇÃO DE ESTUDO	42
3.4 INSTRUMENTO DA PESQUISA E TÉCNICA DE COLETA DE DADOS.....	47
3.4.1 Pré-Teste.....	50
3.5 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	52
4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....	55
4.1 RESULTADOS EM RELAÇÃO AOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	55
4.2 ANÁLISE DOS DADOS DE PESQUISA.....	57
4.2.1 Análise dos resultados do questionário.....	57
4.2.2 Dados da Parte I do questionário.....	58
4.2.3 Dados da Parte II do questionário.....	60
4.2.4 Dados da Parte III do questionário.....	64
4.2.5 Indicadores de acessibilidade relatados pelos coordenadores.....	75

4.3 PROPOSTAS DE AÇÕES/ESTRATÉGIAS QUE CONTRIBUAM PARA O CUMPRIMENTO DOS INDICADORES DE ACESSIBILIDADE NA UFSC.....	80
4.4 GUIA PRÁTICO DE ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	83
4.4.1 Apresentação.....	84
4.4.2 Conceitos e fundamentos legais.....	84
4.4.3 Boas práticas ao atender pessoas com deficiência.....	87
4.4.4 Boas práticas ao organizar um evento ou reunião.....	89
4.4.5 Boas práticas - atitudinais.....	90
4.4.6 Conclusão.....	91
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS	95
APÊNDICE A	101
APÊNDICE B.....	104
APÊNDICE C	108
APÊNDICE D.....	112

1 INTRODUÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece no Art. 5º que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Isto quer dizer que toda a nação passa a ser responsável pela prevalência da igualdade, para garantir uma sociedade pluralista e sem preconceitos, não somente os representantes políticos do país.

O presente estudo é um diagnóstico a respeito da acessibilidade na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Como um de seus objetivos, a universidade institui compromissos e responsabilidades sociais, dentre esses o de inclusão de pessoas com deficiência em seus ambientes. No caso da UFSC, a pesquisa é um estudo de caso, em que foi aplicado questionário sobre as condições de acessibilidade aos Coordenadores dos cursos presenciais de graduação – Campus Florianópolis.

Os indicadores de acessibilidade são apresentados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e são importantes estruturas que fazem parte do dia a dia da pessoa com deficiência. O fato de se verificar, em alguns ambientes, barreiras ao acesso livre de qualquer cidadão, bem como outros tipos de barreiras não físicas, faz com que não se tenha uma inclusão justa e efetiva. Sendo a universidade uma instituição com caráter social e democrático, é fundamental saber se existem condições plenas de acessibilidade e atendimento aos indicadores legais.

Desta forma, esta pesquisa tem a intenção de diagnosticar e apresentar as atuais condições de acessibilidade na UFSC, para que se tenha uma mobilização no sentido de melhorá-las e de incluir a pessoa com deficiência em qualquer tipo de ambiente, de modo que esta permaneça e possa concluir seus estudos na educação superior. Verificar o atendimento dos indicadores de acessibilidade, com o propósito de possibilitar a inclusão das pessoas com deficiência, constitui o foco da pesquisa e o objetivo deste estudo. Uma universidade só terá atingido seu cunho social quando, de fato, incluir e permitir que qualquer cidadão tenha pleno acesso a ela e ao seu processo de ensino e de aprendizagem.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Por vivenciar a condição de pessoa com deficiência e trabalhar neste tipo de instituição, infiro que é perceptível a enormidade de barreiras que são enfrentadas dentro da

universidade. Verifica-se que ainda existe o preconceito, pois a educação superior tem se mostrado elitista, ou seja, é idealizada para “pessoas normais”. A acessibilidade atitudinal tem se mostrado como a mais problemática, pois assim como é a mais fácil de mudar, tratando-se de atitude, também é a mais difícil de ser conquistada em quem não aceita as diferenças. Além disso, a acessibilidade arquitetônica se encontra defasada, de modo que é pouco vista a reforma de ambientes e mesmo a melhoria nas estruturas funcionais da universidade. Isso sem contar os demais tipos de acessibilidade que, de igual forma, precisam de atenção e melhorias.

Neste estudo é feito um diagnóstico dos indicadores de acessibilidade nos cursos presenciais de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. O SINAES tem como objetivo assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, além dos cursos de graduação e também do desempenho acadêmico de seus estudantes (BRASIL, 2004). Dentre suas finalidades, estabelece o engajamento das instituições de educação superior para aprofundar seus compromissos e responsabilidades sociais.

No caso específico da UFSC, o processo de inclusão das pessoas com deficiência foi perquirido pela perspectiva dos Coordenadores dos Cursos de Graduação da modalidade presencial, de forma que foi analisado o atendimento aos indicadores de acessibilidade, os recursos e ações adotados a fim de garantir a inclusão de pessoas com deficiência, em todas as suas dimensões, e apontadas as barreiras que constituem um obstáculo ao cumprimento dos requisitos mínimos necessários a uma inclusão efetiva. Chauí (2003) considera a universidade como uma instituição social, ou seja, possui como finalidade a universalidade. A universidade, portanto, é uma instituição social que não se distingue da ideia de democracia, de inclusão e de compartilhamento do saber.

De acordo com Deitos (2021), o fato de inserir uma pessoa com deficiência em determinado ambiente não implica, necessariamente, em sua inclusão. São primordiais as análises das condições de acessibilidade, principalmente nas questões estruturais e funcionais, para que se tenha a efetividade das ações de inclusão das pessoas com deficiência no ambiente ao qual se está condicionando-as.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da UFSC, vigente para o período de 2020 a 2024, estabelece como um de seus valores o cunho inclusivo, ou seja, a universidade é comprometida com a institucionalização do acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade para todos, de forma a superar qualquer desigualdade, preconceito, exclusão ou discriminação (UFSC, 2020). No próprio documento está descrito que a universidade efetua ações para a redução de barreiras relacionadas à acessibilidade física, programática,

pedagógica, de comunicação e atitudinal, ou seja, de atitude, além de buscar estratégias voltadas ao trabalho de acompanhamento dessas pessoas.

Tendo como bases o Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior - e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, são descritos no presente estudo os eixos que estruturam a acessibilidade em uma instituição de ensino superior, visando eliminar barreiras físicas, pedagógicas, nas comunicações e informações, nos ambientes, instalações, equipamentos e materiais didáticos (BRASIL, 2013).

Desta forma, delimita-se a seguinte pergunta de pesquisa: **Quais são as condições de acessibilidade na UFSC, sob a ótica dos coordenadores de cursos de graduação, tendo por base os indicadores estabelecidos pelo SINAES?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Diagnosticar a aplicabilidade dos indicadores de acessibilidade nos cursos presenciais de graduação na Universidade Federal de Santa Catarina, propondo ações/estratégias que contribuam com a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior.

1.2.2 Objetivos Específicos

Com o intuito de se atingir o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Descrever os indicadores de acessibilidade definidos nas legislações e nas normas aplicáveis à educação superior;
- b) Identificar a aplicabilidade dos indicadores de acessibilidade nos cursos presenciais de graduação da UFSC, sob a ótica dos coordenadores de cursos;
- c) Analisar as condições de acessibilidade apontadas pelos coordenadores de cursos de graduação para o cumprimento dos indicadores elencados pelo SINAES;
- d) Propor ações/estratégias que contribuam para o cumprimento dos indicadores de acessibilidade na Universidade Federal de Santa Catarina.

1.3 JUSTIFICATIVA

A pesquisadora é servidora com deficiência auditiva e está lotada, atualmente, no Departamento de Física do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas da Universidade Federal de Santa Catarina, tendo ingressado por Concurso Público através de vagas destinadas a pessoas com deficiência. Por constatar que existe falta de preparo na estrutura administrativa e acadêmica da universidade que irá receber estes tipos de servidores e alunos, há inquietação com relação a como a UFSC está estruturada na questão da acessibilidade.

Com passar do tempo, mesmo com a existência de Equipe Multiprofissional, Coordenadoria de Acessibilidade Educacional e Coordenadoria de Assistência Estudantil, percebe-se que a universidade ainda carece de ações que viabilizem não apenas a inclusão de pessoas com deficiência, mas também sua permanência.

O atual estudo se torna relevante sob o ponto de vista de que existem políticas públicas que requerem a acessibilidade à educação superior, definindo requisitos a serem cumpridos pelas universidades. Desta forma, ao se fazer um diagnóstico da acessibilidade na UFSC, sob a ótica dos Coordenadores dos cursos presenciais de graduação, foi possível perceber pontos que necessitam de maior atenção e são propostas ações que visam melhorias, estimulando não apenas o debate acerca da importância da inclusão de pessoas com deficiência nas atividades cotidianas, mas também um conjunto de ações que proporcionam independência, autonomia e inclusão de todas as pessoas que participam da comunidade universitária. De igual forma, também foi possível evidenciar os aspectos que estão sendo cumpridos e até mesmo superados em termos de atendimento às políticas públicas de acessibilidade.

A oportunidade presente nesta pesquisa, para a autora, é a de sugerir literatura e normativas que sejam contributivas ao atendimento de outras pessoas que fazem parte do grupo das pessoas com deficiência, tratando sempre da inclusão em seu sentido real. Por ser uma questão social, é importante que, cada vez mais, sejam observados os indicadores e aperfeiçoados, à medida que ocorram os avanços das tecnologias. Faz parte da política das universidades a inclusão de todo tipo de pessoa, sua permanência e adoção de meios que ofereçam maior qualidade de vida e de ensino.

Os indicadores de acessibilidade, definidos pela legislação e, especificamente, pelo SINAES, são importantes pontos que fazem parte do dia a dia da pessoa com deficiência, muitas vezes não sendo encontrados em todos os ambientes. A universidade, sendo uma instituição que tem um caráter social e que deve ser exemplo à população, se torna um local fundamental para investigação dos cumprimentos dos requisitos. Deste modo, o presente estudo se dá na Universidade Federal de Santa Catarina, tanto por ser o local de formação acadêmica da pesquisadora – curso de graduação em Ciências Econômicas e Mestrado

Profissional em Administração Universitária – quanto por ser seu ambiente de trabalho –
Servidora Técnico-Administrativa em Educação – Assistente em Administração.

1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Por entender que a acessibilidade é um assunto que envolve toda a sociedade, seja na forma da inclusão ou mesmo de conhecimento a respeito do processo, a pesquisadora optou por estudar o tema analisando como a UFSC está estruturada neste sentido, sob a ótica de pessoas que trabalham e, por vezes, se deparam com desafios no momento de proporcionar a inclusão a pessoas com deficiência, neste caso os coordenadores dos cursos de graduação. A própria pesquisadora já presenciou a situação de que uma pessoa com deficiência física, usuária de cadeira de rodas, não conseguiu assistir suas aulas porque o único elevador que tinha acesso ao andar em que se encontravam as salas não estava em funcionamento. Ou seja, a finalidade da universidade, que seria incentivar a inclusão de todos os que dela fazem uso, configurando um direito, foi prejudicada.

A pesquisa é um estudo de caso feito na UFSC, tendo como respondentes os coordenadores dos cursos presenciais de graduação, do campus Florianópolis. A análise do contexto é importante para que se verifiquem se os indicadores de acessibilidade, definidos no SINAES, estão sendo observados pela instituição, de forma a se fazer um diagnóstico da situação apresentada na sua realidade. Os tipos de acessibilidade analisados neste estudo são: atitudinal; arquitetônica; metodológica; programática; instrumental; nos transportes; nas comunicações; e digital.

Não foi aplicado o questionário aos coordenadores de cursos de graduação da modalidade de Ensino a Distância – EaD e de outros Campi da UFSC. Também, o estudo não foi desenvolvido junto aos coordenadores dos cursos de pós-graduação Lato e Stricto Sensu.

O foco desta pesquisa está em verificar se os indicadores estão sendo cumpridos dentro da universidade, ou seja, se a acessibilidade é proporcionada a toda a comunidade acadêmica, tanto alunos, professores e servidores, quanto pessoas que prestam serviços e/ou são usuários de projetos e atividades desenvolvidos pela UFSC. A pretensão do estudo foi indicar ações de melhorias tanto em seus espaços físicos, quanto nos demais indicadores de acessibilidade definidos na legislação vigente, em seus cursos presenciais de graduação.

1.5 ADERÊNCIA DO TRABALHO AO PPGAU

A UFSC, sendo uma instituição de ensino comprometida com a institucionalização do acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade para todos (UFSC, 2020), tem como uma de suas ações a redução de barreiras de acessibilidade, de forma a garantir o seu valor de cunho inclusivo. Pela literatura, foi visto que é dever de todos os cidadãos o respeito e a garantia da participação social em igualdade de condições.

Os indicadores de acessibilidade espacial ou arquitetônica são apresentados em normas técnicas, mais especificamente pela NBR 9050 e também pela NBR 16.537, e incorporados pelo Ministério da Educação nos instrumentos de avaliação de regulação dos cursos de graduação e utilizados para avaliar as Instituições de Educação Superior - IESs. Esses requisitos são importantes detalhes que, muitas vezes, passam despercebidos pelo cidadão comum, mas fazem toda a diferença à pessoa com deficiência. O SINAES é um importante sistema de avaliação do cumprimento dos requisitos de acessibilidade, uma vez que possibilita a visita *in loco* por comissões específicas para efeito de regulação e aponta conclusões sobre melhorias a serem implementadas pelas IESs.

Neste sentido, o presente trabalho é aderente ao Programa de Pós-graduação em Administração Universitária – PPGAU através da linha de pesquisa “Sistemas de Avaliação e Gestão Acadêmica”, de modo que o objetivo principal é diagnosticar a aplicabilidade dos indicadores de acessibilidade nos cursos presenciais de graduação na Universidade Federal de Santa Catarina, propondo ações/estratégias que contribuam com a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. De acordo com a literatura pesquisada, os estudos feitos nas normativas sobre acessibilidade e os resultados da pesquisa, este trabalho apresenta ações/estratégias que, se utilizadas, podem contribuir com a inclusão mais efetiva de pessoas com deficiência no ensino superior.

Com este trabalho, espera-se que a acessibilidade tenha maior alcance e visibilidade junto aos coordenadores de cursos e à comunidade acadêmica, alertando para que os indicadores sejam de fato cumpridos, assim garantindo a inclusão de todos os cidadãos que acessam a universidade e que dela fazem uso.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este estudo está dividido em capítulos, a saber:

- INTRODUÇÃO: Problema de Pesquisa, Objetivos, Justificativa, Delimitação da Pesquisa, Aderência do Trabalho ao PPGAU e Estrutura do Trabalho. O capítulo “Objetivos” está

subdividido em Objetivo Geral e Objetivos Específicos, e o “Problema de Pesquisa” expõe a pergunta que norteia este trabalho.

- REVISÃO DE LITERATURA: que contempla os Conceitos e Fundamentos sobre Acessibilidade; os Aspectos Legais e Normativos sobre Acessibilidade; o Processo de Avaliação das Instituições de Educação Superior segundo o SINAES; e a Contextualização da UFSC, trazendo as atribuições do Coordenador de Curso de Graduação e a Coordenadoria de Acessibilidade Educacional - CAE.

- METODOLOGIA: sinalizada como capítulo de número 3 (três), é composta por Classificação da Pesquisa; Procedimentos Metodológicos, compreendendo a população de estudo, o instrumento da pesquisa e técnica de coleta de dados. Também, é apresentado o Pré-Teste efetuado com especialistas da área e que subsidiou a elaboração do instrumento de pesquisa e o Tratamento e Análise dos dados.

- APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA: Neste capítulo são apresentados os Resultados em relação aos Objetivos Específicos e a Análise dos dados de Pesquisa, contemplando a Análise dos resultados do questionário, Dados da Parte I, Parte II e Parte III do questionário e os Indicadores de acessibilidade relatados pelos coordenadores. Além disso, são feitas Propostas de Ações/Estratégias que contribuam para o cumprimento dos indicadores de acessibilidade na UFSC e é apresentado o Guia Prático de Atendimento à Pessoa com Deficiência, produto final deste estudo.

- CONSIDERAÇÕES FINAIS: como último capítulo são feitas as considerações sobre o trabalho, com recomendações para futuras pesquisas relacionadas ao tema “Acessibilidade” ou temas correlatos como “inclusão” no ensino superior.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo, que trata da revisão da literatura, são abordados os conceitos e fundamentos sobre acessibilidade, os aspectos legais e normativos sobre acessibilidade, o processo de avaliação das Instituições de Educação Superior segundo o SINAES e a contextualização da UFSC, que traz as atribuições dos Coordenadores dos cursos de Graduação e uma breve apresentação da Coordenadoria de Acessibilidade Educacional - CAE.

2.1 CONCEITOS E FUNDAMENTOS SOBRE ACESSIBILIDADE

O Brasil, a partir da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2007), firmou, por meio do Decreto nº 186/2008 (Brasil, 2008a) e da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007), a obrigatoriedade da adequação das Instituições de Educação Superior ao processo de inclusão e acessibilidade, sendo exigida pelo Ministério da Educação (CANTORANI *et al*, 2020).

As políticas públicas são norteadoras e definem as normas que devem ser seguidas por toda a sociedade. No caso das universidades, ou de qualquer instituição de ensino, essas políticas são estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC), de modo a promover a efetivação do acesso, da permanência e da participação dos alunos na educação. De igual forma, o MEC institui o “planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos” (Cantorani *et al*, 2020, p. 5). No entanto, a responsabilidade pela adequação e disponibilização de serviços e recursos em todos os setores acadêmicos e administrativos cabe às instituições de educação (BRASIL, 2013).

A acessibilidade pode ser entendida como a possibilidade de utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (NAVARRO *et al*, 2010). O fato de algum desses itens de acessibilidade faltar no percurso de uma pessoa com deficiência, restringe a sua participação de modo igualitário na sociedade, prejudicando sua qualidade de vida.

Segundo o Programa Incluir (BRASIL, 2013), a acessibilidade consiste na condição para utilização total ou assistida, dos espaços, edificações e demais sistemas e meios de comunicação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. Entende a

pesquisadora que não somente as pessoas com deficiência fazem uso dos espaços, mas toda a sociedade. Neste caso, uma pessoa que possui mobilidade reduzida, mesmo que temporária, é beneficiária das melhorias proporcionadas pela acessibilidade.

A acessibilidade, de acordo com Navarro *et al* (2010), está associada a pessoas com deficiência física, hemiplégicos ou paraplégicos que necessitam se deslocar através de cadeiras de rodas, muletas, andadores, entre outros recursos. Além desses, existem deficiências que também demandam atenção, como a cegueira ou deficiência visual crônica, deficiência auditiva, entre outros tipos, mesmo que temporárias. A Figura 1 traz os símbolos dos tipos de deficiências, de acordo com os dados da Organização das Nações Unidas (ONU, 2007).

Figura 1 – Símbolos dos tipos de deficiências



Fonte: Elaborado pela autora (2022), a partir dos dados da Organização das Nações Unidas (ONU, 2007).

Tendo a universidade como o lócus de pesquisa, Chauí (2003) a considera como uma instituição social, ou seja, possui como finalidade a universalidade. Prado e Reibnitz (2016) relacionam que a educação é constituída em conhecimento quando tomada como prática da liberdade, à ideia de Freire, se aproximando da realidade.

Cantorani e Pilatti (2015), em seu estudo, tratam da adequação das Instituições de Ensino ao processo de acessibilidade e inclusão, que no Brasil são regulamentadas e avaliadas pelo Ministério da Educação – MEC, por meio de instrumentos normativos, regulatórios e de avaliação de cursos e de regulação institucional. Deste modo, os autores definem que a

acessibilidade arquitetônica nas IESs deve ocorrer em todos os ambientes, para que todos os membros da comunidade acadêmica tenham garantido o direito de ir e vir com segurança e autonomia, de utilização de mobiliário e equipamentos e de participação nas atividades acadêmicas previstas em seu curso e instituição.

Ainda segundo os autores Cantorani e Pilatti (2015), existe amplitude do conceito de acessibilidade, denotando o fato de que ela não se restringe a aspectos físicos e arquitetônicos, podendo se constituir a partir de um conjunto de dimensões, definido no documento titulado como “Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação *in loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior” (BRASIL, 2013a), tais como:

- * **Acessibilidade atitudinal:** Refere-se às atitudes das pessoas, como preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações;
- * **Acessibilidade arquitetônica:** Também conhecida como físico espacial – possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (NBR 9050);
- * **Acessibilidade metodológica:** Também conhecida como pedagógica;
- * **Acessibilidade programática:** Refere-se à sensibilização em relação à eliminação de barreiras e orientações presentes nas políticas públicas;
- * **Acessibilidade instrumental:** Relacionada a instrumentos e ferramentas de estudo;
- * **Acessibilidade nos transportes:** Diz respeito não apenas aos veículos, mas também às paradas de ônibus, estacionamento, calçadas de acesso, estações de embarque e desembarque dos meios de transporte coletivos (metrô, trem, aeroporto, sistema aquaviário, entre outros);
- * **Acessibilidade nas comunicações:** Comunicação interpessoal, escrita e virtual;
- * **Acessibilidade digital:** disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos (BRASIL, 2013a).

De modo a apresentar as condições de acessibilidade previstas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) – NBR 9050, bem como explicitar os critérios de acessibilidade a serem observados no planejamento do espaço escolar, o Ministério da Educação - MEC elaborou o “Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas: O direito à escola acessível!” (BRASIL, 2009). Nesse documento são detalhados os diferentes ambientes

escolares, além de orientações que visem eliminar barreiras, garantindo o acesso, com autonomia e segurança, a todos os alunos e pessoas que fazem uso destes espaços.

No Manual de Acessibilidade elaborado pelo MEC (BRASIL, 2009) são feitas recomendações para possibilitar não apenas o acesso físico aos ambientes escolares, mas também a possibilidade de participação nas diversas atividades escolares por alunos, professores, familiares e funcionários da instituição. No intuito de se garantir condições de acessibilidade espacial, é importante identificar as barreiras que se fazem presentes, impossibilitando ou aumentando o grau de dificuldade de inclusão das pessoas com deficiência em ambientes de ensino. Devem ser considerados, desta forma, quatro aspectos para permitir a acessibilidade, descritos no Quadro 1:

Quadro 1 – Aspectos e definições da acessibilidade espacial

Aspecto	Definição	Características
Orientação Espacial	Permite ao indivíduo reconhecer a identidade e as funções dos espaços, bem como definir estratégias para seu deslocamento.	Forma, iluminação, cores e disposição dos lugares e equipamentos, assim como informações escritas ou desenhos que auxiliam na compreensão dos lugares.
Deslocamento	É a possibilidade de qualquer pessoa poder movimentar-se ao longo de percursos horizontais e verticais.	Percursos horizontais: Corredores; Percursos verticais: Rampas, escadas e elevadores.
Uso	Diz respeito às condições de uso dos espaços e equipamentos, com possibilidade efetiva de realização de atividades por todas as pessoas.	Forma, dimensões, relevo, textura, cores e posição dos equipamentos e mobiliários, permitindo que sejam alcançados e utilizados por todos.
Comunicação	Trocas de informações entre pessoas, com ou sem auxílio de meios de comunicação alternativa, além de aquisição de informações gerais através de suportes informativos.	Acústica dos ambientes, presença de sinais, pictogramas que complementam informações escritas e os meios de tecnologia assistiva.

Fonte: Elaborado pela autora (2021), a partir dos conceitos definidos por Marta Dischinger e Vera Helena Bins Ely no Manual de Acessibilidade do MEC (BRASIL, 2009).

A acessibilidade tem sido um tema recorrente nas últimas décadas, salientando a importância de se eliminarem as barreiras arquitetônicas, comunicacionais, entre outros campos, a fim de garantir a inclusão de todas as pessoas a todos os espaços a que possuem direito de frequentar (PIVETTA *et al*, 2016). Já as autoras Passerino e Montardo (2007) descrevem que o conceito de acessibilidade deve ser entendido como uma componente do conceito de usabilidade, uma vez que acessível é algo que se pode permitir o uso.

Em relação ao ambiente universitário, campo de estudo deste trabalho, tem-se que, “ultrapassadas as principais barreiras no campo da infraestrutura física e assegurados os meios de comunicação e interação digital a distância, o sucesso de uma universidade inclusiva reside no âmbito atitudinal” (PIVETTA *et al*, 2016, p. 173). A remoção de barreiras atitudinais e o fomento pelo respeito a todos os seres humanos, independentemente das suas condições e especificidades é, antes de tudo, a promoção da acessibilidade.

Quando se aborda a inclusão da pessoa com deficiência em uma instituição, deve-se considerar a diferença em relação à sua simples inserção. A inserção requer tão somente práticas simples de recrutamento e seleção. Inclusão, ao contrário, requer planejamento para um programa que perpassa todos os processos de gestão de pessoas, promovendo o alinhamento estratégico horizontal entre eles e vertical com os macro-objetivos organizacionais (CARDOSO e ARAÚJO, 2006).

Tada (2009) afirma que alguns gestores adotam a segregação, ou seja, a separação de alunos com deficiência em classes especiais, com a perspectiva de inclusão escolar. No entanto, o que ocorre é uma diferença de saberes transmitidos nas classes, promovendo a pouca interação entre alunos ditos normais e aqueles julgados como incapazes.

Já a exclusão, de acordo com Macedo *et al* (2014), está apoiada na ideia de pessoas que não acreditam na capacidade humana de superar suas deficiências. Ou seja, há a negação de que uma pessoa com deficiência possa fazer parte de atividades cotidianas e que seja capaz de se desenvolver e conviver normalmente em sociedade.

Marques e Marques (2003) lembram que a universidade tem como função social a de apresentar, com clareza, as contradições sociais e recomendar alternativas concretas à solução desses problemas, pois é neste contexto que persiste a perspectiva de inclusão. Ainda que se tenha consciência dos diversos problemas de acessibilidade existentes, Duarte *et al* (2013) ressaltam que o pleno acesso e a permanência de pessoas com deficiência na educação como um todo, não é uma realidade. Fatores culturais, políticos e sociais contribuem, ainda, para esse quadro de dificuldade, incluindo a negação do direito de acesso à educação, principalmente às pessoas com deficiência.

2.2 ASPECTOS LEGAIS E NORMATIVOS SOBRE ACESSIBILIDADE

Com a finalidade de descrever a regulamentação e os indicadores de acessibilidade existentes nas legislações e estudos atuais, foi feito levantamento bibliográfico e documental acerca do tema da acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência na educação superior.

A Constituição Federativa do Brasil institui em seu Preâmbulo que o Brasil é um Estado Democrático que, dentre seus valores supremos, tem como destino o de assegurar o exercício da igualdade na sua população. Isto quer dizer que não somente os representantes políticos precisam se responsabilizar sobre a manutenção desses tipos de valores, mas também toda a nação. Além disso, a Carta Magna cita, em seu Art. 5º, que todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país têm a garantia da “inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988, p. 2).

O Poder Público tem a obrigatoriedade de criar formas de garantir o acesso de todos os cidadãos aos diferentes níveis de ensino, estabelecendo a igualdade de oportunidades. A Lei nº 9.394/1996 estabelece como princípio que a família e o Estado têm o dever de assegurar a educação ao educando, com a finalidade de seu pleno desenvolvimento, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996). Mediante essa mesma lei, é dito que não somente deverá ser criada a oportunidade de igualdade do acesso ao ensino, mas também viabilizada a permanência do aluno.

A Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que é o Estatuto da Pessoa com Deficiência, cita que a pessoa com deficiência terá asseguradas, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015). Entretanto, a depender de cada caso, faz-se necessária a realização de ajustes, a fim de garantir que a pessoa com deficiência possa exercer todos os direitos e liberdades fundamentais em igualdade de condições e oportunidades.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência considera que a pessoa com deficiência é

[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p. 1).

A acessibilidade é descrita neste Estatuto como a “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação” (BRASIL, 2015, p. 2). As barreiras são apresentadas como qualquer tipo de entrave ou obstáculo que impeça a participação social da pessoa com deficiência, bem como o exercício de seus direitos.

O Decreto nº 10.502/2020 regulamenta que a União deverá implementar “programas e ações com vistas à garantia dos direitos à educação e ao atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 2020, p. 1).

Por meio deste decreto há a instituição da Política Nacional de Educação Especial, sendo ela equitativa – para que todos os cidadãos possuam iguais oportunidades e que sejam eliminadas ou minimizadas as barreiras que possam obstruir a participação plena e efetiva do educando na sociedade – e inclusiva – com vistas a orientar as práticas necessárias para desenvolver estratégias que possibilitem a inclusão social.

As políticas públicas direcionadas à inclusão da pessoa com deficiência no meio social possuem como objetivo o desenvolvimento de potencialidades e habilidades que possam contribuir para a autonomia da pessoa com deficiência e sua participação na sociedade em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas (BRASIL, 2015). Além das políticas que incluam a pessoa com deficiência nos meios sociais, é necessário que os profissionais que trabalham nas variadas instituições tenham preparação para atendimento a esta população. A acessibilidade em todos os ambientes e serviços deve ser garantida, a fim de que sejam respeitadas a inclusão e a permanência de pessoas com deficiência, no caso deste estudo, nas instituições de ensino. A educação superior, deste modo, se torna um degrau importante a ser alcançado.

A Declaração de Salamanca (1994) é um documento das Nações Unidas que trata dos princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais, o qual demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiência seja parte integrante do sistema educacional. Desde que foi proclamada esta declaração, há um movimento intensivo por parte de políticas públicas, que se alinham para atender aos requisitos de inclusão, sendo de um viés duplo, ou seja, a sociedade se adaptando à pessoa com deficiência e vice-versa (ALMEIDA E FERREIRA, 2018). Entende a pesquisadora que a educação inclusiva, por isso, é um esforço em direção à “escola para todos”.

Em 2004 foi publicada a Lei nº 10.861, instituindo o SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, que tem como um de seus principais objetivos o de avaliar o desempenho acadêmico dos estudantes dos cursos de graduação (BRASIL, 2004). As instituições de educação superior, por meio de suas atividades, deverão garantir a inclusão social, especialmente para atender sua responsabilidade social.

O Programa Incluir – Acessibilidade na educação superior (BRASIL, 2013) tem como objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais, as quais se organizam de modo a atender ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência na vida acadêmica. De acordo com o documento orientador do Programa Incluir, do Ministério da Educação, o

[...] acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis pressupõe a adoção de medidas de apoio específicas para garantir as condições de acessibilidade, necessárias à plena participação e autonomia dos estudantes com deficiência (BRASIL, 2013, p. 8).

O Plano Nacional de Educação – PNE, instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, foi aprovado para uma vigência de 10 (dez) anos. Uma de suas metas é a de elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos. Com a finalidade de atingir esta meta, uma das estratégias adotadas deve ser a de “otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação” e “assegurar condições de acessibilidade nas instituições de educação superior, na forma da legislação” (BRASIL, 2014, p. 19 e 20).

No sentido de se definir as condições de acessibilidade, o Estatuto da Pessoa com Deficiência traz os tipos de barreiras que existem e que constituem obstáculos à pessoa com deficiência, prejudicando sua efetiva inclusão e permanência no meio social. As barreiras são as seguintes:

- a) Barreiras urbanísticas: Existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) Barreiras arquitetônicas: Existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) Barreiras nos transportes: Existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) Barreiras nas comunicações e na informação: Obstáculos que dificultam ou impossibilitam a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia de informação;
- e) Barreiras atitudinais: Atitudes ou comportamentos que impedem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- f) Barreiras tecnológicas: Dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias (BRASIL, 2015).

É na norma técnica existente na ABNT NBR 9050 que são definidos os aspectos de acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, e que devem ser observados nas construções, assim como na NBR 16.537/2016, que trata da sinalização tátil. Deste modo, são descritos a seguir os principais indicadores a serem cumpridos para que um espaço público esteja de acordo com as normas vigentes:

- * Área para manobra de cadeira de rodas sem deslocamento;
- * Espaços para cadeira de rodas em áreas confinadas;

- * Proteção contra queda ao longo das áreas de circulação;
- * Alcance manual frontal com superfície de trabalho – pessoa em cadeira de rodas;
- * Alcance manual lateral e frontal com/sem deslocamento de tronco;
- * Áreas de alcance em superfícies de trabalho – vista horizontal e/ou lateral;
- * Ângulos ideais para apoio do braço;
- * Empunhadura e seção do corrimão;
- * Altura para comandos e controles;
- * Ângulo visual – plano vertical/horizontal;
- * Arranjo geométrico dos pontos em Braille;
- * Formato do relevo do ponto em Braille;
- * Sanitários acessíveis;
- * Elevador;
- * Escada rolante;
- * Sinalizações – faixa de alcance acessível, de pavimento, tátil e visual no piso, espaço reservado para veículo;
- * Rota de fuga e área de resgate;
- * Travessia de pedestres em vias públicas ou em áreas internas de edificações;
- * Entre outros (BRASIL, 2009).

O MEC instituiu como meta a plena participação e inclusão dos alunos na educação superior, de modo que passa a condicionar mecanismos para a efetivação do acesso, permanência e inclusão, promovendo a acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos (BRASIL, 2007). Segundo o “Manual de Acessibilidade espacial para escolas: o direito à escola acessível!” (BRASIL, 2009), os ambientes escolares considerados inclusivos devem possibilitar, além do acesso físico, a participação de todos os alunos, professores, familiares e funcionários nas diversas atividades escolares. A Figura 2 foi elaborada com o fim de melhor ilustrar os conceitos referentes a cada dimensão da acessibilidade:

Figura 2 – Definições operacionais sobre acessibilidade



Fonte: Elaborado pela autora (2021), conforme o documento “Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação *in loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)” (BRASIL, 2013a).

O que se pretendeu, com este estudo, foi fazer um diagnóstico acerca dos indicadores de acessibilidade definidos pelo SINAES utilizados nos ambientes acadêmicos da Universidade Federal de Santa Catarina – Campus Florianópolis, tomando como base os tipos de acessibilidade, bem como as barreiras, definidos pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência. Portanto, este estudo tem por finalidade, além da verificação da situação atual do contexto da UFSC sobre a acessibilidade, a análise, a partir dos resultados da pesquisa, sobre a existência de condições de permanência de pessoas com deficiência na educação superior, enquanto convivem com os diversos tipos de barreiras.

2.3 O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR SEGUNDO O SINAES

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, instituído em 2004, tem por finalidades:

- a) Melhorar a qualidade da educação superior;
- b) Orientar a expansão de oferta na educação superior;
- c) Aumentar permanentemente a eficácia institucional e a efetividade acadêmica e social;
- d) Promover o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, valorizando a sua missão pública, a promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004).

O SINAES é o sistema que avalia as instituições de ensino superior, seus cursos e, também, o desempenho dos estudantes matriculados. A avaliação é feita interna e externamente, contemplando “a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos” (BRASIL, 2004, p. 1).

O processo avaliativo realizado nas instituições conta com instrumentos e procedimentos diversificados, dentre os quais a autoavaliação e a avaliação externa *in loco*. Os avaliadores utilizam os seguintes materiais para aferir a qualidade das instituições:

- * Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI;
- * Projeto Pedagógico de Curso – PPC;
- * Formulário Eletrônico - FE;
- * Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN;
- * Legislação pertinente à acessibilidade;
- * Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

A acessibilidade, na questão da avaliação institucional e de curso, para efeitos de regulação definida pelo SINAES, deve ser verificada de forma ampla, contemplando atributos físicos e arquitetônicos, além de outras dimensões, que complementam e são indispensáveis para um processo de inclusão de pessoas com deficiência de forma efetiva. De forma a apresentar os indicadores que têm referência com a acessibilidade, avaliados pelo SINAES, são apresentados o Quadro 2 – Indicadores Institucionais de acessibilidade avaliados pelo SINAES; e o Quadro 3 – Indicadores de acessibilidade dos Cursos avaliados pelo SINAES.

Quadro 2 – Indicadores Institucionais de acessibilidade avaliados pelo SINAES

Eixo	Indicador
Políticas Acadêmicas	Política de atendimento aos discentes
Políticas de Gestão	Sistema de controle de produção e distribuição de material didático

Eixo	Indicador
Infraestrutura	Instalações administrativas
	Salas de aula
	Auditório(s)
	Sala de Professores
	Espaços para atendimento aos discentes
	Espaços de convivência e de alimentação
	Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física
	Bibliotecas: infraestrutura
	Salas de apoio de informática ou estrutura equivalente
	Instalações sanitárias
	Estrutura dos polos EaD
	Recursos de tecnologias de informação e comunicação

Fonte: Elaborado pela autora (2021), a partir do documento “Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância” (BRASIL, 2017).

Quadro 3 – Indicadores de acessibilidade dos Cursos avaliados pelo SINAES

Dimensão	Indicador
Organização Didático-pedagógica	Estrutura curricular
	Conteúdos curriculares
	Metodologia
	Apoio ao discente
	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo de ensino-aprendizagem
	Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA
	Material didático
Infraestrutura	Sala coletiva de Professores
	Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC)
	Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC)

Fonte: Elaborado pela autora (2021), a partir do documento “Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância” (BRASIL, 2017a).

No âmbito do SINAES, as avaliações *in loco* são processos de avaliação desenvolvidos de forma sistemática e permanente, no sentido de orientar a regulação e a melhoria da qualidade dos cursos e das Instituições de Educação Superior – IESs. O documento “Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação *in loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)” tem como propósito servir de subsídio para a ação dos avaliadores *ad-hoc* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP/MEC acerca de questões referentes à acessibilidade de

estudantes com necessidades de atendimento específico nos diferentes níveis de educação (BRASIL, 2013a).

Uma instituição socialmente responsável tem por princípio adotar condições de acessibilidade e materializar os requisitos da inclusão educacional, o que implica assegurar não apenas o acesso, mas também a plena participação e aprendizagem de todos os estudantes. O MEC, considerando a relevância da educação inclusiva e seus pressupostos legais e conceituais, traz as características das instituições que são consideradas socialmente responsáveis, a saber:

- a) Identifica as potencialidades e vulnerabilidades sociais, econômicas e culturais, de sua realidade local e global a fim de promover a inclusão plena;
- b) Estabelece metas e organiza estratégias para o enfrentamento e superação das fragilidades constatadas;
- c) Pratica a intersetorialidade e a transversalidade da educação especial;
- d) Reconhece a necessidade de mudança cultural e investe no desenvolvimento de ações de formação continuada para a inclusão, envolvendo os professores e toda a comunidade acadêmica; e
- e) Promove a acessibilidade, em seu sentido pleno, não só aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, mas aos professores, funcionários e à população que frequenta a instituição e se beneficia de alguma forma de seus serviços (BRASIL, 2013a, p. 11).

Pelos estudos desenvolvidos, entende a pesquisadora que é preciso rever profundamente as práticas e bases conceituais que estão relacionadas à acessibilidade nas Instituições de Educação Superior e, por consequência, à inclusão na educação de um modo geral. O que se pretendeu, com este estudo, foi fazer um diagnóstico sobre as condições de acessibilidade em que se encontra a UFSC – Campus Florianópolis, e também demonstrar que a inclusão não é do interesse apenas das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, tendo em vista que a deficiência e a diversidade fazem parte da condição humana e que, em algum momento da vida, todas as pessoas necessitam de tratamento igualitário, a fim de se configurar a verdadeira inclusão.

2.4. CONTEXTUALIZAÇÃO DA UFSC

No ano de 1960, foi fundada a Universidade Federal de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis. O Campus João David Ferreira Lima, no bairro Trindade, abriga os principais setores da UFSC e os órgãos administrativos centrais, sendo que a universidade é formada por outros quatro campi: Araranguá, Blumenau, Curitibanos e Joinville. A comunidade universitária é formada por acadêmicos de graduação, pós-graduação, ensino médio,

fundamental e básico, docentes, servidores técnico-administrativos em educação e comunidade externa (UFSC, 2020).

Como instituição pública, tem como missão:

Produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida (UFSC, 2020, p. 25).

No aspecto visão, a UFSC tem a pretensão de ser uma instituição de excelência e inclusiva (UFSC, 2020). Isso também é enunciado em seus valores, quando trata da inclusão:

Uma Universidade inclusiva, capaz de olhar para os mais diversos grupos sociais e compor um ambiente em que impera o respeito e a interação para com todas as diversidades, nacionalidades, classes, etnias e pessoas com deficiência, comprometendo-se com a democratização do acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade para todos, de forma a superar qualquer desigualdade, preconceito, exclusão ou discriminação, construindo uma sociedade mais justa e harmônica para as gerações vindouras (UFSC, 2020, p. 25).

Segundo o PDI vigente para o período de 2020 a 2024, a instituição “desenvolve políticas baseadas na sua função de promover o ensino, a pesquisa e a extensão” (UFSC, 2020, p. 53). Com relação ao ensino e, mais especificamente, à graduação, 70% das vagas são preenchidas por meio de Concurso Vestibular e outras 30% via Sisu – Sistema de Seleção Unificada. Além dessas, há as vagas suplementares para negros, indígenas e quilombolas, e vestibulares específicos para Educação do Campo e Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

2.4.1. As atribuições do Coordenador de Curso de Graduação

Segundo a Resolução Normativa 017/CUn/97, que dispõe sobre o Regulamento dos Cursos de Graduação da UFSC, sendo a principal normatização do ensino de graduação atualmente, a coordenação didática e a integração de estudos de cada curso de graduação é feita por um Colegiado (UFSC, 1997). Dentre as atribuições do Colegiado do Curso, destacam-se para o presente estudo:

Art. 3º - São atribuições do Colegiado do Curso:
 I – estabelecer o perfil profissional e a proposta pedagógica do curso;
 [...]

 III – elaborar, analisar e avaliar o currículo do curso e suas alterações;
 [...]

 V – fixar normas para a coordenação interdisciplinar e promover a integração horizontal e vertical dos cursos, visando garantir sua qualidade didático-pedagógica (UFSC, 1997, p. 1).

A Coordenação dos Cursos de Graduação é exercida por professor integrante da carreira do magistério superior que ministre aulas no mesmo, desde que conte com mais de

três anos de efetivo exercício na Universidade e esteja lotado em Departamento da Unidade Universitária o qual o Curso está vinculado. O mandato do Coordenador será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução (UFSC, 1997).

A Resolução 017/CUn/1997 estabelece as competências do Coordenador do Curso, em seu Artigo 11:

- I – convocar e presidir as reuniões do Colegiado do Curso, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- II – representar o Colegiado junto aos órgãos da Universidade;
- III – executar as deliberações do Colegiado;
- IV – designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo Colegiado;
- V – decidir, *ad referendum*, em caso de urgência, sobre matéria de competência do Colegiado;
- VI – elaborar os horários de aula, ouvidos os Departamentos envolvidos;
- VII – orientar os alunos quanto à matrícula e integralização do Curso;
- VIII – indicar ao DAE, ouvidos os Departamentos envolvidos, as disciplinas que serão oferecidas à matrícula em cada período letivo;
- IX – analisar e decidir os pedidos de transferência e retorno;
- X – decidir sobre pedidos de expedição e dispensa de guia de transferência;
- XI – decidir sobre pedidos de complementação pedagógica e exercícios domiciliares;
- XII – validar disciplinas cursadas em outras instituições, obedecida a legislação pertinente;
- XIII – verificar o cumprimento do currículo do curso e demais exigências para a concessão de grau acadêmico aos alunos concluintes;
- XIV – decidir sobre pedidos de colação de grau em caráter de excepcionalidade;
- XV – promover a integração com os Departamentos;
- XVI – instaurar processo disciplinar em razão de denúncias que envolvam integrante do corpo discente, observado o disposto neste Regulamento;
- XVII – coordenar as atividades teórico-metodológicas do projeto pedagógico do curso, em todas as suas modalidades;
- XVIII – coordenar os processos de reestruturação e avaliação do currículo do curso;
- XIX – propor as políticas de capacitação pedagógica e coordenar as suas ações;
- XX – atuar como interlocutor do Curso;
- XXI – coordenar o levantamento bi-anual da inserção dos egressos do Curso no mercado de trabalho;
- XXII – promover a articulação com o Escritório de Assuntos Internacionais e a Central de Carreiras da PREG, objetivando a participação de alunos em atividades afetas às respectivas áreas de competência;
- XXIII – zelar pelo cumprimento e divulgação deste Regulamento junto aos alunos e professores do Curso;
- XXIV – delegar competência para execução de tarefas específicas;
- XXV – superintender as atividades da secretaria do Colegiado do Curso;
- XXVI – exercer outras atribuições previstas em lei, neste Regulamento ou no Regimento do Curso (UFSC, 1997, p. 3 e 4).

Analisando as atribuições dos coordenadores, conforme definidas pela Resolução 017/CUn/1997, a pesquisadora não encontrou qualquer referência aos temas acessibilidade ou inclusão.

De forma a auxiliar o coordenador de curso nas solicitações feitas pelos acadêmicos com deficiência, há a Coordenadoria de Acessibilidade Educacional, setor que atua diretamente nestes tipos de demandas.

2.4.2. A Coordenadoria de Acessibilidade Educacional - CAE

A Coordenadoria de Acessibilidade Educacional – CAE – é um setor vinculado à Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades – SAAD – da Universidade Federal de Santa Catarina, que atua nos cursos de graduação e pós-graduação, atendendo ao princípio da garantia dos direitos das pessoas com deficiência, visando, principalmente, o acesso ao conhecimento. Este setor tem como objetivos:

- * Desenvolver e executar ações de acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência da UFSC;
- * Promover condições igualitárias de acesso ao conhecimento aos estudantes com deficiência;
- * Propor ações para redução de barreiras relacionadas à acessibilidade programática, pedagógica, de comunicação e atitudinal na Universidade;
- * Apoiar os diferentes setores da universidade com o objetivo de fomentar a participação plena de pessoas com deficiência;
- * Mediar na disponibilização de tecnologia assistiva e comunicação alternativa para os estudantes que necessitem de tais recursos;
- * Ser referência para os diferentes setores e Centros de Ensino da UFSC nas ações de acessibilidade educacional;
- * Estabelecer parcerias com as diversas entidades representativas das pessoas com deficiência de Santa Catarina e de outros Estados, visando à troca de conhecimentos e demais formas de intercâmbio acadêmico;
- * Contribuir com os processos institucionais que envolvam o ingresso das pessoas com deficiência nos vestibulares, concursos públicos e processos seletivos;
- * Elaborar, com a participação da comunidade universitária, a política institucional de acessibilidade para pessoas com deficiência (UFSC, 2022).

Sendo a CAE um setor que atua na linha de frente das questões que envolvem a acessibilidade na UFSC, também é a principal rede de apoio aos coordenadores dos cursos de graduação quando solicitados para atendimento às especificidades de pessoas com deficiência.

No Pré-Teste que realizado com os Núcleos e Coordenadorias de Acessibilidade de cinco instituições de ensino, apresentado em um subcapítulo específico adiante neste trabalho,

foi possível verificar nas entrevistas uma convergência das respostas em relação aos problemas enfrentados por estas instituições no que se refere à acessibilidade, como a falta de recursos orçamentários para investimento em infraestrutura adequada, a existência de barreiras, principalmente a atitudinal, que impedem ou dificultam o acesso e a permanência, e a presença de um ambiente elitista.

Cantorani e Pillati (2015) relatam que, quando se trata de universidades públicas, a plena acessibilidade nem sempre é possível, principalmente por problemas orçamentários. Fatores como insuficiência de recursos financeiros e o não status de prioridade aos ajustes solicitados para atender pessoas com deficiências constituem grandes barreiras à acessibilidade ao ensino superior.

Entretanto, ao contrário das barreiras, foram descritos pelos participantes do pré-teste alguns facilitadores existentes nas instituições de educação superior, a exemplo das ações afirmativas. Segundo Ciantelli e Leite (2016), esses fatores possuem por finalidade acelerar o processo de igualdade por parte dos grupos socialmente vulneráveis. Embora as instituições se movam no sentido de proporcionar cada vez mais facilitadores, ainda são poucas as ações que, de fato, incluem a pessoa com deficiência nesse nível de escolaridade.

O que se percebe, na concepção desta pesquisadora, a partir das entrevistas realizadas no pré-teste, é que existe uma incoerência entre se criar uma lei que atenda as necessidades especiais e não oferecer condições para que as instituições de ensino cumpram com as exigências. Isso coloca em risco a própria inclusão, tornando um ambiente que evidencia as diferenças e potencializa as dificuldades.

3. METODOLOGIA

Essa etapa do estudo é dedicada a apresentar a metodologia utilizada a fim de propiciar o desenvolvimento da pesquisa, considerando-se a classificação da pesquisa, os procedimentos metodológicos, a população de estudo, o instrumento da pesquisa e a técnica de coleta de dados, que contempla o pré-teste, e o tratamento e análise dos dados.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

O presente estudo tem abordagem qualitativa com a aplicação de questionário estruturado. Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2013), a pesquisa qualitativa tem como foco compreender e aprofundar os fenômenos a partir da perspectiva dos participantes em um determinado ambiente ou contexto. Tais perspectivas permitem identificar experiências, pontos de vista, opiniões e significados de acordo com os indivíduos pesquisados. Ainda segundo os autores, a pesquisa qualitativa possibilita trabalhar com um leque de valores, significados, lembranças e motivações intrínsecas dos sujeitos participantes.

A pesquisa possui natureza aplicada, pois procura a resolução de um problema concreto, ou seja, contribui para o desenvolvimento estrutural da Universidade Federal de Santa Catarina, uma vez que buscou diagnosticar se os indicadores de acessibilidade estão sendo atendidos na instituição (VERGARA, 2013).

Com relação aos objetivos desta pesquisa, considera-se que é descritiva, pois, segundo Triviños (1987), se propõe a descrever fatos e fenômenos da realidade a ser estudada. Conforme Santos (2007), a pesquisa descritiva é um levantamento das características conhecidas, componentes do fato/fenômeno/problema, onde se buscou descrever as condições de acessibilidade identificadas pelos coordenadores dos cursos presenciais de graduação da UFSC.

Com o propósito de fundamentar a pesquisa, optou-se pela metodologia de estudo de caso. Este se configura como o “fato de conhecer o ‘como’ e os ‘porquês’ da unidade e identidade própria estudada” (TRIVIÑOS, 1987, p. 19). Para Yin (2005), esta metodologia contribui para a compreensão de fenômenos complexos, e considerando que as questões de acessibilidade possuem concepções transversais, o estudo de caso se torna apropriado, possibilitando uma visão abrangente do fenômeno estudado.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Booth, Colomb e Williams (2000), para a construção de um trabalho científico, faz-se necessário que se busquem respostas às indagações. Assim, pesquisar significa compreender a tarefa de reunir informações pertinentes para a resolução de um problema previamente estabelecido. De acordo com Barros e Lehfeld (1990), definido o que se pretende estudar, busca-se os procedimentos metodológicos necessários, ou seja, a forma e o instrumental técnico.

Para compreender a questão da inclusão de pessoas com deficiência nas universidades federais brasileiras, bem como os indicadores de acessibilidade, recorreu-se à literatura especializada, por meio de legislações, teses, dissertações, artigos científicos, livros, dentre outros. Pois, quando se fala em inclusão, é necessário ter claro que se pressupõe “um processo espontâneo e subjetivo que envolve direta e pessoalmente o relacionamento entre seres humanos” (GLAT, 1998, p. 16).

Neste estudo, foi realizado um diagnóstico acerca da utilização dos indicadores de acessibilidade definidos pelo SINAES, verificando o atendimento desses na UFSC – Campus Florianópolis, a partir da ótica e entendimento dos coordenadores dos cursos presenciais de graduação, sendo estes os sujeitos de pesquisa. É necessário “buscar, armazenar e ter acesso ao máximo de informações e conhecimentos possíveis sobre o tema escolhido, com um nível aceitável de esforço e dispêndio de tempo e recursos” (MARTINS, 2006, p. 17).

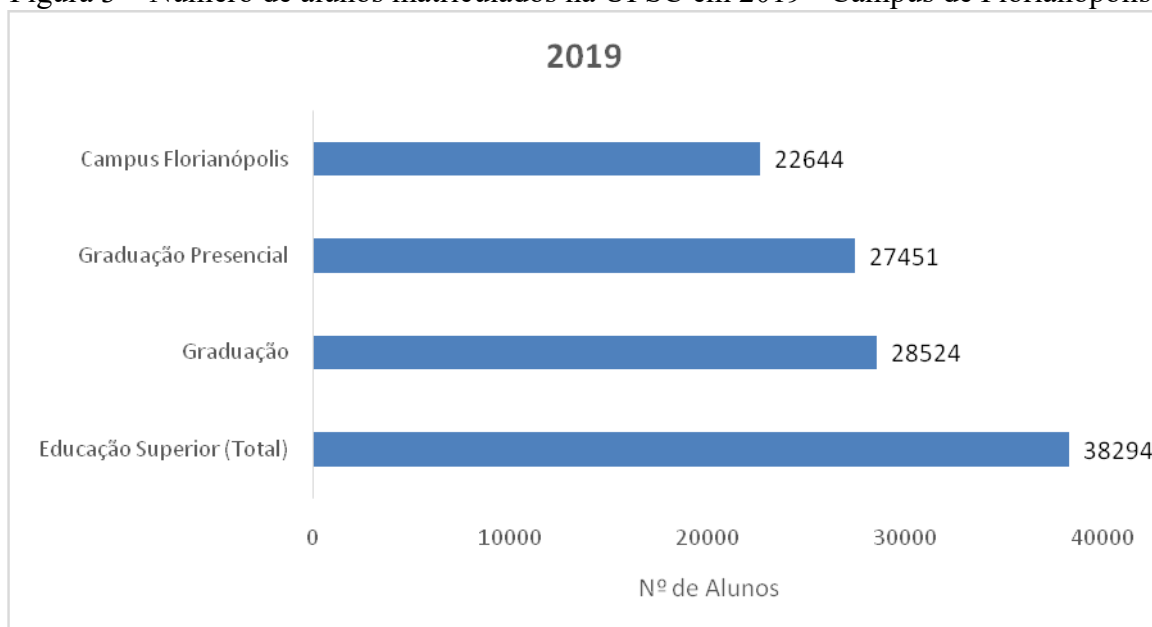
3.3 POPULAÇÃO DE ESTUDO

O estudo foi desenvolvido na Universidade Federal de Santa Catarina – Campus Florianópolis, na cidade de Florianópolis, litoral de Santa Catarina, nas Coordenadorias dos Cursos presenciais de Graduação. A trajetória institucional da UFSC, em 2021, registra exatos 60 (sessenta) anos de existência como instituição de ensino superior.

A Universidade Federal de Santa Catarina possui outros quatro campi, além de Florianópolis: Araranguá, Blumenau, Curitibanos e Joinville. Com relação à educação, possui modalidades na educação básica, além do ensino superior. O presente estudo foi feito apenas nos cursos presenciais de graduação da UFSC no campus Florianópolis, por ser o local (Florianópolis) e a modalidade (graduação presencial) que recebem o maior número de matrículas de alunos e, desta forma, possibilitaram uma coleta de dados relevante para a pesquisa. Para apresentar um parâmetro em números, a Figura 3 traz a estatística dos alunos

matriculados no ano de 2019, no campo de pesquisa escolhido para este estudo, sendo este o último ano sobre o qual há informações divulgadas até a presente data.

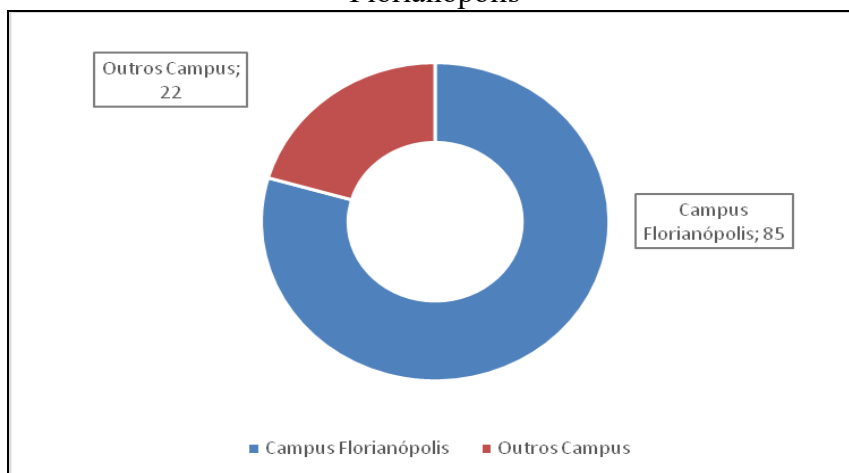
Figura 3 – Número de alunos matriculados na UFSC em 2019 - Campus de Florianópolis



Fonte: Elaborado pela autora (2021), a partir de dados obtidos de DPGI/SEPLAN (2019).

Tendo em vista que em 2019 havia 22.644 alunos matriculados em cursos presenciais de graduação no campus Florianópolis, torna-se necessário apresentar o número de cursos presenciais de graduação que são ofertados na instituição, no campus Florianópolis, conforme a Figura 4:

Figura 4 – Número de cursos presenciais de graduação na UFSC em 2019 - Campus Florianópolis



Fonte: Elaborado pela autora (2021), a partir de dados obtidos de DPGI/SEPLAN (2019).

O presente estudo é considerado censitário, ou seja, contempla os elementos de uma população, constituída de todos os coordenadores de cursos presenciais de graduação da UFSC – Campus Florianópolis, pertencentes à mesma categoria gerencial, possuindo as mesmas funções e atribuições.

Segundo Cooper e Schindler (2013, p. 341), “duas condições são apropriadas para um censo: 1) viabilidade, quando a população é pequena; 2) necessidade, quando os elementos são muito diferentes entre si”. Ou seja, uma pesquisa por amostragem, no caso deste estudo, não seria vantajosa, tendo em vista que uma amostra pode não representar a população da qual é extraída. Desta forma, o censo se configura viável, por conta do tamanho da população pesquisada.

Assim, os sujeitos de pesquisa são os coordenadores dos cursos presenciais de graduação da UFSC – Campus Florianópolis, para os quais foi aplicado questionário contemplando os indicadores de todos os tipos de acessibilidade levantados na literatura e na análise documental. Para os 85 (oitenta e cinco) cursos presenciais de graduação da UFSC – Campus Florianópolis, são 58 (cinquenta e oito) coordenadores, sendo justificada a diferença devido à abrangência de um mesmo coordenador para dois ou mais cursos, quando estes são equivalentes.

No Quadro 4, a seguir, estão listados os cursos da instituição – campo de estudo, e o quantitativo de coordenadores por Unidade Acadêmica (Centro). Também são apresentados os cursos cuja gestão é efetuada por um mesmo coordenador.

Quadro 4 – Cursos sob a gestão de um mesmo coordenador

Unidade Acadêmica	Número de Cursos na Unidade Acadêmica	Curso	Número de Coordenadores
Centro de Ciências Agrárias (CCA)	04	Agronomia	04
		Ciência e Tecnologia de Alimentos	
		Engenharia de Aquicultura	
		Zootecnia	
Centro de Ciências Biológicas (CCB)	02	Ciências Biológicas – Bacharelado Ciências Biológicas - Licenciatura	01
Centro de Ciências da Educação (CED)	05	Pedagogia	05
		Biblioteconomia	
		Arquivologia	
		Ciência da Informação	
		Educação do Campo - Licenciatura	
Centro de Ciências da Saúde (CCS)	06	Enfermagem	06
		Farmácia	
		Medicina	
		Nutrição	
		Odontologia	
		Fonoaudiologia	

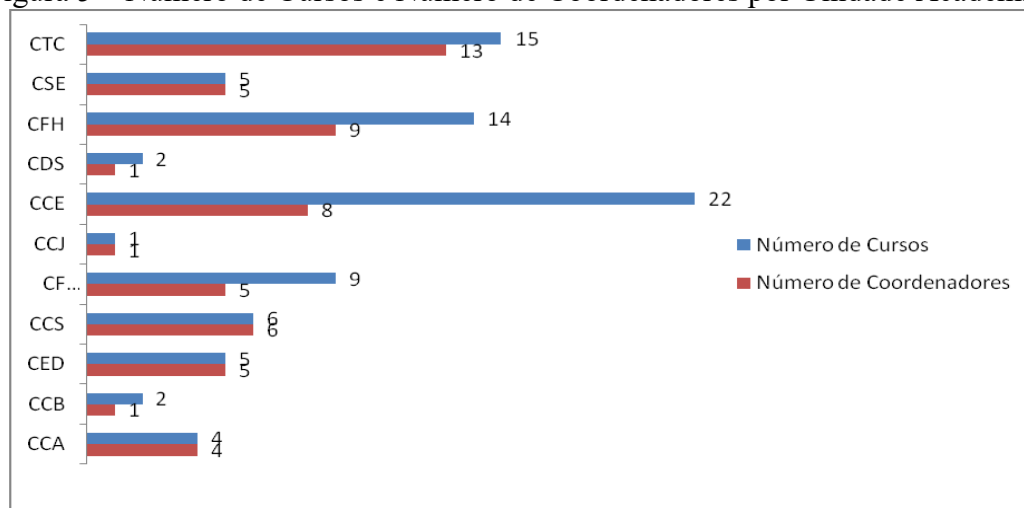
Unidade Acadêmica	Número de Cursos na Unidade Acadêmica	Curso	Número de Coordenadores
Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM)	09	Física - Bacharelado Física - Licenciatura	05
		Química – Bacharelado Química – Licenciatura Química Tecnológica	
		Matemática – Bacharelado Matemática - Licenciatura	
		Meteorologia	
		Oceanografia	
Centro de Ciências Jurídicas (CCJ)	01	Direito	01
Centro de Comunicação e Expressão (CCE)	22	Jornalismo	08
		Letras – Alemão - Bacharelado Letras – Alemão - Licenciatura Letras – Espanhol – Bacharelado Letras – Espanhol - Licenciatura Letras – Francês – Bacharelado Letras – Francês - Licenciatura Letras – Inglês – Bacharelado Letras – Inglês - Licenciatura Letras – Italiano – Bacharelado Letras – Italiano - Licenciatura Secretariado Executivo	
		Letras – Língua Brasileira de Sinais – Bacharelado Letras – Língua Brasileira de Sinais - Licenciatura	
		Letras – Língua Portuguesa – Bacharelado Letras – Língua Portuguesa - Licenciatura	
		Cinema	
		Artes Cênicas	
		Design – Habilitação em Design de Produto	
		Design – Habilitação em Design de Animação Design Animação - Bacharelado	
Centro de Desportos (CDS)	02	Educação Física – Bacharelado Educação Física - Licenciatura	01
Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH)	14	Antropologia	09
		Ciências Sociais – Bacharelado Ciências Sociais - Licenciatura	
		Filosofia – Bacharelado Filosofia - Licenciatura	
		Geografia – Bacharelado Geografia - Licenciatura	
		Geologia	
		História – Bacharelado História - Licenciatura	
		Licenciatura Indígena	
		Muscologia	
		Psicologia – Bacharelado	

Unidade Acadêmica	Número de Cursos na Unidade Acadêmica	Curso	Número de Coordenadores
		Psicologia - Licenciatura	
Centro Socioeconômico (CSE)	05	Administração	05
		Ciências Contábeis	
		Ciências Econômicas	
		Serviço Social	
		Relações Internacionais	
Centro Tecnológico (CTC)	15	Engenharia Civil	13
		Engenharia Elétrica	
		Engenharia Mecânica	
		Arquitetura e Urbanismo	
		Ciências da Computação	
		Engenharia Sanitária e Ambiental	
		Engenharia de Produção Civil	
		Engenharia de Produção Elétrica	
		Engenharia de Produção Mecânica	
		Engenharia de Alimentos	
		Engenharia Química	
		Engenharia de Controle e Automação	
		Engenharia de Materiais	
		Engenharia Eletrônica	
Sistemas de Informação			
TOTAL	85		58

Fonte: Elaborado pela autora (2022), a partir de dados obtidos de UFSC (2021).

Para resumir o Quadro 4, apresenta-se a Figura 5, que traz os dados de número de Cursos e número de Coordenadores por Unidade Acadêmica:

Figura 5 – Número de Cursos e Número de Coordenadores por Unidade Acadêmica



Fonte: Elaborado pela autora (2022), a partir de dados obtidos de UFSC (2021).

Contabilizando-se essas especificidades, com o agrupamento de cursos com um mesmo coordenador, dos 85 (oitenta e cinco) cursos de graduação da UFSC – Campus

Florianópolis, o questionário foi enviado para 58 (cinquenta e oito) coordenadores, contemplando toda a população definida para o estudo.

Após envio do instrumento de pesquisa aos 58 (cinquenta e oito) coordenadores, foram obtidas 27 (vinte e sete) respostas ao questionário. Três coordenadores responderam, via e-mail a esta pesquisadora, que não aceitavam/não se sentiam aptos a participar da pesquisa. Os outros 28 (vinte e oito) coordenadores, apesar dos quatro momentos em que foi enviado convite para participação no estudo, não responderam ao questionário.

3.4 INSTRUMENTO DA PESQUISA E TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

Para a elaboração do instrumento de pesquisa, baseou-se na pesquisa bibliográfica, por meio de fontes teóricas, publicadas em livros, teses, dissertações, artigos científicos, e em pesquisa documental, contemplando legislações, normas, manuais e instrumentos acerca do tema do estudo. Assim, foi feita análise no sentido de identificar os indicadores necessários à consecução dos requisitos de acessibilidade nas instituições públicas em geral, para então relacioná-los ao contexto da UFSC.

Também, utilizou-se dos resultados do pré-teste realizado com os Núcleos e Coordenadorias de Acessibilidade das seguintes IESs: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). O resultado do pré-teste, além de possibilitar um aprimoramento do instrumento de pesquisa, trouxe uma visão mais ampla a respeito da questão da acessibilidade, principalmente no que se refere às políticas públicas e ao atendimento às necessidades das pessoas com deficiência enquanto usuárias dos espaços públicos e, especificamente, na educação superior. Esses resultados estão demonstrados neste trabalho em um subcapítulo específico. Segundo Deitos (2021), tais documentos revelam uma síntese do contexto organizacional da instituição pesquisada, pois trazem informações sobre a estrutura e funcionamento da instituição de educação superior.

O instrumento de pesquisa foi encaminhado às coordenadorias de cursos presenciais de graduação, pretendendo-se obter informações sobre cada uma delas. Conforme demonstrado no Quadro 4 e na Figura 5 acima, aparece a figura de um mesmo coordenador para a gestão de dois ou mais cursos, quando esses são equivalentes. Por exemplo, os cursos de Animação e de Design possuem em comum o mesmo coordenador. Nesses casos foi aplicado um só questionário, pois o sujeito da pesquisa é o coordenador e não o curso.

Sendo assim, a pesquisa foi feita com os 58 (cinquenta e oito) coordenadores, tendo sido aplicado um questionário *on-line*. O questionário, segundo Vergara (2013), se caracteriza por perguntas de forma escrita – podendo ser perguntas abertas – ou com opções de respostas preestabelecidas, ou ainda, utilizando escalas para quantificar respostas.

O questionário tem como opção a utilização de respostas estruturadas e não-estruturadas. As respostas não estruturadas consistem em respostas abertas, com livre escolha de palavras. Já as respostas estruturadas são fechadas, ou seja, as perguntas fornecem alternativas especificadas para serem assinaladas. A decisão por utilizar perguntas abertas (subjetivas) ou fechadas (objetivas) decorreu do entendimento da pesquisadora e pela abertura que possibilita ao respondente, conforme consta da literatura citada:

- a) Objetivos do estudo;
- b) Nível de informação do participante sobre o assunto;
- c) Nível de reflexão do participante sobre o assunto;
- d) Facilidade de comunicação do participante;
- e) Nível de motivação do participante para compartilhar informações (COOPER E SCHINDLER, 2016, p. 308).

A coleta de dados, tem como propósito a obtenção de informações de pessoas, seres vivos, comunidades, contextos ou situações de maneira mais profunda, nas próprias formas de expressão de cada um deles. Quando se trata de dados referentes a pessoas, estes são conceitos, percepções, imagens mentais, pensamentos, experiências ou vivências manifestadas na linguagem dos participantes, possibilitando uma análise que pode responder à questão de pesquisa e gerar conhecimento (SAMPIERI, COLLADO E LUCIO, 2013).

Com relação ao questionário, segundo o entendimento de Cooper e Schindler (2016) são definidos três tipos de questões:

- a) Questões administrativas: identificam o participante, o entrevistador, o local e as condições da entrevista (ou aplicação do questionário);
- b) Questões de categorização: abrangem variáveis sociodemográficas que permitem que as respostas dos participantes sejam agrupadas, de forma que padrões sejam revelados e possam ser estudados;
- c) Questões objetivadas: podem ser estruturadas – apresentam um conjunto fixo de escolhas ao participante (questões fechadas) – ou não estruturadas – não limitam as respostas, mas fornecem uma estrutura referencial para as respostas dos participantes (questões abertas) (COOPER E SCHINDLER, 2016, P. 304).

Para este estudo foram utilizados os três tipos de questões definidas anteriormente. O Quadro 5 mostra esta divisão:

Quadro 5 – Estrutura dos tipos e especificação das questões

Tipo de Questões	Especificação de Questões	Número de Questões
SUBJETIVAS	Administrativas	1 a 3
	De categorização	4 a 8

Tipo de Questões	Especificação de Questões	Número de Questões
OBJETIVAS	Estruturadas	9 e 14
	Não estruturadas	10 a 13

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O questionário teve complementações e alterações, após a análise e sugestões da Banca de Qualificação do Mestrado desta pesquisadora, que não constavam no instrumento de pesquisa aplicado no pré-teste. Essas ações estão apresentadas no Quadro 6:

Quadro 6 – Ações ao Instrumento de Pesquisa

Questão	Ação	Antes da Modificação	Após Modificação
2	Incluída	Não se aplica.	Há quanto tempo você atua na UFSC? Resposta: () Menos de 3 anos () De 4 a 8 anos () De 9 a 13 anos () De 14 a 19 anos () Mais de 20 anos
3	Modificada	Há quanto tempo você atua no cargo de Coordenador(a)?	Há quanto tempo você atua no cargo de Coordenador(a)? Resposta: () Menos de 1 ano () De 1 a 2 anos () De 2 a 3 anos () De 3 a 4 anos () Mais de 4 anos
5	Modificada	Seu cargo possui como responsabilidade o atendimento a ajustes na metodologia de estudos, solicitação de equipamentos de tecnologia assistiva ou verificação de condições de acessibilidade às pessoas com deficiência, quando solicitadas?	Você já fez atendimento a ajustes na metodologia de estudos, solicitação de equipamentos de tecnologia assistiva ou verificação de condições de acessibilidade às pessoas com deficiência, quando solicitadas?
6	Excluída	Caso sua resposta à pergunta anterior tenha sido NÃO, quem (ou qual setor) é o responsável por implementar as condições e as adequações para garantir a acessibilidade?	Não se aplica.
9	Incluídos itens à questão	Não se aplica.	* Elevadores com teclas com números/letras em relevo * Sanitários acessíveis * Condições de caminhabilidade até a instituição * Rotas acessíveis

Questão	Ação	Antes da Modificação	Após Modificação
			* Descrição das imagens (em texto) * Áudio-descrição (quando por voz)
12	Excluída	Você já teve conhecimento de alguma condição de acessibilidade solicitada, em sua instituição de ensino e/ou setor, e que não foi atendida? Se sim, qual o motivo alegado para o não atendimento?	Não se aplica.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Desta forma, o questionário foi aplicado a todos os coordenadores dos cursos presenciais de graduação – Campus Florianópolis, de acordo com o **Apêndice C** apresentado ao final deste trabalho.

3.4.1. Pré-Teste

Com a finalidade de aprimorar o instrumento de pesquisa preliminar e colher subsídios de profissionais que atuam em Núcleos e Coordenadorias de Acessibilidade de universidades, foi realizado um pré-teste, por meio de entrevista semiestruturada. Os sujeitos de pesquisa foram escolhidos por conveniência, o que quer dizer que a escolha por estes participantes se deu de forma arbitrária e subjetiva. Este tipo de seleção, de acordo com Cooper e Schindler (2016), é feito quando há um padrão ou esquema em mente. No caso deste estudo, foram assim selecionados pelo motivo de trabalharem diretamente com as questões relacionadas à acessibilidade nas Instituições de Educação Superior participantes.

As solicitações de entrevistas foram enviadas entre os dias 02 e 10 de setembro de 2021, aos Núcleos de Acessibilidade e às Coordenadorias de Acessibilidade das seguintes instituições de ensino superior: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Servidores de cinco destas instituições convidadas aceitaram participar do pré-teste, sendo: UFSC, UFRGS, UFMS, UFFS e UDESC. As identidades destes participantes são preservadas neste estudo. As entrevistas semiestruturadas ocorreram em datas alternadas, entre os dias 08 a 29 de setembro de 2021.

O pré-teste teve como objetivo aprimorar a estrutura do questionário, servindo para avaliar as questões e o instrumento de pesquisa antes da aplicação aos coordenadores dos cursos presenciais de graduação da UFSC. As razões para a realização de um pré-teste são:

- 1) descobrir maneiras de aumentar o interesse do participante;
- 2) aumentar a probabilidade de que os participantes permaneçam ativos até o término do levantamento;
- 3) descobrir problemas de conteúdo, redação e sequenciamento de questões;
- 4) descobrir grupos de questões objetivadas em que é necessário treinar o pesquisador; e
- 5) explorar maneiras de melhorar a qualidade geral dos dados do levantamento (COOPER E SCHINDLER, 2016, p. 326 e 327).

A entrevista foi elaborada considerando o esquema descrito no Quadro 7:

Quadro 7 – Estrutura da entrevista de análise do questionário preliminar

Assuntos abordados	Questões
Identificação do participante	1 a 3
Contexto Organizacional	4 a 7
Barreiras identificadas	8 e 9
Facilitadores identificados	10
Condições de Acessibilidade	11
Inclusão	12
Sugestões de melhorias do Instrumento	13

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O instrumento de pesquisa que foi utilizado como pré-teste (**Apêndice A**) sofreu algumas alterações, em função das respostas dos entrevistados. No decorrer das entrevistas, foram feitas sugestões de aperfeiçoamento, cujo novo questionário está apresentado no **Apêndice B**. Foram, desta forma, modificadas algumas questões do Instrumento preliminar de Pesquisa e adequadas ao contexto do estudo, que são apresentadas no Quadro 8:

Quadro 8 – Sugestões de inclusões e melhorias ao questionário preliminar

Questão	Inclusão/ Alteração	Observação
1	Curso que coordena	Os sujeitos de pesquisa são coordenadores de cursos somente da UFSC - Campus Florianópolis.
3	Tempo de atuação no cargo de Coordenador	Os sujeitos de pesquisa são coordenadores de cursos presenciais de graduação da UFSC – Campus Florianópolis.
4	Inclusão de questão	É relevante para a pesquisa que se saiba se o curso possui ou já possuiu alunos com deficiência.
7	Modificação de questão	Na UFSC a Coordenadoria de Acessibilidade presta apoio às Coordenadorias de cursos que recebem alunos com deficiência.
8	Esclarecimento de questão	Na UFSC existem profissionais especializados no atendimento às pessoas com deficiência. No Instrumento de Pesquisa foi modificada a forma de exemplo, para que ficasse mais claro ao participante.
9	Questão objetiva	Foram incluídas alternativas para cada tipo de acessibilidade, de forma a demonstrar com maior clareza os itens inexistentes ou que precisam de maior atenção na instituição/setor.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Com a análise dos dados e informações obtidas com as entrevistas, foram efetuados os ajustes no instrumento de pesquisa, resultando no **Apêndice B**. Com as sugestões feitas pela Banca de Qualificação do Mestrado desta pesquisadora, o questionário foi aperfeiçoado, conforme demonstrado no **Apêndice C**. Este, portanto, foi enviado aos sujeitos de pesquisa: os coordenadores dos cursos presenciais de graduação da UFSC – Campus Florianópolis.

3.5. TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Constituindo uma etapa fundamental da pesquisa, a coleta de dados viabiliza a posterior análise de elementos e propicia a apresentação de resultados confiáveis (OLIVEIRA, 2020). A pesquisa bibliográfica e documental, a aplicação do pré-teste aos gestores dos Núcleos e Coordenadorias de Acessibilidade e do questionário aos coordenadores dos cursos presenciais de graduação tiveram como finalidade atender ao objetivo geral desta pesquisa, que é diagnosticar a aplicabilidade dos indicadores de acessibilidade nos cursos presenciais de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina e, com isso, propor ações/estratégias que contribuam com a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior.

Inicialmente, foi feito o levantamento bibliográfico, explorando conceitos e fundamentos já apresentados em livros e artigos científicos. A pesquisa documental foi realizada através de buscas em legislações e normas, sendo que esses métodos possibilitaram compreender aspectos sobre a acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior.

Com o objetivo de aperfeiçoar o instrumento de pesquisa a ser aplicado aos sujeitos de pesquisa deste estudo, foi feito um pré-teste com gestores dos Núcleos e das Coordenadorias de Acessibilidade, que está apresentado no **Apêndice A**. O pré-teste consistiu de entrevista semiestruturada, através da Plataforma *Meet* do Google. As modificações ao questionário, após análise desta etapa e das sugestões dos participantes, estão descritas no **Apêndice B**.

Para fazer o levantamento da população cujo questionário foi aplicado com a finalidade de responder à pergunta que norteia esta pesquisa, utilizou-se de dados contidos nos sites das Coordenadorias dos Cursos de Graduação, tendo respaldo da Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação da UFSC (SETIC) para o envio de e-mails aos coordenadores.

Segundo Gil (2007), o questionário consiste na técnica de investigação que é composta por um conjunto de questões com o propósito da obtenção de informações sobre

conhecimentos, expectativas, comportamento presente ou passado, valores e crenças. Deste modo, a opção pelo questionário se deu em função de este ser um instrumento apropriado a pesquisas que se proponham a lograr opiniões ou preferências.

Com a finalidade de atender ao segundo objetivo específico descrito nesta pesquisa, foi aplicado questionário *on-line*, enviado aos 58 (cinquenta e oito) coordenadores de cursos presenciais de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, cujos convites para participação foram feitos em quatro momentos, e recebeu respostas durante o período de 14 de fevereiro de 2022 a 26 de abril de 2022. As perguntas realizadas, na forma do questionário, estão descritas no **Apêndice C** deste estudo.

Conforme estabelecido na Metodologia, dos 58 (cinquenta e oito) questionários enviados aos coordenadores, retornaram 27 (vinte e sete) respostas, atingindo 46,55% dos respondentes. Três coordenadores não aceitaram/não se sentiram aptos a responder a pesquisa, representando 5,17% do total. O restante dos coordenadores, sendo em número de 28 (vinte e oito), não retornaram aos quatro momentos de envios de convite, constituindo 48,27% da população pesquisada.

Segundo Marconi e Lakatos (2004), em média, apenas 25% dos questionários enviados por um pesquisador são respondidos. Deste modo, tendo sido obtido 46,55% de taxa de participação, aproximadamente metade do total do número dos coordenadores, o índice de respostas acompanha o que ocorre nas demais pesquisas dessa natureza.

Todos os participantes leram e concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), apresentado no **Apêndice D**. O questionário foi disponibilizado na Plataforma de Formulários do *Google*. Ressalta-se que a participação na pesquisa foi de forma voluntária, não havendo remuneração ou ônus aos respondentes. Foi dada a plena liberdade para responder às perguntas, bem como desistir de participar a qualquer momento. Para não identificar os participantes e garantir o sigilo da pesquisa, foram feitas algumas omissões de palavras e termos usados nas respostas, os quais estão sinalizados em cada caso.

A **Parte I** do questionário tratou dos dados de identificação dos participantes. Nesta etapa foram identificadas características como o curso o qual cada respondente coordena, o tempo de trabalho na UFSC e o tempo de atuação como Coordenador de Curso de Graduação.

Na **Parte II** foram relatadas as questões inerentes ao cargo/função de Coordenador de Curso. As perguntas abordaram fatores como a existência de acadêmicos com deficiência durante o período em que o participante atua no cargo/função, se o coordenador já efetuou ajustes em metodologia de estudos, prestou atendimento à solicitação de equipamentos de tecnologia assistiva ou se já verificou as condições de acessibilidade às pessoas com

deficiência. Também foram indagados se já participaram de capacitação ou treinamento para atender pessoas com deficiência. Em todas as questões desta etapa, questionou-se como foram as experiências vivenciadas.

Já a **Parte III** apresentou perguntas relativas à Instituição de Educação Superior, que trataram sobre conhecimentos de impedimentos à pessoa com deficiência de se sentir incluída no ambiente universitário, bem como de facilitadores que possibilitem a inclusão deste público de forma efetiva. Além disso, questionou-se sobre a qualidade do apoio prestado por tutores, estagiários e tradutores especializados no atendimento às pessoas com deficiência e sobre quais tipos de acessibilidade o participante considera que não existem ou que precisam de maior atenção/melhorias na instituição e/ou setor.

Para finalizar o questionário, ainda na **Parte III**, os coordenadores foram indagados sobre como consideram a instituição com relação à inclusão, de modo que puderam responder entre alternativas como “Muito insatisfatória” e “Muito satisfatória”. Foi deixado um espaço, ao final do questionário, para que o participante relatasse alguma consideração relevante ao tema de pesquisa, caso desejasse.

Para as **questões objetivas**, a análise dos dados obtidos pelos questionários foi feita de forma quantitativa, de modo a verificar a frequência e apresentar a porcentagem de cada categoria em relação ao total, sendo que “muito insatisfatório” equivale ao fator mais negativo e “muito satisfatório” é o fator mais positivo.

Nas **questões subjetivas** foi feito o processo de classificação e categorização. De acordo com Bardin (2011, p.117), “a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos”.

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Neste capítulo é feita a análise dos resultados em relação aos objetivos específicos da pesquisa, sobre a situação atual da UFSC, no que se refere à acessibilidade, sob a ótica dos coordenadores dos cursos presenciais de graduação. Na sequência, expõe-se a análise dos dados, de acordo com as percepções dos sujeitos de pesquisa, seguindo-se com a descrição das condições de acessibilidade e o atendimento aos indicadores elencados pelo SINAES.

Por fim, encontram-se as propostas de ações/estratégias que contribuam para o cumprimento dos indicadores de acessibilidade na Universidade Federal de Santa Catarina. Como produto final do presente estudo, foi elaborado o Guia Prático de Atendimento à Pessoa com Deficiência.

4.1. RESULTADOS EM RELAÇÃO AOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A pergunta que norteou o presente estudo foi: “Quais são as condições de acessibilidade na UFSC, sob a ótica dos coordenadores de cursos de graduação, tendo por base os indicadores estabelecidos pelo SINAES?” Na forma como foi apresentado anteriormente, nota-se que, apesar de pouco mais de 80% dos participantes do questionário da pesquisa considerar a Universidade Federal de Santa Catarina regular ou satisfatória no aspecto “inclusão”, quando questionados na forma por atributos, todos assinalaram pelo menos um aspecto que não existe ou que carece de melhorias na universidade.

Para apresentar o alcance dos objetivos específicos propostos pela pesquisa, como também visualizar e entender o papel da coleta dos dados e os resultados obtidos, o Quadro 9 demonstra cada objetivo e as respectivas ferramentas de coleta de dados, bem como os principais resultados encontrados.

Quadro 9 – Resultados em relação aos objetivos específicos

Objetivos Específicos	Unidade de Análise	Principais Resultados
Descrever os indicadores definidos nas legislações e as normas aplicáveis à educação superior	Legislação e Normas aplicáveis às Pessoas com Deficiência, livros, teses, dissertações e artigos científicos	Indicadores de Acessibilidade encontrados do Instrumento de Avaliação Institucional: Política de atendimento aos discentes; sistema de controle de produção e distribuição de material didático; instalações administrativas; salas de aula; auditórios; sala de professores; espaços para atendimento aos discentes; espaços de convivência e de alimentação; laboratórios,

		ambientes e cenários para práticas didáticas; bibliotecas; salas de apoio de informática ou estrutura equivalente; instalações sanitárias; estrutura dos polos EaD; recursos de tecnologias de informação e comunicação. Indicadores de Acessibilidade encontrados do Instrumento de Cursos: Estrutura curricular; conteúdos curriculares; metodologia; apoio ao discente; Tecnologias de Informação e Comunicação no processo de ensino-aprendizagem; Ambiente Virtual de Aprendizagem; material didático; sala coletiva de professores; bibliografia básica por Unidade Curricular; e bibliográfica complementar por Unidade Curricular.
Identificar a aplicabilidade dos indicadores de acessibilidade nos cursos presenciais de graduação da UFSC, sob a ótica dos coordenadores de cursos	Questionário aplicado aos coordenadores dos cursos presenciais de graduação da UFSC – Campus Florianópolis	Pelo questionário aplicado, foram encontrados os seguintes indicadores de acessibilidade: Adaptações nas metodologias de ensino; prorrogação de prazos de entregas; detalhamento de conteúdos curriculares; concessão de Tratamento Domiciliar Especial; sensibilidade de profissionais e acadêmicos no tratamento à pessoa com deficiência; oferta da disciplina de Língua Brasileira de Sinais aos cursos de Licenciatura; traduções de materiais e apoio pedagógico por parte da CAE; disponibilidade de intérpretes de Libras e estagiários para acompanhamento de acadêmicos com necessidades especiais.
Analisar as condições de acessibilidade apontadas pelos Coordenadores de cursos de graduação para o cumprimento dos indicadores elencados pelo SINAES	Questionário aplicado aos coordenadores dos cursos presenciais de graduação da UFSC – Campus Florianópolis	Verificou-se que a maioria dos atributos de acessibilidade não é ofertada integralmente às pessoas com deficiência na UFSC, além da precariedade das condições de permanência no ensino superior.
Propor ações/estratégias que contribuam para o cumprimento dos indicadores de acessibilidade na Universidade Federal de Santa Catarina	Questionário aplicado aos coordenadores dos cursos presenciais de graduação da UFSC – Campus Florianópolis	São propostas quatro ações/estratégias para o atendimento dos indicadores de acessibilidade na UFSC: 1) Maior divulgação dos serviços prestados pela CAE; 2) Disponibilização de cursos de capacitação voltados para a inclusão no plano de valorização da carreira dos profissionais envolvidos na educação superior; 3) Mobilizações em favor da educação inclusiva devem ser incentivadas; 4) Guia Prático de Atendimento à Pessoa com Deficiência.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

As fases de coleta e análise dos dados foram importantes para que fosse viável o atendimento dos objetivos específicos, alcançando o Objetivo Geral deste estudo, que foi “Diagnosticar a aplicabilidade dos indicadores de acessibilidade nos cursos presenciais de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, propondo ações/estratégias que contribuam com a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior”.

A proposta de ações/estratégias, em forma de Guia, para a melhoria do atendimento às pessoas com deficiência, representa o produto final desta pesquisa. Ele foi elaborado a partir dos resultados da pesquisa e seguindo o Guia de Boas Práticas para a Acessibilidade (DIAS *et al*, 2018), publicado na XXXI Reunião Brasileira de Antropologia. O produto deste trabalho poderá ser utilizado pela UFSC e outras instituições, com o objetivo de se atingir o máximo do público possível, de modo que a inclusão alcance maior visibilidade na sociedade.

4.2. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DE PESQUISA

Neste capítulo são apresentados os dados obtidos pela pesquisa nas suas diversas fases, com o intuito de diagnosticar a aplicabilidade dos indicadores de acessibilidade nos cursos presenciais de graduação da UFSC.

No decorrer do estudo, foi constatado que, para os 85 (oitenta e cinco) cursos presenciais de graduação da UFSC, há alguns coordenadores que exercem o cargo/função em mais de um curso, normalmente quando existem os graus de Bacharelado e de Licenciatura. Desta forma, a pesquisa foi realizada com 58 (cinquenta e oito) coordenadores.

4.2.1 Análise dos resultados do questionário

O questionário de pesquisa foi constituído de 3 (três) partes objetivas, contendo espaço para a apresentação de considerações acerca do tema em estudo e coleta de opiniões dos coordenadores dos cursos de graduação. Neste item são apresentados os resultados obtidos nas três partes, as quais contemplam questões relativas a:

PARTE I – Dados de Identificação

Esta parte foi composta de 3 (três) perguntas, sendo: curso que coordena; tempo de atuação na UFSC; e tempo de atuação na coordenação do curso.

PARTE II – Questões inerentes ao cargo/função de Coordenador

Nesta parte foi questionado ao coordenador: se o curso que coordena possui aluno com deficiência; se já fez atendimento ou ajuste nas condições de oferta do curso para atender

alunos com deficiência e se já participou de capacitação ou treinamento para atender pessoas com deficiência.

PARTE III – Questões relativas à Instituição de Educação Superior

Esta etapa trouxe perguntas que trataram sobre conhecimentos de impedimentos à pessoa com deficiência, bem como de facilitadores que possibilitem a inclusão de forma efetiva; a qualidade do apoio prestado por tutores, estagiários e tradutores especializados no atendimento às pessoas com deficiência e os tipos de acessibilidade que não existem ou que precisam de maior atenção/melhorias na instituição e/ou setor; e como considera a instituição com relação à inclusão.

As perguntas aplicadas no questionário visaram conhecer a percepção dos coordenadores a respeito das condições de acessibilidade na universidade, especialmente do Campus Florianópolis. As respostas às perguntas subjetivas foram transcritas de forma literal. Inicialmente, foi feita a identificação dos coordenadores respondentes do questionário a partir de dados obtidos na Parte I – Dados de Identificação.

4.2.2 Dados da Parte I do questionário

De forma a não identificar o participante, foram criados códigos a cada um, sendo que o coordenador que primeiro respondeu ao questionário tem como identificação “C1”, o segundo foi identificado como “C2” e assim sucessivamente, até o respondente “C27”. À **PERGUNTA 1**, conforme apresentado no Quadro 10, foram obtidas respostas dos coordenadores que estão vinculados aos seguintes Centros de Ensino:

Quadro 10 – Quantitativo de respostas por Centro de Ensino

Centro de Ensino	Quantitativo de Coordenadores de Cursos de Graduação	Quantitativo de Coordenadores de Cursos de Graduação respondentes do Questionário
Centro de Ciências Agrárias (CCA)	04	02
Centro de Ciências Biológicas (CCB)	01	00
Centro de Ciências da Educação (CED)	05	00
Centro de Comunicação e Expressão (CCE)	08	02
Centro de Ciências da Saúde (CCS)	06	02
Centro de Desportos (CDS)	01	01
Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH)	09	03
Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM)	05	05
Centro Socioeconômico (CSE)	05	02
Centro Tecnológico (CTC)	13	10

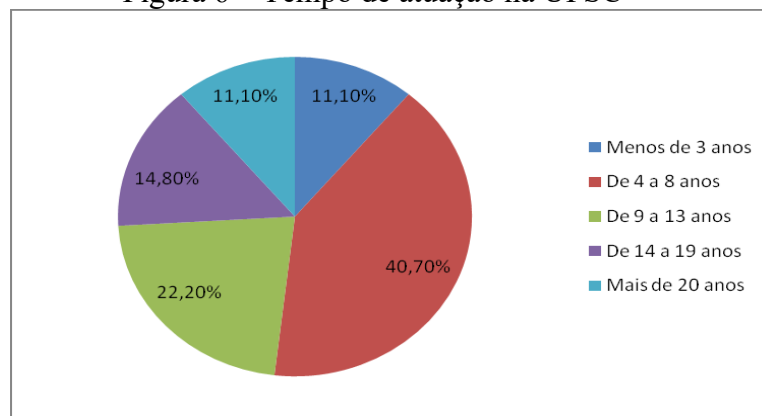
Centro de Ensino	Quantitativo de Coordenadores de Cursos de Graduação	Quantitativo de Coordenadores de Cursos de Graduação respondentes do Questionário
Total	58	27
Percentual	100%	46,55%

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Dos 31 (trinta e um) coordenadores que não participaram da pesquisa, apenas três explicaram as razões para tal, sendo que um não se sentiu apto, por estar atuando no cargo há apenas dois meses à época da aplicação do questionário e os outros dois responderam que não gostariam de participar. Os 28 (vinte e oito) restantes, convidados a participarem, não responderam ao questionário e não retornaram às tentativas de contato.

A **PERGUNTA 2** versou sobre o tempo de trabalho na Universidade Federal de Santa Catarina. A Figura 6 mostra o percentual para cada categoria, sendo três Coordenadores que trabalham há menos de 3 (três) anos na UFSC - 11,1%; onze Coordenadores atuam entre 4 a 8 anos na instituição - 40,7%; seis estão entre 9 a 13 anos - 22,2%; quatro Coordenadores trabalham entre 14 a 19 anos - 14,8%; e três ingressaram como servidores docentes na instituição há mais de 20 anos - 11,1%.

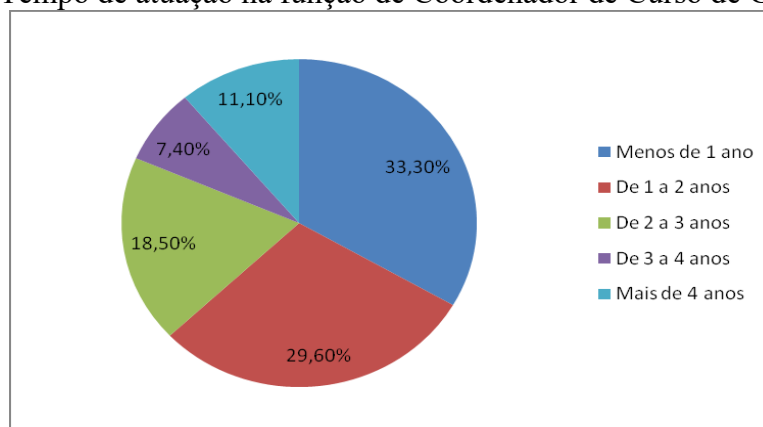
Figura 6 – Tempo de atuação na UFSC



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Na **PERGUNTA 3**, foram levantados os dados de tempo de atuação na função de coordenador de curso de graduação, sendo obtido o quantitativo de respostas descrito na Figura 7:

Figura 7 – Tempo de atuação na função de Coordenador de Curso de Graduação



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

De acordo com a Figura 7, fica demonstrado que a maior parte dos respondentes (33,3%) atua na função de Coordenador de Curso de Graduação há menos de 1 (um) ano, sendo que existem Coordenadores há mais de 4 (quatro) anos no cargo (11,1%).

Os demais dados trazem que 29,6% dos participantes da pesquisa atuam de 1 a 2 anos como coordenadores; 18,5% estão no cargo entre 2 a 3 anos e 7,4% exercem função de coordenadores de curso de graduação em um período de 3 a 4 anos.

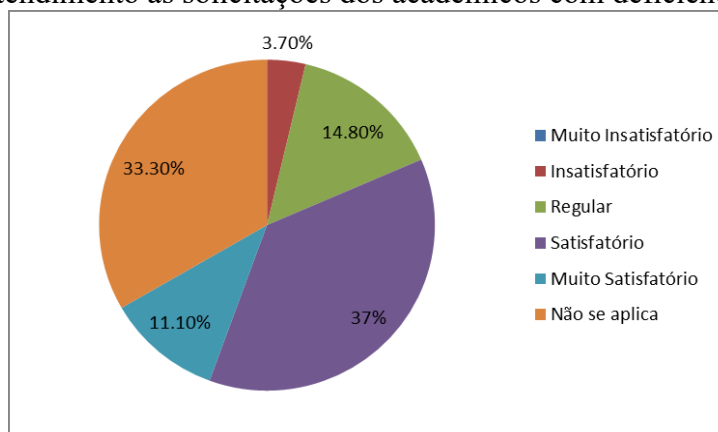
4.2.3 Dados da Parte II do questionário

A Parte II do questionário ficou reservada às questões inerentes ao cargo/função de Coordenador de Curso de Graduação.

A **PERGUNTA 4** do questionário trouxe a informação sobre o curso possuir – ou já ter tido – acadêmicos com deficiência. Em caso afirmativo, o participante deveria assinalar a alternativa que melhor descrevia como se deu o atendimento às solicitações desses acadêmicos. Desta forma, obteve-se a Figura 8, demonstrando que, para 10 (dez) coordenadores (37%) o atendimento se deu de forma satisfatória.

A opção “Não se aplica”, sendo o próximo item com maior número de respostas, teve nove respondentes (33,3%), seguido da opção “Regular”, com quatro respostas, que correspondem a 14,8%. Três coordenadores (11,1%) consideram que o atendimento às solicitações dos acadêmicos com deficiência no curso se deu de forma muito satisfatória, enquanto apenas um coordenador respondeu a opção “Insatisfatório” (3,7%).

Figura 8 – Atendimento às solicitações dos acadêmicos com deficiência no curso



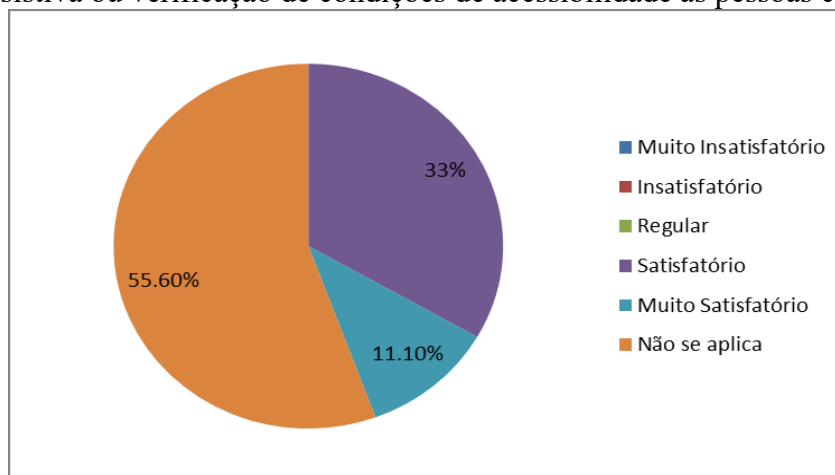
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

É interessante notar que, apesar da maior parte das respostas ter sido pela opção de um atendimento satisfatório, o índice que vem em seguida é “Não se aplica”, com 33,3%, o que significa que este quantitativo de coordenadores respondentes da pesquisa não teve contato – ou não foi solicitado para atendimento - com acadêmico(s) com deficiência em seus cursos de graduação, durante seus mandatos.

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, uma pessoa com deficiência não é obrigada “à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa” (BRASIL, 2015, p. 2). Entende a pesquisadora que, embora exista a prerrogativa da pessoa com deficiência de não comunicar sobre sua condição, também há a possibilidade da falta de informações sobre setores que a auxiliem diretamente em suas necessidades específicas, o que pode enviesar os resultados apresentados nesta questão. Ou seja, pode ser que as pessoas com deficiência não estejam procurando por ajuda das Coordenadorias de seus respectivos cursos de graduação ou da Coordenadoria de Acessibilidade Educacional.

Na **PERGUNTA 5**, quando questionados sobre a qualidade do atendimento a ajustes na metodologia de estudos, solicitação de equipamentos de tecnologia assistiva ou verificação de condições de acessibilidade às pessoas com deficiência, 55,6% dos coordenadores considerou a opção “Não se aplica”. Em seguida, nove participantes responderam na opção “Satisfatório”, com 33,3%, e três assinalaram que o atendimento foi “Muito Satisfatório” (11,1%), conforme se pode ver na Figura 9:

Figura 9 – Atendimento a ajustes na metodologia de estudos, solicitação de equipamentos de tecnologia assistiva ou verificação de condições de acessibilidade às pessoas com deficiência



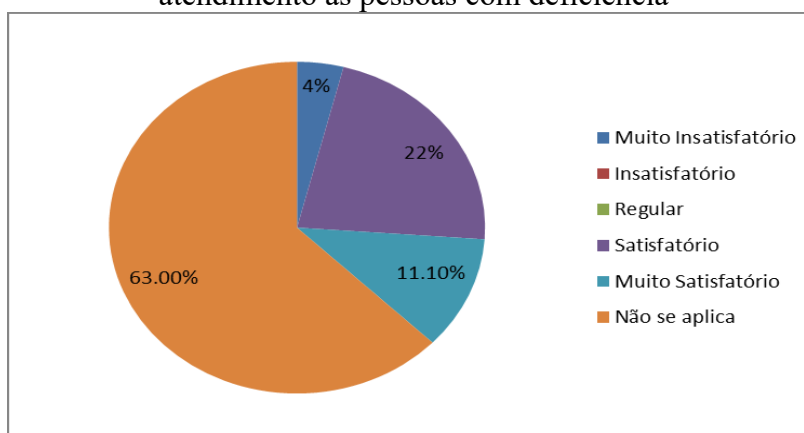
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A resposta “Não se aplica” se refere ao coordenador de curso de graduação que não teve demanda para atendimento a acadêmico(s) com deficiência. Por outro lado, 33% dos participantes demonstraram satisfação na qualidade do atendimento prestado, o que indica que a pessoa com deficiência teve total ou parcialmente sua solicitação atendida pela Coordenadoria de Curso de Graduação, em conjunto ou não com a Coordenadoria de Acessibilidade Educacional.

Segundo Furlan *et al* (2020), os documentos norteadores da educação enfatizando a inclusão, são restritos ao conhecimento de apenas algumas pessoas. Neste caso, ainda é necessário avançar no entendimento de que o acadêmico com deficiência é de responsabilidade de todos. É necessário que as instituições de educação se posicionem oficialmente, envolvendo inclusive o corpo docente no processo de atendimento e formação da pessoa com deficiência.

A **PERGUNTA 6** investigou se o coordenador já participou de capacitação ou treinamento para atendimento e sensibilização das condições das pessoas com deficiência. Em caso afirmativo, questionou-se como foi a experiência após o curso. Foram obtidas 17 (dezessete) respostas na opção “Não se aplica”, o que significa que 63% dos coordenadores de cursos de graduação ainda não tiveram aperfeiçoamento para atendimento das necessidades de pessoas com deficiência. Seis pessoas responderam que o curso de capacitação ou treinamento se deu de forma “Satisfatória” (22,2%), três consideraram “Muito Satisfatória” (11,1%) e um respondente avaliou como “Muito Insatisfatória” (3,7%). A Figura 10 consolida esses dados:

Figura 10 – Experiência após participação em curso de capacitação ou treinamento para atendimento às pessoas com deficiência



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Conforme Falkenbach *et al* (2007), a inclusão pode ser uma ação que envolve complexidade aos professores e à comunidade escolar, uma vez que a ação pedagógica busca a universalização e a uniformização do conhecimento. Para Furlan *et al* (2020, p. 421), “tal ação pedagógica provoca o distanciamento entre o projeto pedagógico e a realidade vivenciada pelos membros da comunidade escolar e a consequente falta de articulação política e comunitária na ação coletiva desta comunidade”.

A capacitação ou o treinamento para atendimento às pessoas com deficiência não deve ser uma ação isolada, centrada apenas na figura do docente que lecionará para o acadêmico que tenha necessidades especiais. Antes de tudo, deve ser um movimento institucional, envolvendo toda a comunidade acadêmica nas discussões sobre as práticas educacionais voltadas à inclusão (FURLAN *et al*, 2020). Ainda conforme os autores, é “essencial que a instituição ofereça oportunidades formativas, tanto na área educacional em geral, quanto no tocante ao processo inclusivo” (FURLAN *et al*, 2020, p. 434).

Vieira e Omote (2021), em seus estudos, trazem a proposição de atividades de reflexões a respeito da capacitação, principalmente docente, para além de um treinamento técnico, de modo que aproveitem as estratégias relatadas na literatura em experiências que se mostrem exitosas, formando profissionais que tenham competências técnicas e conhecimentos a respeito da inclusão, especialmente nos aspectos atitudinais e relacionais. De modo geral, os cursos de capacitação devem permitir que a comunidade acadêmica modifique suas atitudes sociais, tornando-as genuinamente favoráveis à inclusão.

Segundo Oliveira, Santiago e Teixeira (2022), as universidades, num contexto nacional, evidenciam um quadro de inclusão por vezes excludente, sendo marcado pelo despreparo dessas instituições para lidar com as demandas provenientes das pessoas com

deficiência no âmbito acadêmico. Sendo assim, conforme Hott e Fraz (2019, p. 208), a capacitação ou treinamento “dos profissionais passa pela valorização de sua formação e pela necessidade de estratégias de combate à exclusão das pessoas com deficiência, tanto nos espaços de informação quanto na educação”.

4.2.4 Dados da Parte III do questionário

Na PARTE III do questionário foram coletadas opiniões dos coordenadores, sendo estruturada com questões relativas à Instituição de Educação Superior, trazendo respostas para situações que ocorrem/tenham ocorrido na Universidade Federal de Santa Catarina – Campus Florianópolis, uma vez que os sujeitos de pesquisa são os coordenadores dos cursos presenciais de graduação dessa instituição.

A **PERGUNTA 7** questionou se o coordenador tem conhecimento de alguma situação que tenha impedido uma pessoa com deficiência de se sentir incluída ou de permanecer no ambiente universitário. Em caso afirmativo, solicitou-se que o respondente relatasse a situação. Destarte, o Quadro 11 sintetiza os dados obtidos:

Quadro 11 – Respostas à Questão 7

Coordenador	Resposta
C1	“Não.”
C2	“Desconheço.”
C3	“Não.”
C4	“Não conheço, mas imagino que possa ter acontecido.”
C5	“Não.”
C6	“Sim. No curso tivemos um aluno com deficiência auditiva e visual (parcial), em período que não era coordenadora. Porém o aluno desistiu do curso, pois a UFSC não disponibilizava, sempre que necessário, um intérprete de libras para o seu acompanhamento nas aulas. Por dificuldade de acessibilidade, ele trancou o curso.”
C7	“Não.”
C8	“a) Tenho uma conhecida docente na UFSC, que está no espectro autista, que ocupa função administrativa e cuja condição não tem sido respeitada ou acolhida em seu ambiente de trabalho, sobretudo por sua colega, que também exerce função administrativa. A situação tem beirado o assédio; a CAE tem apoiado, mas não mediado. b) Tivemos também um aluno com deficiência auditiva que havia cursado parte da Licenciatura em [...] em SP, mas se transferiu para a UFSC. Nosso currículo acabou acarretando grandes dificuldades para o aluno. Fiz algumas mediações e disponibilizei-me a ajudá-lo nos estudos e nos pedidos de prorrogação de prazo, para que ele pudesse fazer uma matéria difícil por vez. Contudo, com a pandemia e o desânimo, o aluno acabou pedindo transferência para a Licenciatura em [...] do IFSC.”
C9	“Sim. Uma estudante com deficiência visual. Como grande parte dos conteúdos da [...] são desenvolvidos com auxílio de mapas e esquemas visuais, tivemos que reorganizar as rotinas e detalhar mais

Coordenador	Resposta
	esses conteúdos.”
C10	“Não tenho conhecimento.”
C11	“Não tenho conhecimento, mas certamente o acesso não deve ser fácil, basta olhar as calçadas esburacadas do Campus e, a bem da verdade, de nossa cidade. São poucos cadeirantes nas ruas, acredito que em grande parte devido a problemas de mobilidade.”
C12	“Sim. Uma estudante com deficiência do nosso curso estava com muitas dificuldades de acessibilidade às aulas, e então a Coordenação (anterior à minha) concedeu o Tratamento Domiciliar Especial à estudante, conforme a Resolução 017.”
C13	“Não.”
C14	“Não tenho conhecimento.”
C15	“Já tive que intervir em um caso em que uma docente não aceitava adaptar sua metodologia para atender uma estudante cega. A estudante foi alocada na turma de um docente mais sensível à sua situação e que aceitou fazer as adaptações necessárias para atendê-la.”
C16	“Sim. Tivemos recentemente o caso de uma aluna que sofreu um grave acidente, teve amputações e precisou usar cadeira de rodas até se adaptar a uma prótese. Quando retornou à UFSC, precisou de apoio da família e de pessoas do curso para acessar o edifício do [...]*. Nosso prédio possui elevador e rampas, mas as rampas não têm a inclinação em conformidade com a NBR 9050. Também não temos estacionamento adequado, sendo necessário que a pessoa com deficiência estacione em local cujo acesso só é liberado com auxílio da zeladoria.”
C17	“Não. Desconheço.”
C18	“Não.”
C19	“Não tenho conhecimento.”
C20	“Não, a única estudante que tem deficiências sempre teve suas solicitações atendidas por professores e, em sala de aula, os demais alunos são bastante solidários.”
C21	“Não.”
C22	“Pessoalmente não tenho experiência relacionada, mas, por exemplo, nosso departamento não tem acessibilidade para pessoas com deficiência, já protocolamos o pedido há algum tempo na direção do Centro, mas não fomos atendidos, inclusive o MEC nos cobrou isso, quando da avaliação curso.”
C23	“Não.”
C24	“Sim, mas não como Coordenadora e nem no curso em que atuo. Falta de acessibilidade aos espaços por pessoas cadeirantes.”
C25	“Não tenho conhecimento. O único aluno que tem deficiência (usa cadeira de rodas) consegue participar das aulas e participa de grupo de pesquisa/extensão.”
C26	“Não.”
C27	“Não seria caso de pessoa com deficiência, mas já convivi com alunos obesos que tiveram bastante dificuldade de acompanhar as aulas de campo.”

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

* Omitido para não identificar o participante da pesquisa.

Pelos relatos dos participantes da pesquisa, nota-se que há uma convergência nas respostas para questões relacionadas à acessibilidade arquitetônica, à metodológica e à atitudinal. Para Manzini (2006), a acessibilidade deve estar voltada para a participação das pessoas, com ou sem deficiência, em atividades, processo de transformação do ambiente, da

organização físico-espacial, do atendimento, da administração, das atitudes e do comportamento.

Branco e Almeida (2019) relatam que as propostas de inclusão devem envolver o planejamento e a organização de recursos e serviços para a garantia da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação e nos materiais didáticos e pedagógicos. As Instituições de Ensino Superior promovem alguns fatores que facilitam a permanência de estudantes, docentes, servidores técnicos e comunidade acadêmica. Por outro lado, ainda existem dificuldades em contemplar ações que garantam espaços inclusivos.

O que chama a atenção da pesquisadora nas respostas dadas à questão é a quantidade de participantes que não tem conhecimento de situações que tenham impedido ou dificultado a inclusão ou permanência de uma pessoa com deficiência no ambiente universitário. Embora não saibam de alguma situação ocorrida e relevante para a pesquisa, é perceptível o quanto a UFSC carece de melhorias na questão da acessibilidade, principalmente arquitetônica e nos transportes.

Observa-se, ainda, pelo conteúdo das respostas, os anseios dos participantes para que a universidade promova modificações estruturais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência. Segundo Pereira *et al* (2020), as Universidades Federais recebem do Governo Federal o incentivo para adequar suas instalações, por meio de programas e, para isso, devem elaborar seus projetos de reforma.

Com relação à acessibilidade atitudinal, Branco e Almeida (2019) trazem que mudanças atitudinais e socioculturais são importantes, de forma que intensificam a luta pelos direitos de uma educação inclusiva. Figueiredo e Silva (2022, p. 4) descrevem que a inclusão “vai além de uma aceitabilidade na escola e da adequação de um plano de atendimento educacional; ela visa antes de tudo o respeito à cidadania”.

Outro aspecto relevante, de acordo com as respostas de alguns participantes, é a importância de apoio no âmbito metodológico. Na maior parte das vezes, é o acadêmico com deficiência que precisa criar condições individuais para se adaptar a métodos empregados em sala de aula. Furlan *et al* (2020) mostram que é preciso que os cursos de graduação proporcionem discussões sobre a aprendizagem dos acadêmicos com deficiência, de forma que favoreçam o processo de inclusão nas instituições de educação superior.

Na **PERGUNTA 8**, quando questionados sobre ter conhecimento de alguma prática na instituição de ensino e/ou setor que facilite a vida da pessoa com deficiência, bem como possibilite sua inclusão de forma efetiva, foram obtidas respostas relevantes à pesquisa, conforme Quadro 12:

Quadro 12 – Respostas relevantes sobre conhecimento de facilitadores para pessoas com deficiência

Coordenador	Resposta
C1	“Sim, temos um setor na universidade para atender essa população.”
C3	“Coordenadoria de Acessibilidade Educacional.”
C4	“O trabalho da Coordenadoria de Acessibilidade da UFSC.”
C6	“Só tenho conhecimento de disciplina optativa de Libras.”
C8	“Sim. Assim que comecei como coordenadora, fui abordada pela CAE para uma reunião, sobre ferramentas que poderiam ser usadas para o ensino de dois de nossos alunos que têm deficiência visual. Atualmente, sou orientadora de estágio de uma das alunas [...] na CAE; entre suas atribuições, ela faz traduções de materiais e dá apoio pedagógico. Então, da maneira como vejo, há ações sendo implementadas na UFSC.”
C9	“Sim. Temos o LabTAT, que é o laboratório de cartografia tátil, que não lida somente com deficiência visual, mas também as cognitivas. É um ambiente muito acolhedor.”
C10	“Conheço sim. Acessibilidade e equipamentos específicos como camas para pessoas que não conseguem se sentar, por exemplo. Vi isso ocorrer no Campus de Araranguá.”
C11	“Nós não identificamos nenhum aluno com deficiência física, mas foi solicitada ajuda à coordenação de um aluno com TDAH. Neste caso tivemos que intervir junto aos professores de disciplinas para que tivessem ciência do problema do aluno e pudessem ajudá-lo na medida do possível.”
C13	“Sim, acessibilidade para espectro autista e cadeirantes.”
C14	“Sim. As ações do DAE.”
C15	“Conheço a SAAD e o CAE.”
C16	“Conheço parcialmente os serviços da CAE, pois realizei uma capacitação sobre docência acessível.”
C17	“Não tenho conhecimento.”
C18	“Acompanhantes de pessoas com deficiência auditiva.”
C19	“Adequação de acesso, disponibilização de intérpretes de libras.”
C20	“Sim, a equipe da UFSC que apoia pessoas com deficiência tem disponibilizado pessoal para acompanhar a realização de provas de alunos, por exemplo.”
C21	“Monitores para acompanhar os alunos com necessidades especiais.”
C22	“Desconheço. Apenas as reuniões e eventos que possuem intérpretes da Língua Brasileira de Sinais.”
C24	“Sim, o LabTATE www.labtate.ufsc.br .”
C25	“A instalação de elevadores em prédio de salas de aula e no "Bloco A" do Departamento de [...] foi crucial para garantir a mobilidade do aluno supracitado.”
C26	“Sim. Setor de Ações afirmativas, quando dei aula para o curso de [...], tive uma aluna deficiente físico e contava com o apoio.”

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

* Omitido para não identificar o participante da pesquisa.

Na maior parte das respostas (C1, C3, C4, C8, C15, C16, C20 e C26) foi citada a Coordenadoria de Acessibilidade Educacional (CAE), que é o setor vinculado à Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD) da Universidade Federal de Santa Catarina. A CAE atua junto aos cursos de graduação e pós-graduação, atendendo ao princípio da garantia dos direitos das pessoas com deficiência, trazendo a igualdade de oportunidades e tendo em vista a autonomia pessoal e o acesso ao conhecimento (UFSC, 2022).

No sítio eletrônico da CAE (UFSC, 2022) há orientações aos docentes, objetivando facilitar os processos pedagógicos. Algumas recomendações são apresentadas na forma de materiais explicativos, o que proporciona melhor acolhimento dos acadêmicos com deficiência na UFSC, a exemplo de como elaborar provas acessíveis, como aplicar técnicas de

escrita simples ou mesmo como interagir com pessoas com os mais diversos tipos de deficiências. Além disso, há esclarecimento acerca do papel do estagiário (monitor) de acessibilidade no auxílio ao estudante com deficiência.

Em alguns eventos e reuniões que a universidade realiza, por exemplo, nas reuniões do Conselho Universitário, há a presença de um intérprete de Libras, conforme citado pelos respondentes C19 e C22. Na UFSC existe o setor Coordenadoria de Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais – Libras – e Língua Portuguesa (Ctilsp), reconhecido institucionalmente desde 2012. Segundo consta na página eletrônica do setor (UFSC, 2022a), as demandas por tradução e interpretação aumentaram com o maior ingresso de discentes e docentes surdos na UFSC.

Conforme descrito pelo coordenador participante C6, a disciplina de Língua Brasileira de Sinais – Libras, é ofertada pelo Departamento de Libras, do Centro de Comunicação e Expressão, a todos os Cursos de Licenciaturas da UFSC (UFSC, 2022b). Bueno (2008) traz em seu estudo que é essencial que a inclusão seja eficiente e favoreça a equiparação de oportunidades, ao se pensar na construção de uma educação democrática.

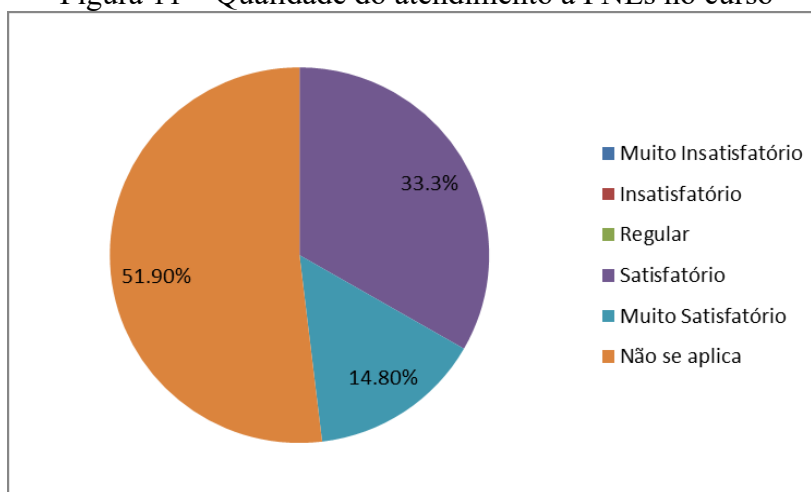
Já os participantes C9 e C24 citaram a existência do LABTATE, que é o Laboratório de Cartografia Tátil e Escolar, vinculado ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) da Universidade Federal de Santa Catarina. Os objetivos deste laboratório são:

- * Constituir um espaço físico com equipamentos e instrumental adequado à pesquisa e desenvolvimento de materiais didáticos táteis ou não, para o ensino de cartografia escolar dentro da disciplina de geografia, incluindo os deficientes visuais;
- * Reunir pesquisadores para discutir a investigação científica e extensão universitária nas áreas de Cartografia Escolar, Cartografia Tátil e ensino de Geografia;
- * Constituir um centro de referência no Estado no que concerne ao desenvolvimento de produtos cartográficos táteis e no ensino de cartografia;
- * Promover a pesquisa e a extensão acadêmicas relacionadas ao ensino e uso da cartografia em processos educativos e no ensino da geografia;
- * Incentivar a pesquisa e extensão universitária na área de Cartografia Tátil e Cartografia Escolar;
- * Promover a participação de alunos de pós-graduação e graduação em Geografia da UFSC em pesquisas nas áreas de cartografia escolar e tátil.
- * Promover a integração de pessoas com deficiência visual no ensino formal e no ambiente urbano;
- * Auxiliar na inclusão dos usuários deficientes visuais na Web (UFSC, 2022c).

Outros coordenadores, sujeitos da pesquisa, descreveram a disponibilidade de recursos de tecnologia assistiva e comunicação alternativa, o que é mediado pela Coordenadoria de Acessibilidade Educacional (UFSC, 2022). Também são inseridos como facilitadores a existência de elevadores e a adequação de acesso, que configuram como acessibilidade arquitetônica. O fato da Coordenadoria de Curso de Graduação efetuar a mediação das atividades didáticas na relação professor-aluno, conforme descrito pelo respondente C11, é descrito como a acessibilidade metodológica.

A **PERGUNTA 9** do questionário foi feita da seguinte forma: “Durante o período em que você é coordenador de curso, algum estudante já contou com apoio de tutores, estagiários ou tradutores especializados para atendimento às pessoas com deficiência na UFSC? (Por exemplo: intérpretes de Libras, ajudantes no deslocamento da pessoa com deficiência, etc). Se sim, como você considera o atendimento de PNEs (Portadores de Necessidades Especiais) no curso que coordena?”. As respostas obtidas estão representadas na Figura 11.

Figura 11 – Qualidade do atendimento a PNEs no curso



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Pela análise feita, tem-se que 14 (catorze) coordenadores – 51,9% - não tiveram conhecimento sobre algum acadêmico contar com apoio de pessoal especializado no atendimento às pessoas com deficiência, dado que as respostas deste público foram “Não se aplica”. Nove dos participantes consideram o atendimento “Satisfatório” (33,3%), enquanto quatro avaliam o atendimento como “Muito Satisfatório” (14,8%).

Embora para a maioria dos participantes esse tipo de demanda ainda não tenha existido, para praticamente metade dos coordenadores respondentes o serviço de tutores, estagiários ou tradutores especializados é considerado satisfatório ou muito satisfatório. Tais

apoios são prestados pela Coordenadoria de Acessibilidade Educacional (UFSC, 2022) e pela Coordenadoria de Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais – Libras – e Língua Portuguesa (UFSC, 2022a). As respostas positivas reforçam a qualidade do trabalho executado por estes setores e a importância de suas existências na Universidade Federal de Santa Catarina.

As barreiras atitudinais, físicas e o déficit na formação são

[...] questões que podem levar ao processo de inclusão marginal, que transformam as escolas e universidades em ambientes perversos, degradantes e que às vezes não possibilitam a participação efetiva no processo de ensino-aprendizagem (FURLAN *et al*, 2020, p. 427).

Oliveira, Santiago e Teixeira (2022) refletem que não é possível incluir pessoas com deficiência na universidade sem levar em consideração suas especificidades sociais, motoras, sensoriais e cognitivas distintas. Quando as características ou necessidades especiais de pessoas com deficiência são ignoradas por atores das instituições de ensino superior, resulta em muito sofrimento e desgaste para esses acadêmicos, “podendo ter como consequência a não aprendizagem, a desistência ou a evasão do curso” (OLIVEIRA, SANTIAGO E TEIXEIRA, 2022, p. 5).

Entretanto, para um atendimento que possa ser considerado satisfatório e feito em sua integralidade, é necessário que a instituição disponibilize pessoal especializado para auxiliar as pessoas com deficiência que necessitem dos trabalhos de tutorias ou traduções. Para Dalla-Dea, Oliveira e Melo (2018, p. 11) “existe uma necessidade de maiores investimentos no quadro de profissionais para atender ao público-alvo da educação especial, garantindo o acesso e a permanência desses estudantes na universidade”. Oliveira, Santiago e Teixeira (2022) complementam, dizendo que é preciso que as instituições educacionais façam maiores investimentos em recursos humanos, sendo um caminho importante para promover a inclusão dos estudantes com deficiência.

A **PERGUNTA 10**, que dá prosseguimento ao questionário, trouxe diferentes tipos de acessibilidade e solicitava que os coordenadores respondessem, de acordo com suas vivências na Coordenação de seus respectivos cursos de graduação, qual(is) percebem que não existe(m) ou que precisa(m) de maior atenção ou melhorias na instituição de ensino e/ou setor de atuação. As respostas obtidas estão tabuladas no Quadro 13, por ordem decrescente de percentual de respostas.

Quadro 13 – Instrumentos de acessibilidade inexistentes ou carentes de atenção/melhorias

Tipo de acessibilidade	Percentual de respostas
Rampas de acesso	74,1%
Condições de caminhabilidade até a instituição	63%
Rotas acessíveis	59,3%
Treinamento ou capacitação para atendimento às pessoas com deficiência	59,3%
Calçadas com piso tátil	55,6%
Calçadas acessíveis e travessias de pedestres niveladas e sinalizadas de forma tátil	55,6%
Áudio-descrição (quando por voz)	55,6%
Sanitários acessíveis	44,4%
Descrição das imagens (em texto)	44,4%
Paradas de ônibus próximas às entradas da instituição	40,7%
Equipamentos e programas adequados, com conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos	40,7%
Livros e apostilas em formato acessível	40,7%
Estacionamentos com vagas específicas para pessoas com deficiência	37%
Orientação/legislação sobre como atender/auxiliar a pessoa com deficiência nas barreiras que possa vir a enfrentar	37%
Elevadores com teclas com números/letras em relevo	33,3%
Intérprete de Libras	29,6%
Presença de tutores ou estagiários que auxiliem na participação da pessoa com deficiência nas atividades didáticas	29,6%
Percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações	29,6%
Atitude para remoção de barreiras	29,6%
Leitor de tela ou formato alternativo, de acordo com requisição da pessoa com deficiência	25,9%
Participação da pessoa com deficiência em grupos de estudos em sala de aula	25,9%
Lupa digital	14,8%

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Dois coordenadores acrescentaram no espaço destinado a “outros”, tipos de acessibilidade que carecem de atenção e/ou melhorias, sendo as seguintes respostas:

C4: “Em realidade, as que não assinei, eu sei que existem por já ter ouvido falar, mas nunca me chegou um aluno solicitando”.

C24: “Não temos estudantes com deficiência, que eu tenha conhecimento”.

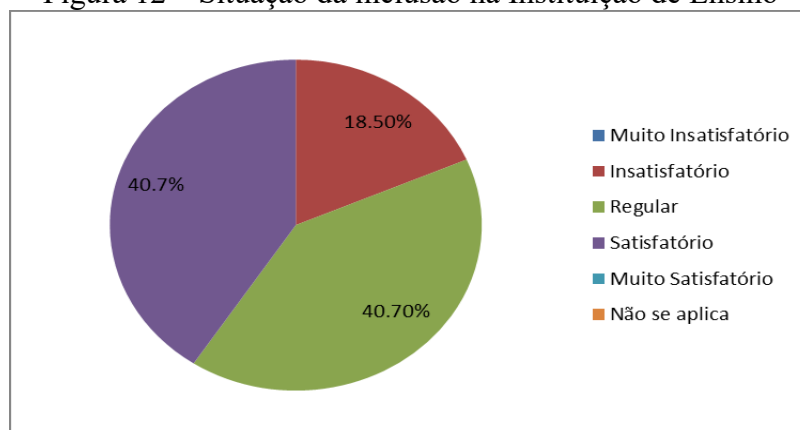
A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi aprovada como emenda constitucional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 2008. Assim, Hott e Fraz (2019, p. 204) reafirmam que “a educação inclusiva torna-se um direito inquestionável, incondicional e inalienável, além de garantir plenas condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem”. Desta forma, a acessibilidade deve ser entendida como um processo dinâmico associado ao desenvolvimento da sociedade.

Para Albuquerque, Sousa e Guimarães (2015, p. 44), “garantir a acessibilidade estrutural (aspectos físicos ou de infraestrutura) e informacional (digital) aos usuários é fundamental para democratizar o acesso e uso da informação disponibilizada nos diversos contextos analisados”. É notável que, para a maior parte dos sujeitos de pesquisa respondentes, as condições de acessibilidade arquitetônica, nos transportes e instrumental são os principais tipos que necessitam de melhorias na Universidade Federal de Santa Catarina.

Para Hott e Fraz (2019, p. 208), “os espaços públicos são para todas as pessoas, inclusive indivíduos com deficiência que possuem o direito de ir e vir”. A UFSC, sendo uma instituição pública e aberta à comunidade externa, necessita de diversas adaptações de suas condições de acessibilidade, de forma a garantir, efetivamente, o direito à inclusão.

Seguindo no questionário, com a **PERGUNTA 11**, solicitou-se que o participante respondesse de que forma considera a situação da inclusão na instituição de ensino, que no caso deste estudo é a Universidade Federal de Santa Catarina. As respostas estão relacionadas na Figura 2:

Figura 12 – Situação da inclusão na Instituição de Ensino



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Bueno (2008) relata que a inclusão escolar busca incorporar ao sistema regular de ensino os alunos que tradicionalmente foram excluídos da escola. Já a educação inclusiva “refere-se a um objetivo político a ser alcançado” (BUENO, 2008, p. 49). Na mesma linha de pensamento, Bezerra (2017) revela que a inclusão é um processo seletivo, classificatório e estigmatizante, o que contribui para a legitimação das desigualdades, sendo um processo de exclusão dentro do sistema escolar.

Apesar das respostas dadas pelos coordenadores dos cursos de graduação participantes desta pesquisa estarem, de certa forma, positivas quanto à existência de uma universidade inclusiva – respondendo às opções “Regular” e “Satisfatório”, que se somam pouco mais de

80% - é perceptível que a UFSC ainda precisa melhorar muito no aspecto da inclusão. É possível averiguar na própria estrutura dos prédios, que carecem de rampas de acesso adequadas, elevadores em pleno funcionamento, condições de caminhabilidade pelo campus ou mesmo nas atitudes de alguns membros da comunidade acadêmica, que por vezes segregam e dificultam a participação de pessoas com deficiência nas atividades acadêmicas.

O papel da universidade é, também, proporcionar espaços inclusivos aos estudantes com deficiência. A Portaria Normativa nº 13/2016 (BRASIL, 2016), instituída pelo Ministério da Educação, estipula que as Instituições de Educação Superior devem reservar 20% de suas vagas para pessoas negras, indígenas e com deficiência. Com o aumento no número de matrículas desta população nos cursos de graduação, a universidade deve enfatizar as ações que busquem melhorias nos espaços universitários, com ambientes mais acolhedores, acessíveis e adaptados às necessidades que surgirem.

A **PERGUNTA 12** deixou um espaço livre para que o coordenador participante acrescentasse alguma informação relevante à pesquisa. As respostas dos respondentes que desejaram contribuir nesta questão foram transcritas na íntegra e os dados estão demonstrados no Quadro 14:

Quadro 14 – Acréscimo de informação relevante à pesquisa

Curso	Resposta
C8	“Gostaria de enfatizar que só fui coordenadora durante o período da pandemia, o que pode estar enviesando minha percepção. É possível que, com a volta ao presencial, cheguem a mim novas demandas dessa natureza, mas durante o período em que trabalhamos remotamente, não houve nada que eu tenha tido que resolver nesse sentido.”
C9	“Julgo que o curso, e a universidade melhoraram bastante depois das políticas de inclusão e os programas de ações afirmativas. Isso precisa ser destacado como uma transformação muito significativa nos últimos anos. Por isso ainda é um processo lento, mas é gradual e inacabado.”
C13	“Acredito que as tutorias não existem de forma suficiente e satisfatória nem para os que não são deficientes. Neste sentido, para os deficientes o caminho ainda me parece bastante longo.”
C16	“Tanto o campus Trindade (onde leciono) quanto os bairros adjacentes a ele são espaços com muitos problemas de acessibilidade. Se já é difícil para pedestres e ciclistas, para pessoas com deficiência os deslocamentos se tornam verdadeiras odisséias. Há também questões atitudinais, como capacitismo e negligência, que se somam à escassez de recursos disponíveis para uma educação universal e inclusiva. Sabemos que há iniciativas muito importantes como as da CAE, mas elas esbarram no estrangulamento da educação. Todos os estudantes, docentes e técnicos da UFSC sofrem com a precariedade dos espaços, mas as pessoas com deficiência sofrem mais, pois não têm as mesmas condições de se adaptar ao meio. Precisamos de uma política pública de educação que considere a diversidade, que qualifique os espaços de ensino, os espaços públicos dos campi, que invista em equipamentos e capacitação, bem como em recursos humanos capazes de atender às demandas da comunidade.”
C20	“Tenho observado uma enorme disposição por parte dos professores e alunos em auxiliar pessoas com deficiência. No caso particular de uma aluna, que fez disciplina comigo e com outros professores, a aluna não teve qualquer dificuldade em ter suas demandas atendidas e todos os professores demonstraram boa vontade. No caso dos alunos, eles também se disponibilizavam a ajudá-la em sala de aula, sempre se mostrando solidários.”

Curso	Resposta
	Por outro lado, as condições de infraestrutura do campus, em especial, acessibilidade aos prédios e a circulação dentro do campus são precárias e entendo que isso dificulta sobremaneira para as pessoas com dificuldades de locomoção.”
C22	“Lendo a pergunta 10, percebi o quanto de possibilidades existem para pessoas com deficiência que eu desconhecia. Não somos preparados, como instituição, para lidar com estas situações apesar de perceber que a UFSC está sempre aberta a estas iniciativas. Acredito que falte uma avaliação de toda estrutura e treinamentos direcionados nem que seja para as chefias e coordenações. Parabéns pela iniciativa desta pesquisa. Desejo que possa contribuir com mudanças efetivas.”
C23	“Todo o meu período na coordenação coincidiu com a pandemia (regime de tele trabalho).”
C24	“Como coordenadora, os processos sobre a inclusão não estão muito claros, isso pode ser devido a não termos alunos nessa situação (que eu saiba). Até não sei onde encontrar essa informação na UFSC e o protocolo de encaminhamentos. Alguém da reitoria avisa o curso quando há aluno com necessidades especiais?”

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Após os relatos dos sujeitos da pesquisa, verifica-se que as contribuições trazidas pelos participantes do presente estudo se revelam de grande importância quando se trata de analisar o contexto da universidade. Embora alguns respondentes tenham relatado a questão de (quase) todo o seu período na função de Coordenador tenha se dado em época de pandemia, a questão estrutural, as formas de divulgação de apoios a pessoas com deficiência e as metodologias aplicadas em salas de aula ainda carecem de melhorias, desde antes do período pandêmico da COVID-19, que afastou a comunidade acadêmica das atividades presenciais.

Apesar do relato de percalços, nota-se que em alguns casos a acessibilidade é viabilizada, conforme a fala de C20, que traz a informação de gestos solidários dos atores que fazem parte da dinâmica social da pessoa com deficiência. Outro fato verificado em falas dos participantes é a importância do apoio familiar quando a questão é garantir a inclusão e a permanência do acadêmico na universidade.

O processo de inclusão na educação superior demanda um aprofundamento das discussões e reflexões profundas a respeito das compreensões sobre a diversidade humana e sobre pressupostos inclusivos. Nesta concepção, “o ideal da educação inclusiva é consoante à busca de igualdade de direitos, tanto no que se refere à escolarização quanto à participação social” (FURLAN *et al*, 2020, p. 435).

A Coordenadoria de Acessibilidade Educacional, em conformidade com a legislação e com seus objetivos, presta atendimento aos discentes, mediando para resolver situações de barreiras e implementando facilitadores, de forma garantir os direitos das pessoas com deficiência a uma educação de qualidade. Pelas respostas apresentadas ao questionário aplicado, é possível verificar que existe apoio à realização das diversas atividades acadêmicas, no entanto muitas carecem de recursos que permitam a execução em sua integralidade.

4.2.5 Indicadores de acessibilidade relatados pelos coordenadores

No que se refere à avaliação institucional, dentro das dimensões do SINAES, encontram-se os seguintes indicadores relativos à acessibilidade:

- a) Políticas Acadêmicas:** Política para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão; comunicação com a sociedade; políticas de atendimento aos discentes;
- b) Políticas de Gestão Institucional:** Políticas de pessoal; organização e gestão da instituição; sustentabilidade financeira;
- c) Infraestrutura:** Instalações administrativas; salas de aula; auditório(s); sala de professores; espaços para atendimento aos discentes; espaços de convivência e de alimentação; laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas; bibliotecas; salas de apoio de informática ou estrutura equivalente; instalações sanitárias; estrutura dos polos EaD; e recursos de tecnologias de informação e comunicação.

Quanto aos indicadores relativos à acessibilidade nos cursos, dentro das dimensões do SINAES, tem-se os seguintes:

- a) Organização Didático-pedagógica:** Estrutura curricular, conteúdos curriculares, metodologia, apoio ao discente, Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo de ensino-aprendizagem, Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e material didático;
- b) Infraestrutura:** Sala coletiva de professores, bibliografia básica por Unidade Curricular (UC) e bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC).

Em relação aos indicadores de acessibilidade, definidos nas Dimensões do SINAES, esta pesquisadora identificou elementos, a partir das respostas dos coordenadores dos cursos de graduação participantes, que têm relação com os critérios estabelecidos nos referidos indicadores, conforme relatados a seguir:

- * Adaptações nas metodologias de ensino;
- * Prorrogação de prazos de entregas;
- * Detalhamento dos conteúdos curriculares;
- * Concessão de Tratamento Domiciliar Especial;
- * Sensibilidade de profissionais e acadêmicos no tratamento à pessoa com deficiência;
- * Oferta da disciplina de Língua Brasileira de Sinais aos cursos de Licenciatura;
- * Traduções de materiais e apoio pedagógico por parte da Coordenadoria de Acessibilidade Educacional;
- * Disponibilidade (parcial) de intérpretes de Libras;

* Estagiários (monitores) para acompanhamento de acadêmicos com necessidades especiais.

Entretanto, foram descritas barreiras, constituindo obstáculos à pessoa com deficiência, o que prejudica sua inclusão e permanência no âmbito acadêmico, tais como:

- * Não disponibilidade, em tempo integral, de intérprete de libras para acompanhamento do acadêmico com deficiência;
- * Preconceitos e atitudes negativas relacionadas à condição da pessoa com deficiência;
- * Docentes que não aceitam adaptar suas metodologias de ensino;
- * Calçadas em más condições de caminhabilidade, de deslocamento por cadeira de rodas e sem piso tátil;
- * Rampas que não estão em conformidade com as normas (NBR 9050);
- * Ausência de estacionamentos específicos para pessoas com deficiência;
- * Setores e/ou prédios sem adaptações para acessibilidade;
- * Falta de acessibilidade aos espaços por pessoas que usam cadeira de rodas.

Apesar de, em algumas respostas dos coordenadores que participaram da pesquisa, serem notados pontos positivos quanto à acessibilidade nos cursos de graduação, ainda persistem obstáculos à inclusão efetiva das pessoas com deficiência na universidade. No que diz respeito a docentes que possuem deficiência, em uma única resposta houve indício de barreira, no caso a atitudinal. É sabido, no entanto, que docentes também fazem uso da estrutura universitária e estão sujeitos aos obstáculos tanto quanto acadêmicos com deficiência ou qualquer outra pessoa que faça parte da comunidade universitária.

Foi citado anteriormente que na Universidade Federal de Santa Catarina existe a Coordenadoria de Acessibilidade Educacional (CAE), que é um setor que auxilia nas questões envolvendo a inclusão e a acessibilidade de pessoas com deficiência na instituição. Ciantelli e Leite (2016) e Ciantelli, Leite e Nuernberg (2017) mencionam, em seus estudos, que algumas ações são desenvolvidas pelos Núcleos de Acessibilidade, como a formação e a sensibilização da comunidade acadêmica relacionada às necessidades específicas de acadêmicos com deficiência. No entanto, de acordo com Diniz e Silva (2021), os Núcleos não devem assumir de forma isolada o protagonismo pelas ações voltadas a eliminar barreiras, ou mesmo promover a inclusão e permanência dos acadêmicos com deficiência nos cursos de graduação. Desta forma, à Coordenadoria de Acessibilidade da UFSC cabe mediar as ações, incentivando os atores envolvidos no processo de inclusão na universidade.

Magalhães (2016) apontou sobre a falta de conhecimento de alguns coordenadores na promoção da inclusão na Educação Superior. Para Diniz e Silva (2021) há necessidade de flexibilização curricular, por exemplo, no que diz respeito ao tempo para cursar disciplinas ou

realizar as atividades didáticas, bem como adequação de conteúdo, de estratégias pedagógicas e de formas de avaliação.

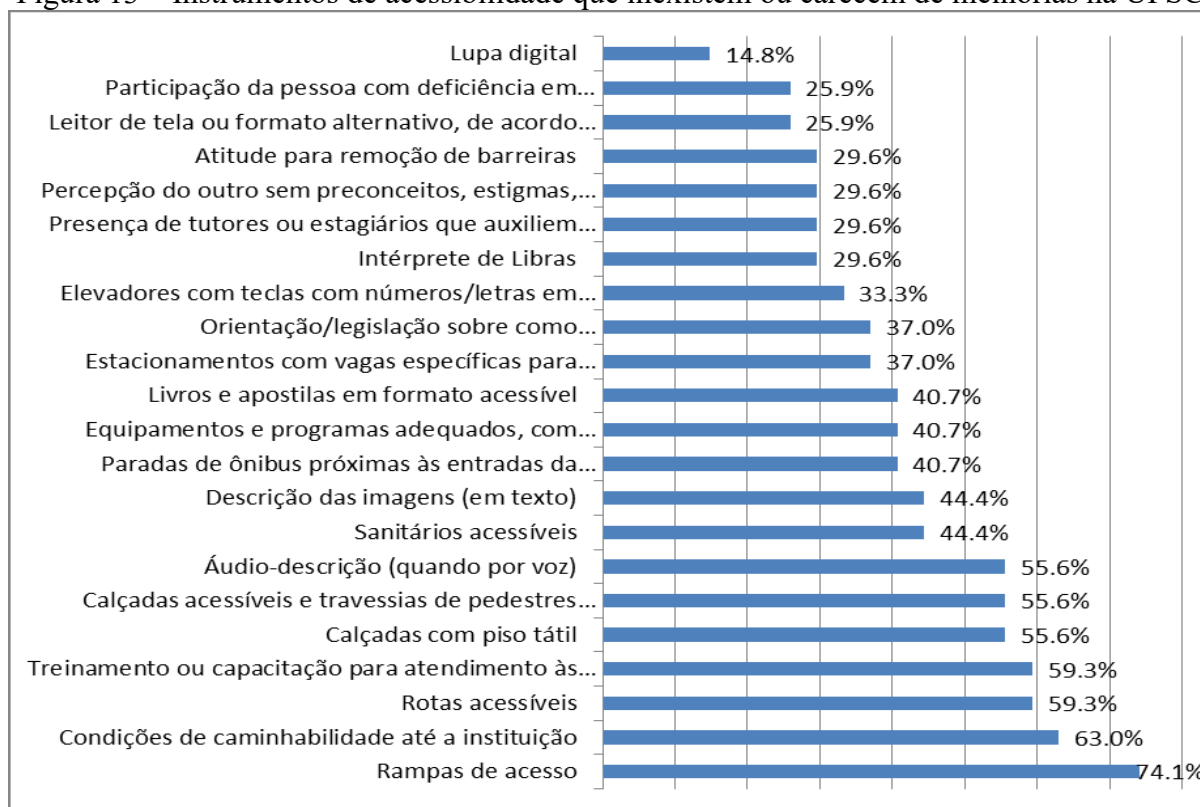
Os próprios docentes, segundo Diniz e Silva (2021), não se sentem preparados, por não possuírem formação para atender as necessidades específicas dos acadêmicos com deficiências. Vitalino (2007) afirma que a prática cotidiana do docente deve ser embasada por sua formação inicial e continuada, de modo que o professor conheça as necessidades educacionais especiais de que cada acadêmico necessita.

Além disso, é necessário que os docentes desenvolvam meios e recursos acessíveis, promovendo o estabelecimento de interfaces com os acadêmicos com deficiência, e, conseqüentemente, fomentando o processo de inclusão. Para Passerino e Montardo (2007, p. 5), é importante que se valorize a “qualidade de vida, o desenvolvimento humano, a autonomia de renda e a equidade de oportunidades e direitos”.

O preparo dos profissionais passa pela valorização de sua formação, necessariamente, além da realização de estratégias que combatam à exclusão das pessoas com deficiência da educação (MOREIRA E MANRIQUE, 2014). Esta formação docente para a educação inclusiva, segundo Oliveira, Santiago e Teixeira (2022) permite a construção de um olhar que considere a singularidade do sujeito, possibilitando ao outro ser como ele é e dando lugar às suas escolhas.

Pelas respostas dos coordenadores dos cursos de raduação que participaram da pesquisa, é possível verificar que a Universidade Federal de Santa Catarina enfrenta dificuldades na questão da oferta de acessibilidade, uma vez que nenhuma das alternativas propostas ficou sem resposta. A Figura 13 traz os dados obtidos:

Figura 13 – Instrumentos de acessibilidade que inexistem ou carecem de melhorias na UFSC



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

O que pode tornar difícil a inclusão em sua integralidade é a implementação das leis e orientações normativas nas instituições, devido à precariedade da estrutura física, ausência de recursos humanos e materiais, atitudes excludentes motivadas pela falta de conhecimento e pela lacuna na formação docente para atuar com pessoas com deficiências. Aliada a todos os aspectos citados, a burocracia dificulta a disponibilidade de recursos, de forma que dariam continuidade às adequações necessárias para a implementação das políticas inclusivas (DINIZ E SILVA, 2021).

Para comprovar algumas respostas dos coordenadores sobre a falta de acessibilidade, foram feitas imagens de locais e equipamentos que, atualmente, necessitam de melhorias de forma emergencial na UFSC. As imagens que estão apresentadas a seguir se referem a alguns locais do Campus Florianópolis.

Imagem 1 – Ausência de calçadas



Foto: Ausência de calçada/interrupção de caminho;
falta de piso tátil.

Local: Estacionamento do Centro
Socioeconômico.

Imagem 2 – Degrau na calçada



Foto: Degrau elevado no espaço reservado à
calçada – lombada.

Local: Estacionamento do Centro
Socioeconômico.

Imagem 3 – Rampa inacabada



Foto: Rampa com piso deformado e falta de
corrimãos.

Local: Prédio do Departamento de Matemática.

Imagem 4 – Acesso a prédio com término de calçadas



Foto: Acesso a prédio com salas de
aula/laboratórios didáticos.

Local: Prédio do Departamento de Matemática.

Imagem 5 – Ausência de condições adequadas para caminhabilidade



Foto: Frente de prédio com salas de
aula/laboratórios didáticos.

Local: Prédio do Departamento de Física.

Imagem 6 – Falta de acessibilidade para pessoas com deficiência



Foto: Acesso a prédio com salas de
aula/laboratórios didáticos.

Local: Bloco da Colina – Departamento de Física.

Imagem 7 – Elevador interditado



Foto: Elevador de acesso a salas de aula/laboratórios didáticos interditado.

Local: Prédio do Departamento de Física.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Pelas imagens apresentadas, é possível perceber que os indicadores elencados pelo SINAES, que fazem parte da dimensão “Infraestrutura”, em grande parte, não estão sendo atendidos na Universidade Federal de Santa Catarina. Situações como ausência de calçadas de acesso, rampas inacabadas e elevadores interditados são evidências que podem ser justificadas pelos escassos recursos financeiros repassados às instituições de educação superior, o que inviabiliza o pleno atendimento dos aspectos elencados.

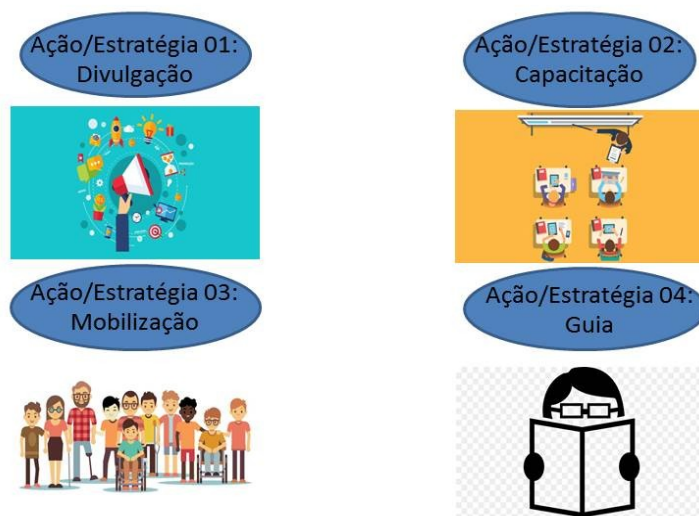
Conforme Coutinho (2011) e Tartuci (2014), os dispositivos legais não têm legitimado os direitos das pessoas com deficiência, sendo que a inclusão tem enfrentado resistências e barreiras nas esferas educacionais. As barreiras são indicadores de que a “inclusão das pessoas com deficiências na Educação Superior exige atenção, reflexão, ação e investimento da comunidade acadêmica, assim como dos governantes” (DINIZ E SILVA, 2021, p. 473).

4.3. PROPOSTAS DE AÇÕES/ESTRATÉGIAS QUE CONTRIBUAM PARA O CUMPRIMENTO DOS INDICADORES DE ACESSIBILIDADE NA UFSC

Correlacionando os resultados obtidos e as análises realizadas, nesta seção são feitas propostas de ações/estratégias que podem contribuir para o processo de inclusão das pessoas com deficiência na Universidade Federal de Santa Catarina, bem como garantir a plena participação delas na comunidade universitária e o cumprimento dos indicadores de acessibilidade, requeridos pela legislação e normas vigentes, na instituição.

As Ações/Estratégias propostas neste trabalho estão elencadas na Figura . Em seguida são feitas considerações sobre cada uma delas.

Figura 14 – Ações/Estratégias para o processo de inclusão



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

AÇÃO/ESTRATÉGIA 01:

Maior divulgação dos serviços prestados pela CAE, bem como em quais demandas este setor pode atuar/auxiliar, com relação às pessoas com deficiência que fazem parte da comunidade universitária.

A Coordenadoria de Acessibilidade Educacional é fundamental, por oferecer apoio aos discentes, docentes, técnico-administrativos em educação e demais membros da comunidade, sendo que atua diretamente nas questões relacionadas às pessoas com deficiência na UFSC. Um aspecto sobre este setor, identificado pela pesquisadora, é que há pouca divulgação sobre a forma de sua atuação na Universidade. Alguns participantes da pesquisa, por exemplo, não sabem se o setor entrará em contato para auxiliar ou se a própria Coordenadoria de Curso de Graduação precisa procurar a CAE, quando existir demanda de acadêmico(s) com deficiência.

Cabe destacar, segundo Oliveira (2020), que uma comunicação eficaz é imprescindível para o desenvolvimento de qualquer pessoa e, existindo barreiras nas comunicações, representam uma forma grave de exclusão dos estudantes com deficiência.

AÇÃO/ESTRATÉGIA 02:

Disponibilizar cursos de capacitação voltados para a inclusão no plano de valorização da carreira dos profissionais envolvidos na educação superior, de forma que a progressão funcional só ocorresse mediante a realização destes cursos.

Através de alguns relatos, percebeu-se que ainda existem na instituição pessoas não coadunam com a inclusão, sendo desrespeitosas e agindo de maneira a configurar, inclusive, assédio moral contra a pessoa com deficiência. O ambiente universitário é um espaço que deve ser considerado acolhedor, uma vez que recebe, todos os semestres, várias pessoas com as mais diversas especificidades. Destarte, o respeito à cidadania torna necessária a interligação de diferentes contextos sociais. O que se propõe, nesse caso, é um trabalho de conscientização humana, a partir da escuta atenta da vivência da pessoa com deficiência.

Conforme Furlan *et al* (2020), a formação pedagógica para a educação inclusiva deve ser uma ação institucional, envolvendo toda a comunidade acadêmica nas discussões sobre as práticas educacionais voltadas para a inclusão. Uma estratégia que contribui para que haja maior amplitude de conhecimento acerca dos fatores necessários para atendimento às pessoas com deficiência é a formação continuada voltada para a inclusão, incluindo discussões e debates que evidenciem as experiências nas relações com pessoas com deficiência.

É preciso que o sistema de ensino organize o trabalho de forma a possibilitar a contribuição de todas as pessoas no processo de ensino-aprendizagem, valorizando as diferenças existentes nas instituições educacionais e atendendo às necessidades educativas de todos os acadêmicos (FIGUEIREDO E SILVA, 2022).

AÇÃO/ESTRATÉGIA 03:

Mobilizações em favor da educação inclusiva devem ser incentivadas para que governos repensem suas prioridades de gastos.

Sobre as barreiras arquitetônicas, urbanísticas, tecnológicas e nos transportes, muito identificadas pelos sujeitos de pesquisa respondentes do questionário, é preciso que a Gestão Universitária e os governantes se atentem para o cumprimento das políticas públicas e das normas técnicas voltadas à acessibilidade. É neste sentido que as instituições precisam se posicionar oficialmente, envolvendo todos da comunidade acadêmica na busca por melhorias e adaptações que possibilitem a participação plena das pessoas com deficiência no ambiente

acadêmico. É essencial que, antes de oferecer espaço às diversidades, a instituição viabilize sua forma de inclusão.

Não obstante o repasse de recursos financeiros para as universidades federais tenha sido cada vez menor, é necessário que se faça gestão sobre o que é distribuído. Novos projetos arquitetônicos, por exemplo, precisam estar em conformidade com as normas técnicas da ABNT NBR 9050, referente aos aspectos de acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, assim como na NBR 16.537/2016, que trata da sinalização tátil.

Não caberia aqui uma proposta de ação de parte da pesquisadora, uma vez que se trata de algo em âmbito governamental. Entretanto, as mobilizações se mostram favoráveis quando há luta pela educação inclusiva. Uma sugestão seria a parceria entre os cursos de Engenharia Civil e de Arquitetura e Urbanismo, que podem auxiliar no diagnóstico do espaço físico, levantando as necessidades de adaptação, inserção de elementos e reformas, realizando sugestões técnicas em projeto para que o setor de obras execute os projetos e compra de materiais, como pisos táteis, mapas e placas visuais e táteis, barras de apoio, guarda-corpos, corrimãos, entre outros.

AÇÃO/ESTRATÉGIA 04:

Guia Prático de Atendimento às Pessoas com Deficiência

Com o objetivo de demonstrar o produto final deste estudo, foi elaborado um Guia Prático de Atendimento à Pessoa com Deficiência, que poderá ser utilizado pela comunidade acadêmica no dia a dia. Embora a informação, por si só, não garanta atitudes sociais mais positivas, certamente a convivência com as pessoas com deficiência pode favorecer a inclusão em seu sentido pleno, uma vez que a experiência constrói a cultura educacional.

O Guia está apresentado no próximo subcapítulo, de forma a demonstrar o produto final deste trabalho. Este Guia poderá, futuramente, ser transformado em livreto ou material que possa ser divulgado a toda a comunidade universitária.

4.4 GUIA PRÁTICO DE ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Nesta seção é apresentado o Guia Prático de Atendimento à Pessoa com Deficiência, produto final desta pesquisa. O Guia foi dividido em apresentação, conceitos e fundamentos legais, que apresenta o que é deficiência, quais são os tipos de deficiência, o que é

acessibilidade, quais são os tipos de acessibilidade, o que são barreiras e quais são os tipos de barreiras. Além disso, traz boas práticas ao atender pessoas com deficiências, em específico deficiência auditiva, deficiência visual e deficiência física ou mobilidade reduzida; boas práticas ao realizar um evento ou reunião; e boas práticas – atitudinais. Por fim, o Guia traz a conclusão do trabalho.

4.4.1 Apresentação

Este Guia foi elaborado com o intuito de adaptar a Universidade à presença das pessoas com deficiência. Isso significa que o Estatuto da Pessoa com Deficiência deve ser adequado ao contexto, tornando os ambientes acessíveis a todos. Neste documento, foram selecionadas as melhores práticas para que professores, alunos, servidores e a comunidade universitária possam adotar para apoiar as pessoas com deficiência ao longo de sua jornada acadêmica.

Os tipos de deficiência tratados por este Guia são: visual, auditiva, física, baixa visão, Transtorno do Espectro Autista, pessoa com mobilidade reduzida, pessoa com nanismo e pessoa ostomizada. No entanto, este documento pode ser usado para os outros tipos de deficiência também, tendo em vista que a qualidade do atendimento deve ser aplicada a todas as pessoas.

O Guia Prático de Atendimento à Pessoa com Deficiência foi desenvolvido através da coleta de relatos do questionário aplicado aos coordenadores dos cursos presenciais de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina – sujeitos de pesquisa – e da experiência dos gestores dos Núcleos e Coordenadorias de Acessibilidade de algumas instituições públicas, cujas entrevistas foram realizadas na etapa de pré-teste do presente estudo.

Espera-se que, ao apresentar este Guia, o leitor perceba que não se trata de um mero material acadêmico, e sim um objeto prático de ações que podem ser aplicadas para facilitar o desenvolvimento da pessoa com deficiência e ajudá-la no seu processo de inclusão. Este Guia, no entanto, não está e nunca estará concluído, visto que deficiência é um conceito em constante evolução, faz parte da diversidade humana e, portanto, traz sempre novidades e renovação. O aprendizado é um atributo que se obtém todos os dias e, por este motivo, o presente Guia poderá ser sempre ampliado, revisado e, espera-se, melhorado continuamente.

4.4.2 Conceitos e fundamentos legais

As principais leis que tratam da acessibilidade no Brasil consistem na Constituição Federativa do Brasil de 1988, Lei nº 9.394/1996, Lei nº 10.861/2004, Lei nº 13.005/2014, que se trata do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.146/2015, que é o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Decreto nº 10.520/2020. Há também a Declaração de Salamanca e o Programa Incluir, que constituem peças importantes à formação dos conceitos e fundamentos legais acerca da acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência.

1) O que é Deficiência?

O Estatuto da Pessoa com Deficiência define que as Pessoas com Deficiência são “aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas” (BRASIL, 2015, p. 1).

2) Quais são os símbolos dos tipos de Deficiências?

A Figura 15 apresenta os tipos de deficiências tratados por este Guia, a saber:

Figura 15 – Tipos de Deficiências



Fonte: Elaborado pela autora (2022) a partir dos dados da Organização das Nações Unidas (BRASIL, 2008a).

3) O que é Acessibilidade?

A acessibilidade é descrita no Estatuto da Pessoa com Deficiência como a “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação” (BRASIL, 2015, p. 2).

4) Quais são os tipos de Acessibilidade?

a) Acessibilidade Atitudinal: Refere-se às atitudes das pessoas, como preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

b) Acessibilidade Arquitetônica: Também conhecida como físico espacial – possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (NBR 9050).

c) Acessibilidade Metodológica: Também conhecida como pedagógica.

d) Acessibilidade Programática: Refere-se à sensibilização em relação à eliminação de barreiras e orientações presentes nas políticas públicas.

e) Acessibilidade Instrumental: Relacionada a instrumentos e ferramentas de estudo.

f) Acessibilidade nos Transportes: Diz respeito não apenas aos veículos, mas também às paradas de ônibus, estacionamento, calçadas de acesso, estações de embarque e desembarque dos meios de transporte coletivo (metrô, trem, aeroporto, sistema aquaviário), entre outros.

g) Acessibilidade nas Comunicações: Comunicação interpessoal, escrita e virtual.

h) Acessibilidade Digital: Disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos (BRASIL, 2013).

5) O que são as Barreiras?

São elementos que constituem obstáculos à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, prejudicando sua efetiva inclusão e permanência no meio social.

6) Quais são os tipos de Barreiras?

- a) **Barreiras urbanísticas:** Existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) **Barreiras arquitetônicas:** Existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) **Barreiras nos transportes:** Existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) **Barreiras nas comunicações e na informação:** Obstáculos que dificultam ou impossibilitam a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia de informação;
- e) **Barreiras atitudinais:** Atitudes ou comportamentos que impedem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- f) **Barreiras tecnológicas:** Dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias (BRASIL, 2015).

4.4.3 Boas práticas ao atender pessoas com deficiência

Com o objetivo de melhorar o atendimento às pessoas com deficiência no contexto universitário, este Guia traz algumas orientações e dicas para facilitar a comunicação com pessoas que possuem condições específicas:

A) Pessoas com deficiência auditiva:

- 1) É preciso reconhecer que nem todas as pessoas com deficiência auditiva se comunicam em Linguagem Brasileira de Sinais (Libras). É importante se atentar para os detalhes da surdez, que podem ser:
 - a) Surdos Sinalizados/Sinalizantes: Usam a Libras como primeira língua;
 - b) Surdos Oralizados: Usam a Língua Portuguesa como primeira língua;
 - c) Surdos Implantados: Portam implante coclear;
 - d) Surdos Bilíngues: Usam as duas formas de comunicação – Libras e Língua Portuguesa;
 - e) Ensurdecidos: Possuem surdez em decorrência do envelhecimento.
- 2) Falar diretamente com a pessoa que está encontrando, ao invés de se dirigir ao seu intérprete.
- 3) Se for necessária a presença do intérprete, pergunte à pessoa com deficiência do que ela necessita. Deve-se olhar para ela e não para o tradutor intérprete.

- 4) Para chamar a atenção da pessoa, deve-se tocar ligeiramente seu ombro ou acenar sua mão.
- 5) Caso seja necessário entrar em contato com uma pessoa com deficiência auditiva, deve-se optar por envio de e-mail ou mensagens de texto, pois áudios ou telefonemas podem ser inaudíveis.
- 6) Caso a pessoa com deficiência auditiva faça leitura labial, deve-se olhar diretamente para ela e falar claramente, nem rápido, nem devagar, certificando-se que seu rosto possa ser visto. Usar um tom de voz normal, a não ser que peçam para falar mais alto.
- 7) Não colocar nada na frente dos lábios para falar com uma pessoa com deficiência auditiva, usando expressões faciais adequadas ou outra linguagem corporal para enfatizar o que se está tentando transmitir.
- 8) Em palestras ou grupos de trabalho, intérpretes devem traduzir durante meia hora. Reuniões que durem mais de duas horas devem contar com dois intérpretes, trabalhando alternadamente.

B) Pessoas com deficiência visual:

- 1) Não tocar na pessoa com deficiência visual antes de se apresentar, pois pode assustá-la.
- 2) Identificar-se e introduzir outra pessoa que esteja presente na conversa, indicando onde estão colocados em relação à pessoa com deficiência visual para que ela possa se localizar.
- 3) Quando houver uma conversa em grupo, dizer o nome da pessoa com quem se fala.
- 4) Certificar-se de deixar a pessoa com deficiência visual saber quando uma conversa foi encerrada ou quando deseja se afastar.
- 5) Se a pessoa com deficiência visual contar com auxílio de cão-guia, não distrai-lo, pois ele está trabalhando. Não passar a mão e nem estalar os dedos na frente do animal. Falar com a pessoa com deficiência visual, não com o cachorro.
- 6) Quando a pessoa com deficiência visual demonstrar que precisa de assistência, perguntar diretamente a ela como prefere ser ajudada. Não interferir quando uma pessoa cega ou de baixa visão estiver se locomovendo com a bengala.
- 7) Na condução de uma pessoa com deficiência visual, não é necessário empurrá-la ou puxá-la pelo braço. Basta deixá-la segurar em seu antebraço que o próprio movimento do seu corpo lhe dará a orientação de que precisa.
- 8) Quando conduzir uma pessoa com deficiência visual a um ambiente que lhe é desconhecido, dar orientações espaciais, indicando portas, degraus, pisos escorregadios e

obstáculos que existam no trajeto, por exemplo, de modo que ela possa se locomover com autonomia.

9) Perguntar se a pessoa com deficiência visual deseja que se identifique e se descreva as imagens utilizadas em apresentações.

10) Não é necessário falar em tom mais alto com uma pessoa cega, a menos que ela tenha, também, uma deficiência auditiva que justifique tal atitude.

C) Pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida:

1) Ficar em frente à pessoa e tentar se colocar na altura de seus olhos.

2) Não se movimentar bruscamente, de modo que a pessoa com deficiência não precise mudar de posição.

3) Falar diretamente com o usuário de cadeira de rodas, não com seu acompanhante.

4) Não se inclinar sobre a cadeira de rodas sem consentimento do usuário, nem pendurar objetos nas cadeiras de rodas ou bengalas.

5) Nunca empurrar a cadeira de rodas, a não ser que a pessoa peça auxílio.

6) Certificar-se de que todos os espaços das salas, assim como a locomoção aos demais espaços estão acessíveis a todas as pessoas.

A mobilidade reduzida pode ser configurada como uma dificuldade de movimentação, flexibilidade, coordenação motora ou da percepção, podendo ser permanente ou temporária, como em decorrência de alguma deficiência, pessoa idosa, gestante, lactante, com prótese, com criança de colo, obesa, entre outros (BRASIL, 2015).

4.4.4 Boas práticas ao organizar um evento ou reunião

1) Levar em conta o tempo necessário para mobilidade para deslocamento entre salas e sessões.

2) Verificar a necessidade de troca de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras) devido ao tempo de sessão e de acordo com o nível de vocabulário.

3) Perguntar, antes do início da sessão, se algum participante precisa de apoio ou recurso específico para acessibilidade ou acompanhamento do evento/reunião.

4) Disponibilizar papers ou documentos da sessão em formatos alternativos para pessoas com deficiência visual.

- 5) Disponibilizar, previamente, os textos do evento/reunião para que as pessoas com deficiência auditiva possam lê-los ou traduzi-los para Libras antes da apresentação.
- 6) Ao escolher o local do evento/reunião, verificar a existência de piso tátil, rampas, elevadores ou outros facilitadores, para todas as áreas utilizadas pelos participantes.
- 7) Verificar a existência de sanitários acessíveis no mesmo local do evento/reunião.
- 8) Identificar, na(s) sala(s) onde ocorrerá o evento, se existem lugares acessíveis para cadeiras de rodas, bem como eliminar obstáculos pelo caminho onde a pessoa com deficiência precisará passar.
- 9) Conferir se o sistema acústico do local do evento/reunião está em condições satisfatórias.
- 10) Averiguar o espaço entre stands de exposições e em áreas de acesso à pessoa com deficiência.
- 11) Treinar a equipe que irá trabalhar no evento/reunião, de modo que conheçam as boas práticas e possam aplicá-las sempre que necessário.

4.4.5 Boas práticas – atitudinais

- 1) Respeitar a dignidade, autonomia individual e a independência das pessoas: As pessoas com deficiência devem ser ouvidas nos processos que lhe dizem respeito, pois são a parte importante para qualquer programa ou ação.
- 2) Não discriminar: É importante que cada pessoa lembre de suas próprias experiências e respeite outros indivíduos que possuem diferenças. Pensar sobre isso ajuda a melhorar os relacionamentos e identificar as deficiências como uma questão de direitos humanos.
- 3) Inclusão plena e efetiva na sociedade: Cabe à sociedade garantir que a deficiência não seja um fator de exclusão.
- 4) Propiciar a igualdade de oportunidades.
- 5) Garantir a acessibilidade em todos os seus meios.
- 6) Incentivar o desenvolvimento das capacidades das pessoas com deficiência.
- 7) Não ignorar as características da pessoa com deficiência, pois são muito importantes para ela.
- 8) Não subestimar as possibilidades, nem superestimar as dificuldades, e vice-versa, da pessoa com deficiência.
- 9) A maioria das pessoas com deficiência não se importa em responder perguntas a respeito de sua deficiência. Desta forma, sempre que quiser ajudar ou estiver em dúvida sobre como agir, pergunte diretamente à pessoa.

10) Caso não seja possível auxiliar em algo solicitado pela pessoa com deficiência, indique ou procure uma pessoa que possa ajudar.

11) Na convivência profissional ou social, não excluir as pessoas com deficiência. É necessário deixar que elas mesmas decidam como podem ou querem participar.

12) Lembre-se: o respeito está em primeiro lugar e só existe quando há troca de ideias, informações e manifestação de vontades. Por maior que seja a deficiência, recorde-se de que ali está uma pessoa.

4.4.6 Conclusão

A inclusão é tratada como um direito de toda e qualquer pessoa de integrar e participar de atividades em ambientes sociais, sem sofrer discriminações ou preconceitos. As legislações e normas existentes definem que, para a efetivação do acesso, permanência e participação de estudantes na educação superior, deve ocorrer o planejamento e a organização de recursos e serviços, no sentido de proporcionar os diversos tipos de acessibilidade nas instituições (CANTORANI *et al*, 2020).

As barreiras atitudinais infelizmente ainda se fazem muito presentes dentro do ambiente acadêmico. Por ser algo que faz parte do comportamento humano, constituem um obstáculo difícil de ultrapassar, uma vez que depende de mudanças de conceitos e de atitudes. Neste sentido, o presente Guia Prático de Atendimento à Pessoa com Deficiência se torna uma importante ferramenta, orientando e possibilitando melhorias nas formas sobre como tratar e auxiliar uma pessoa com deficiência que necessite de atendimentos específicos.

Uma mudança nas formas de ver e tratar uma pessoa com deficiência se faz necessária, com a maior brevidade, visto que, cada vez mais, essa população está chegando e alcançando seu espaço na universidade. Assim como qualquer outro ser humano, uma pessoa com deficiência é capaz de lograr êxito em seus objetivos. Basta que todos se unam em busca da igualdade de oportunidades e proporcionem a participação igualitária no mundo acadêmico.

O próximo capítulo traz as considerações finais da pesquisa, as quais demonstram o alcance dos objetivos, o caminho metodológico, as contribuições, as limitações e as proposições para estudos futuros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização desta pesquisa, buscou-se diagnosticar a aplicabilidade dos indicadores de acessibilidade nos cursos presenciais de graduação na Universidade Federal de Santa Catarina. Uma Instituição de Educação Superior deve estar orientada para o aspecto da inclusão, mantendo condições e uma estrutura física adequada para toda a comunidade acadêmica. Foi possível perceber que algumas ações são realizadas no sentido de garantir a inclusão e a permanência de acadêmicos com deficiência no contexto universitário, porém são ações individuais.

O objetivo principal deste estudo foi diagnosticar a aplicabilidade dos indicadores de acessibilidade nos cursos presenciais de graduação na Universidade Federal de Santa Catarina, propondo ações/estratégias que contribuam com a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. Para que este objetivo fosse alcançado, foram estabelecidos quatro objetivos específicos.

Primeiramente, foram apresentados os conceitos e fundamentos sobre acessibilidade, inclusive presentes nos aspectos legais e normativos. Assim, foi possível entender os tipos de acessibilidade que devem existir nos ambientes, de acordo com as normas técnicas ABNT NBR 9050 e NBR 16.537/2016, bem como as principais barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência. Apresentou-se, além disso, os indicadores de avaliação das Instituições de Educação Superior segundo o SINAES.

Em seguida, foi feito um pré-teste, na forma de entrevista semiestruturada, aplicado a gestores dos Núcleos e Coordenadorias de Acessibilidade de cinco universidades públicas, sendo Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade do Estado de Santa Catarina, Universidade Federal da Fronteira Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. As entrevistas permitiram o aperfeiçoamento do instrumento de pesquisa, que foi enviado, posteriormente, na forma de questionário *on-line* aos Coordenadores de Cursos presenciais de Graduação da UFSC, do Campus Florianópolis.

A terceira etapa consistiu no levantamento dos dados obtidos das respostas do questionário aplicado. Foi encaminhado o instrumento de pesquisa a 58 (cinquenta e oito) Coordenadores dos Cursos presenciais de Graduação da UFSC, obtendo-se 27 (vinte e sete) respostas, que permitiram evidenciar as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência, assim como facilitadores, e as condições de acessibilidade atuais da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a ótica dos sujeitos de pesquisa.

Feita a contextualização da UFSC e apresentadas as atribuições dos Coordenadores de Cursos de Graduação e também da Coordenadoria de Acessibilidade Educacional, partiu-se para a última etapa da pesquisa, que consistiu na proposição de quatro ações/estratégias que contribuem para o cumprimento dos indicadores de acessibilidade na Universidade.

É importante lembrar que a inclusão é um processo dinâmico, que exige monitoramento e fiscalização por toda a sociedade. A acessibilidade é um tema que está relacionado à evolução humana, necessitando sempre estar junto das transformações sociais. Ao promover a inclusão, devem-se eliminar as barreiras e incentivar os facilitadores, de forma que se busque a igualdade dos direitos. As ações/estratégias propostas, neste sentido, vão ao encontro da inclusão e devem, periodicamente, ser reavaliadas, para que sejam adequadas a diferentes contextos que possam surgir.

Sob esse aspecto, há um limite temporal desta pesquisa, pois a UFSC é uma instituição em constante transformação, e o estudo limitou-se ao período relativo à coleta de dados. Ao se considerar a passagem do tempo e as novas legislações/normas técnicas que possam surgir, as condições de acessibilidade podem ser diferentes das aqui encontradas.

No tocante às contribuições da pesquisa, foram formuladas quatro ações/estratégias que podem contribuir para o cumprimento dos indicadores de acessibilidade na Universidade Federal de Santa Catarina. As ações estão relacionadas a: 1) Divulgação dos serviços prestados pela Coordenadoria de Acessibilidade Educacional, em quais demandas este setor pode atuar/auxiliar, com relação às pessoas com deficiência que fazem parte da comunidade universitária; 2) Disponibilizar cursos de capacitação voltados para a inclusão no plano de valorização da carreira dos profissionais envolvidos na educação superior, de forma que a progressão funcional só ocorresse mediante a realização destes cursos; 3) Mobilizações em favor da educação inclusiva devem ser incentivadas para que governos repensem suas prioridades de gastos; e 4) Guia Prático de Atendimento à Pessoa com Deficiência.

As beneficiárias desta pesquisa são, principalmente, as pessoas com deficiência. No entanto, vale ressaltar que não somente este público é favorecido por este estudo, pois a acessibilidade garante espaços e atitudes que atingem todos os seres humanos.

É necessário que eu, como pesquisadora e enquanto pessoa com deficiência, me manifeste sobre o presente estudo. O que vivenciei neste período da coleta de dados, a cada resposta, foi que estamos longe de estarmos em uma sociedade inclusiva. Apesar de ter me deparado com seres humanos incríveis, que são os participantes da minha pesquisa, percebi que a universidade ainda é um ambiente elitista e que, infelizmente, segrega as diferentes especificidades. Minha esperança é a de que, com novos tempos e novas diversidades

surgindo a cada dia, nós, enquanto pessoas com deficiência, possamos ter nossas necessidades atendidas em sua integralidade. Fico feliz por ter feito este trabalho, pois me proporcionou enxergar que muitas pessoas estão engajadas e, ao menos, tentam tornar nosso mundo mais acessível.

Como sugestão para estudos futuros, espera-se que esta pesquisa possa ser aplicada em outros contextos universitários, sob a ótica de Coordenadores de Cursos de Graduação, e também outras funções, como Chefias de Departamentos, Coordenadores dos cursos de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu, Gestores Universitários e mesmo os acadêmicos com deficiências ou toda a comunidade universitária.

Sendo a inclusão uma responsabilidade de toda a sociedade, novas e mais pesquisas certamente trarão outras perspectivas e ideias, no sentido de contribuir para um mundo mais diverso e acessível.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth B. Carneiro de; SOUSA, Marckson Roberto F. de; GUIMARÃES, Ítalo José Bastos. Organização da informação e acessibilidade para usuários deficientes visuais em bibliotecas, arquivos, museus e web. **Biblionline**, v. 11, n. 2, p.43-56. João Pessoa, 2015.
- ALMEIDA, José Guilherme de Andrade; FERREIRA, Eliana Lucia. Sentidos da Inclusão de alunos com deficiência na educação superior: olhares a partir da Universidade Federal de Juiz de Fora. **Psicologia Escolar e Educacional**. São Paulo, Número Especial, p. 67-75, 2018.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**. Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições 70. Lisboa. Portugal, 2011.
- BARROS, A. J. P.; LEHFELD, A. S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 8. Ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
- BEZERRA, Giovani Ferreira. A inclusão escolar de alunos com deficiência: uma leitura baseada em Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 69, abr./jun. Rio de Janeiro, 2017.
- BOOTH, W. C.; COLOMB, G. G.; WILLIAMS, J. M. **A arte da pesquisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BRANCO, Ana Paula Silva Cantarelli; ALMEIDA, Maria Amélia. Avaliação da satisfação de estudantes público-alvo da educação inclusiva em cursos de pós-graduação de universidades públicas. **Avaliação**, v. 24, n. 1, p. 41-67, mar. Campinas; Sorocaba – São Paulo, 2019.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05/03/2021.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Prática em Educação Especial**. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>. Acesso em 14/03/2021.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 14/03/2021.
- BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em: 05/03/2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 186, de 9 de julho de 2008**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Brasília, 2008a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/congresso/dlg/dlg-186-2008.htm. Acesso em: 12/08/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Manual de acessibilidade espacial para escolas: O direito à escola acessível!** Brasília: MEC/SEESP, 2009. Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/41/docs/manual_escolas_-_deficientes.pdf. Acesso em: 02/08/2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/ Secretaria de Educação Superior. **Documento orientador Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior**. Brasília: MEC/SECADI/SESu, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17433-programa-incluir-acessibilidade-a-educacao-superior-novo>. Acesso em: 05/03/2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Referenciais de acessibilidade na educação e a avaliação *in loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)**. Brasília: MEC/INEP, 2013a.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 14/03/2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em 14/03/2021.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 13, de 11 de maio de 2016**. Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação e dá outras providências. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520493/do1-2016-05-12-portaria-normativa-n-13-de-11-de-maio-de-2016-21520473. Acesso em: 15/07/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância**. Brasília: MEC/INEP, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/avaliacao-in-loco>. Acesso em 01/11/2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância**. Brasília: MEC/INEP, 2017a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/avaliacao-in-loco>. Acesso em 01/11/2021.

BRASIL. **Lei nº 10.502, de 30 de setembro de 2020**. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10502.htm. Acesso em 14/03/2021.

BUENO, José Geraldo Silveira. As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da educação especial? In: BUENO, J. G. S.; MENDES, G. M. L.; SANTOS, R. A. **Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise**. p.43-63. Araraquara, SP: Junqueira e Marin; Brasília: CAPES, 2008.

CANTORANI, José Roberto Herrera; PILATTI, Luiz Alberto. Acessibilidade na Universidade Tecnológica Federal do Paraná: Análise a partir de relatórios do Inep e do olhar do gestor. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 57, p. 171-189, jul.-set. 2015.

CANTORANI, José Roberto Herrera; *et al.* A acessibilidade e a inclusão em uma Instituição Federal de Ensino Superior a partir da lei n. 13.409. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, e250016. Rio de Janeiro, 2020.

CARDOSO, V. M.; ARAÚJO, J. N. G. Dificultadores e facilitadores no processo de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Seminário Internacional Sociedade Inclusiva: Propostas e Ações: Impasses e Avanços. Belo Horizonte. **Anais, Minas Gerais: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais**, 2006.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n.24 p. 5-15, set.-dez. 2003.

CIANTELLI, Ana Paula Camilo; LEITE, Lúcia Pereira. Ações exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, n. 3, p. 413-428, jul./set. Marília, 2016.

CIANTELLI, Ana Paula Camilo; LEITE, Lúcia Pereira; NUERNBERG, Adriano Henrique. Atuação do Psicólogo nos Núcleos de Acessibilidade das Universidades Federais Brasileiras. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 2, maio/ago. São Paulo, 2017.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de Pesquisa em Administração – 12ª Edição**. McGraw Hill Brasil, 2016.

COUTINHO, Márcia Maria de Azeredo. **A inclusão da Pessoa com Deficiência Visual na Educação Superior e a Construção de suas Identidades**. Dissertação (Mestrado em Educação). Campo Grande. UCDB, 2011.

DALLA DEA, Vanessa Helena Santana; OLIVEIRA, Ana Flavia Teodoro de Mendonça; MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de. Uma análise do perfil dos núcleos de acessibilidade das universidades públicas federais da região centro-oeste. **Educação Especial em Debate, Vitória**, v. 2, n. 5, p.96-113, 2018.

DEITOS, Gabriela Perito. **Inclusão dos Servidores com Deficiência na Universidade Federal de Santa Catarina: Recomendações para Aprimorar o Processo.** Dissertação (Mestrado em Administração Universitária). Florianópolis. UFSC, 2021.

DIAS, Adriana Abreu Magalhães; *et al.* Guia de Boas Práticas para a Acessibilidade. In: **XXXI Reunião Brasileira de Antropologia.** Brasília, 2018.

DINIZ, Etiene Paula da Silva; SILVA, Aline Maira da. Perspectivas de Estudantes com Deficiências sobre Facilitadores e Barreiras nas Universidades Públicas de Mato Grosso do Sul. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, v. 27, e0092, p. 461-476. Bauru, 2021.

DPGI. Departamento de Planejamento e Gestão da Informação. **UFSC em números.** Disponível em: <http://dpgi.seplan.ufsc.br/files/2020/09/UFSC-EM-N%C3%9AMEROS.pdf>. Acesso em: 07/04/2021.

DUARTE, Emerson Rodrigues *et al.* Estudo de Caso Sobre a Inclusão de Alunos com Deficiência no Ensino Superior. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, v.19, n.2, p.289-300, Abr.-Jun. Marília, 2013.

FALKENBACH, Atos Prinz *et al.* A inclusão de crianças com necessidades especiais nas aulas de Educação Física na educação infantil. **Movimento**, v. 13, n. 2, p.37-53, maio/ago. Porto Alegre, 2007.

FIGUEIREDO, Séfora Lima de; SILVA, Edil Ferreira da. Desafios do Fazer Docente nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, e230191, p. 1-14. Brasília, 2022.

FURLAN, Elaine Gomes Matheus *et al.* Inclusão na educação superior: formação e experiência docente. **Avaliação**, v. 25, n. 02, p.416-438. Campinas; Sorocaba, São Paulo. Jul, 2020.

GLAT, R. **A integração social dos portadores de deficiências: uma reflexão.** Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo, Atlas, 2007.

HOTT, Daniela Francescutti Martins; FRAZ, Joanne Neves. Acessibilidade, tecnologia assistiva e unidades de informação: articulações à realidade da inclusão. **Perspectivas em Ciências da Informação**, v. 24, n. 4, p. 199-210, out./dez. Belo Horizonte, 2019.

LIMA, João Ademar de Andrade; LUCAS, Eduardo Araújo; NETO, Francisco Fernandes da Cunha; DUDA, Glauco Feitosa. Análise de Acessibilidade a Prédios Públicos de Campina Grande com Base na ABNT NBR 9050. **EnPAC – Encontro de Produção Acadêmico-Científica**, 8 e 9 de novembro de 2007- Facisa – FCM.

MACEDO, Marasella del Cármen Silva Rodrigues *et al.* Histórico da Inclusão Escolar: Uma discussão entre texto e contexto. **Psicologia em estudo**, v.19, n.2, p.179-189, Abr.-Jun. Maringá, 2014.

MAGALHÃES, Rafael Lugão. **Acessibilidade de universitário com baixa visão no uso de software de desenhos gráficos em duas disciplinas na UnB**. Dissertação (Mestrado em Educação). Brasília. UnB, 2016.

MANZINI, Eduardo José. **Inclusão e Acessibilidade**. Marília: ABPEE, 2006.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2004.

MARQUES, C. A.; MARQUES, L. P. Do universal ao múltiplo: os caminhos da inclusão. In: OLIVEIRA, M. R. N. S., SOUSA, L. F. E. C. P. (Org.). **Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

MOREIRA, Geraldo Eustáquio; MANRIQUE, Ana Lúcia. Percepções de Professores acerca da Inclusão de Alunos com NEE em Aulas de Matemática em Braga (Portugal) e no Distrito Federal (Brasil). **Perspectiva da Educação Matemática**, v. 7, n. 14. Campo Grande, 2014.

NAVARRO, Antonio Fernando *et al.* Análise de Indicadores de Acessibilidade para Acesso a Prédios/Residências. **Revista Itinerarium**. V.3, 2010.

OLIVEIRA, Ana Flávia Teodoro de Mendonça; SANTIAGO, Cinthia Brenda Siqueira; TEIXEIRA, Ricardo Antônio Gonçalves. Educação inclusiva na universidade: perspectivas de formação de um estudante com transtorno do espectro autista. **Educ. Pesqui.**, v. 48, e238947. São Paulo, 2022.

OLIVEIRA, Diogo Félix de. **O estudante com deficiência na Universidade Federal de Santa Catarina**: fatores que influenciam o acesso e a permanência. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária). Florianópolis. UFSC, 2020.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília, DF: CORDE, 2007.

PASSERINO, Liliana Maria; MONTARDO, Sandra Portella. Inclusão social via acessibilidade digital: proposta de inclusão digital para pessoas com necessidades especiais. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, v. 8, p. 1-18, abril, 2007.

PEREIRA, Rosamaria Reo; ET AL. Alunos com Deficiência na Universidade Federal do Pará: Dificuldades e Sugestões de Melhoramento. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, v. 26, n. 3, p. 387-402, jul./set. Bauru, 2020.

PIVETTA, Elisa Maria *et al.* Desafios da acessibilidade no ensino superior: estudo de caso na Universidade de Aveiro. **Revista Educação**, vol. 39, n. 2, p. 166-174, mai.-ago. 2016.

PRADO, Marta Lenise do; REIBNITZ, Kenya Schmidt. **Paulo Freire: a boniteza de ensinar e aprender na saúde**. Florianópolis: NFR/UFSC, 2016.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Maria del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. Ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, R. A. dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 7. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

TADA, I. N. C. Os desafios de atuação do psicólogo escolar: da educação especial à educação inclusiva. In **A. T. Souza, A. M. Lima**. Psicologia, saúde e educação: desafios na realidade amazônica, p.61-83. São Carlos, 2009.

TARTUCI, Tânia Maria. **Ingresso e Permanência de Alunos com Deficiência na UFG/Campus Catalão**. Dissertação (Mestrado em Educação). Catalão. UFG, 2014.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UFSC. **Resolução 017/CUn/1997, de 30 de setembro de. 1997**. Regulamento dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. 1997. Disponível em: https://apoiocoordenadoriascursosgraduacao.paginas.ufsc.br/files/2018/09/Resolu%C3%A7%C3%A3o17CUn_UFSC-1.pdf. Acesso em: 28/06/2022.

UFSC. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2020 a 2024**. 2020. Disponível em: <https://pdi.ufsc.br/pdi-2020-2024/>. Acesso em: 07/04/2021.

UFSC. **Coordenadoria de Acessibilidade Educacional**. 2022. Disponível em: <https://cae.ufsc.br/>. Acesso em: 28/06/2022.

UFSC. **Coordenadoria de Tradutores e Intérpretes**. 2022a. Disponível em: <https://interpretes.paginas.ufsc.br/>. Acesso em: 06/07/2022.

UFSC. **Departamento de Libras**. 2022b. Disponível em: <https://dlsb.paginas.ufsc.br/>. Acesso em: 06/07/2022.

UFSC. **Laboratório de Cartografia Tátil e Escolar**. 2022c. Disponível em: <https://www.labtate.ufsc.br/index.html>. Acesso em: 06/07/2022.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 14. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VIEIRA, Camila Mugnai; OMOTE, Sadao. Atitudes Sociais de Professores em Relação à Inclusão: Formação e Mudança. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, v. 27, e0254, p. 743-758. Bauru, 2021.

VITALINO, Célia Regina. Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 13, n. 3, p.399-414, set./dez. Marília, 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

**APÊNDICE A - Instrumento de Pesquisa aplicado no Pré-Teste – Entrevista
Semiestruturada**

1) Qual a sua instituição de ensino?

Resposta: _____

2) Quando você ingressou na instituição de ensino a qual pertence?

Resposta: _____

3) A qual cargo você pertence?

Resposta: _____

4) Seu cargo possui como responsabilidade o atendimento a ajustes na metodologia de estudos, solicitação de equipamentos de tecnologia assistiva ou verificação de condições de acessibilidade no setor em que atua?

() SIM

() NÃO

5) Caso sua resposta à pergunta anterior tenha sido NÃO, quem (ou qual setor) é o responsável por implementar as condições e as adequações para garantir acessibilidade?

Resposta:

6) Em sua instituição de ensino, há capacitação ou treinamento para atendimento e sensibilização das condições das pessoas com deficiência?

() SIM

() NÃO

7) Em sua instituição de ensino, existem tutores, estagiários ou tradutores especializados para atendimento às pessoas com deficiência? (Por exemplo, cursos que envolvem disciplinas como matemática ou física, que contam com diversos sinais gráficos, necessitando de um tradutor que entenda a linguagem).

() SIM

NÃO

8) Em relação aos tipos de acessibilidade abaixo, e com base na sua experiência, assinale quais você percebe que não existem ou que precisam de maior atenção ou melhorias em sua instituição e/ou setor:

Acessibilidade arquitetônica (Por exemplo: rampas de acesso, elevadores com teclas em Braille, calçadas com piso tátil);

Acessibilidade nos transportes (Por exemplo: estacionamentos com vagas específicas para pessoas com deficiência, paradas de ônibus próximas às entradas da instituição);

Acessibilidade digital (Por exemplo: audiodescrição ou textos alternativos nas imagens, equipamentos e programas adequados, com conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos);

Acessibilidade nas comunicações (Por exemplo: treinamento ou capacitação para atendimento à pessoa com deficiência);

Acessibilidade instrumental (Por exemplo: uma lupa digital, um leitor de tela ou formato alternativo, de acordo com requisição da pessoa com deficiência, livros e apostilas em formato acessível).

Acessibilidade metodológica (Por exemplo: participação da pessoa com deficiência em grupos de estudos em sala de aula, presença de tutores ou estagiários que auxiliem na participação da pessoa com deficiência nas atividades didáticas);

Acessibilidade programática (Por exemplo: orientação/legislação sobre como atender/auxiliar a pessoa com deficiência nas barreiras que possa vir a enfrentar).

9) Você tem conhecimento de alguma situação que tenha impedido uma pessoa com deficiência de se sentir incluída ou de permanecer no ambiente universitário? Se sim, comente.

SIM

NÃO

10) Você tem conhecimento de alguma prática em sua instituição de ensino que facilite a vida da pessoa com deficiência, bem como possibilite sua inclusão de forma efetiva? Se sim, comente.

SIM

NÃO

11) Você já teve conhecimento de alguma condição de acessibilidade solicitada, em sua instituição de ensino e/ou setor, e que não foi atendida? Se sim, qual o motivo alegado para o não atendimento?

() SIM

() NÃO

12) Você considera a sua instituição de ensino inclusiva? Comente.

Resposta:

13) Gostaria de acrescentar alguma consideração relevante ao tema de pesquisa? Utilize este espaço.

APÊNDICE B - Instrumento de Pesquisa – Alterado após aplicação do Pré-Teste

1) Qual(is) curso(s) você coordena?

Resposta: _____

2) Quando você ingressou na instituição de ensino a qual pertence?

Resposta: _____

3) Há quanto tempo você atua no cargo de Coordenador(a)?

Resposta: _____

4) O curso, durante o período o qual você coordena, possui – ou já possuiu – alunos com deficiência? Se sim, como foi a experiência?

() SIM

() NÃO

5) Seu cargo possui como responsabilidade o atendimento a ajustes na metodologia de estudos, solicitação de equipamentos de tecnologia assistiva ou verificação de condições de acessibilidade às pessoas com deficiência, quando solicitadas?

() SIM

() NÃO

6) Caso sua resposta à pergunta anterior tenha sido NÃO, quem (ou qual setor) é o responsável por implementar as condições e as adequações para garantir a acessibilidade?

Resposta:

7) Você já participou de capacitação ou treinamento para atendimento e sensibilização das condições das pessoas com deficiência?

() SIM

() NÃO

8) Você tem conhecimento da existência de tutores, estagiários ou tradutores especializados para atendimento às pessoas com deficiência na UFSC? (Por exemplo: intérpretes de Libras, ajudantes no deslocamento da pessoa com deficiência, etc).

SIM

NÃO

9) Em relação aos tipos de acessibilidade abaixo, e com base na sua experiência, assinale qual(is) você percebe que não existe(m) ou que precisa(m) de maior atenção ou melhorias em sua instituição e/ou setor:

Acessibilidade arquitetônica:

Rampas de acesso

Elevadores com teclas

Calçadas com piso tátil

Outro. Especifique: _____

Acessibilidade nos transportes:

Estacionamentos com vagas específicas para pessoas com deficiência

Calçadas acessíveis e travessias de pedestres niveladas e sinalizadas de forma tátil

Paradas de ônibus próximas às entradas da instituição

Outro. Especifique: _____

Acessibilidade digital:

Equipamentos e programas adequados, com conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos

Outro. Especifique: _____

Acessibilidade nas comunicações:

Treinamento ou capacitação para atendimento à pessoa com deficiência

Intérprete de Libras

Outro. Especifique: _____

Acessibilidade instrumental:

Lupa digital

Leitor de tela ou formato alternativo, de acordo com requisição da pessoa com deficiência

Livros e apostilas em formato acessível

Outro. Especifique: _____

Acessibilidade metodológica:

Participação da pessoa com deficiência em grupos de estudos em sala de aula

Presença de tutores ou estagiários que auxiliem na participação da pessoa com deficiência nas atividades didáticas

Outro. Especifique: _____

Acessibilidade programática:

Orientação/legislação sobre como atender/auxiliar a pessoa com deficiência nas barreiras que possa vir a enfrentar

Outro. Especifique: _____

Acessibilidade Atitudinal:

Percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações

Atitude para remoção de barreiras

Outro. Especifique: _____

10) Você tem conhecimento de alguma situação que tenha impedido uma pessoa com deficiência de se sentir incluída ou de permanecer no ambiente universitário? Se sim, comente.

SIM

NÃO

11) Você tem conhecimento de alguma prática em sua instituição de ensino e/ou setor que facilite a vida da pessoa com deficiência, bem como possibilite sua inclusão de forma efetiva? Se sim, comente.

SIM

NÃO

12) Você já teve conhecimento de alguma condição de acessibilidade solicitada, em sua instituição de ensino e/ou setor, e que não foi atendida? Se sim, qual o motivo alegado para o não atendimento?

SIM

NÃO

13) Você considera a sua instituição inclusiva? Comente.

Resposta:

14) Gostaria de acrescentar alguma consideração relevante ao tema de pesquisa? Utilize este espaço.

**APÊNDICE C - Instrumento de Pesquisa – Alterado após Qualificação – Aplicado aos
Coordenadores dos Cursos presenciais de Graduação da UFSC**

PARTE I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1) Qual(is) curso(s) você coordena?

Resposta: _____

2) Há quanto tempo você trabalha na UFSC?

Resposta:

Menos de 3 anos

De 4 a 8 anos

De 9 a 13 anos

De 14 a 19 anos

Mais de 20 anos

3) Há quanto tempo você atua no cargo de Coordenador(a)?

Resposta:

Menos de 1 ano

De 1 a 2 anos

De 2 a 3 anos

De 3 a 4 anos

Mais de 4 anos

PARTE II – QUESTÕES INERENTES AO CARGO/FUNÇÃO DE COORDENADOR

4) O curso, durante o período o qual você coordena, possui – ou já possuiu – alunos com deficiência? Se sim, como você considera o atendimento das solicitações destes estudantes?

Muito Insatisfatório

Insatisfatório

Regular

Satisfatório

Muito Satisfatório

Não se aplica

5) Você já fez atendimento a ajustes na metodologia de estudos, solicitação de equipamentos de tecnologia assistiva ou verificação de condições de acessibilidade às pessoas com deficiência? Se sim, como você considera que tenha sido este atendimento?

- Muito Insatisfatório
- Insatisfatório
- Regular
- Satisfatório
- Muito Satisfatório
- Não se aplica

6) Você já participou de capacitação ou treinamento para atendimento e sensibilização das condições das pessoas com deficiência? Se sim, como você considera a sua experiência após este(s) curso(s)?

- Muito Insatisfatório
- Insatisfatório
- Regular
- Satisfatório
- Muito Satisfatório
- Não se aplica

PARTE III – QUESTÕES RELATIVAS À INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

7) Você tem conhecimento de alguma situação que tenha impedido uma pessoa com deficiência de se sentir incluída ou de permanecer no ambiente universitário? Se sim, qual(is)?

Resposta:

8) Você tem conhecimento de alguma prática em sua instituição de ensino e/ou setor que facilite a vida da pessoa com deficiência, bem como possibilite sua inclusão de forma efetiva? Se sim, qual(is)?

Resposta:

9) Durante o período em que você é Coordenador(a) de curso, algum estudante já contou com apoio de tutores, estagiários ou tradutores especializados para atendimento às pessoas com deficiência na UFSC? (Por exemplo: intérpretes de Libras, ajudantes no deslocamento da pessoa com deficiência, etc). Se sim, como você considera o atendimento de PNEs (Portadores de Necessidades Especiais) no curso que coordena?

- Muito Insatisfatório
- Insatisfatório
- Regular
- Satisfatório
- Muito Satisfatório
- Não se aplica

10) Em relação aos tipos de acessibilidade abaixo, e com base na sua experiência na Coordenação de curso, assinale qual(is) você percebe que NÃO existe(m) ou que precisa(m) de maior atenção ou melhorias em sua instituição e/ou setor:

Acessibilidade arquitetônica:

- Rampas de acesso
- Elevadores com teclas com números/letras em relevo
- Calçadas com piso tátil
- Sanitários acessíveis
- Outro. Especifique: _____

Acessibilidade nos transportes:

- Estacionamentos com vagas específicas para pessoas com deficiência
- Calçadas acessíveis e travessias de pedestres niveladas e sinalizadas de forma tátil
- Paradas de ônibus próximas às entradas da instituição
- Condições de caminhabilidade até a instituição
- Rotas acessíveis
- Outro. Especifique: _____

Acessibilidade digital:

- Descrição das imagens (em texto)
- Áudio-descrição (quando por voz)

Equipamentos e programas adequados, com conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos

Outro. Especifique: _____

Acessibilidade nas comunicações:

Treinamento ou capacitação para atendimento à pessoa com deficiência

Intérprete de Libras

Outro. Especifique: _____

Acessibilidade instrumental:

Lupa digital

Leitor de tela ou formato alternativo, de acordo com requisição da pessoa com deficiência

Livros e apostilas em formato acessível

Outro. Especifique: _____

Acessibilidade metodológica:

Participação da pessoa com deficiência em grupos de estudos em sala de aula

Presença de tutores ou estagiários que auxiliem na participação da pessoa com deficiência nas atividades didáticas

Outro. Especifique: _____

Acessibilidade programática:

Orientação/legislação sobre como atender/auxiliar a pessoa com deficiência nas barreiras que possa vir a enfrentar

Outro. Especifique: _____

Acessibilidade Atitudinal:

Percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações

Atitude para remoção de barreiras

Outro. Especifique: _____

11) Como você considera a sua Instituição de Educação Superior com relação à inclusão?

Resposta:

12) Gostaria de acrescentar alguma consideração relevante ao tema de pesquisa? Utilize este espaço.

APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

DIAGNÓSTICO DOS INDICADORES DE ACESSIBILIDADE NOS CURSOS PRESENCIAIS DE GRADUAÇÃO DA UFSC

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Convidamos o(a) senhor(a) Coordenador(a) de Cursos de Graduação da UFSC – Campus Florianópolis, para participar da pesquisa sobre DIAGNÓSTICO DOS INDICADORES DE ACESSIBILIDADE NOS CURSOS PRESENCIAIS DE GRADUAÇÃO DA UFSC, sob a responsabilidade da pesquisadora KAREN LAÍSE MOROSKI, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da UFSC, a realizar-se no mês de fevereiro de 2022.

A pesquisa tem por objetivo geral: Diagnosticar a aplicabilidade dos indicadores de acessibilidade nos cursos presenciais de graduação na Universidade Federal de Santa Catarina, propondo ações/estratégias que contribuam com a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior.

Entende a pesquisadora que não haverá riscos decorrentes de sua participação, e esta em muito contribuirá para melhoria da qualidade da pesquisa e das ações da UFSC. No entanto, lhe é assegurado o direito e liberdade de retirar seu consentimento, a qualquer momento, independentemente do motivo e sem nenhum prejuízo, bastando somente a sua comunicação à pesquisadora.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas a sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o(a) senhor(a) poderá entrar em contato com a pesquisadora pelo telefone (48) 9****-**** (ocultado neste trabalho, por se tratar de número pessoal) e e-mail karen*****@gmail.com, ou junto à Secretaria do PPGAU/UFSC.

INSTRUÇÕES SOBRE A PESQUISA:

O questionário está estruturado em três partes:

PARTE I: Dados de Identificação

PARTE II: Apresenta questões inerentes ao Cargo/ Função de Coordenador(a)

PARTE III: Apresenta questões relativas à Instituição de Educação Superior